



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA (UFC/UNILAB)

FRANCISCA GABRIELLA BRITO TAVARES

**VOZES DA TRANSFORMAÇÃO: AS ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO DAS
MÃES DO BAIRRO PARQUE SANTA MARIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA CRECHES EM FORTALEZA – CEARÁ**

FORTALEZA – CE

2025

FRANCISCA GABRIELLA BRITO TAVARES

VOZES DA TRANSFORMAÇÃO: AS ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO DAS MÃES
DO BAIRRO PARQUE SANTA MARIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA CRECHES EM FORTALEZA - CEARÁ

Dissertação submetida ao Programa Associado
de Pós-Graduação em Antropologia
UFC/UNILAB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Mont'Alverne
Barreto

FORTALEZA – CE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Tavares, Francisca Gabriella Brito.

T228v

VOZES DA TRANSFORMAÇÃO: AS ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO DAS MÃES
DO BAIRRO PARQUE SANTA MARIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA CRECHES EM FORTALEZA ? CEARÁ / Francisca Gabriella Brito
Tavares. - Redenção, 2025.
117f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia,
Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC/UNILAB,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Profª Mariana MontAlverne Barreto.

1. Maternidade. 2. Mobilização. 3. Creches. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 372.21098113

FRANCISCA GABRIELLA BRITO TAVARES

VOZES DA TRANSFORMAÇÃO: AS ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO DAS MÃES
DO BAIRRO PARQUE SANTA MARIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA CRECHES EM FORTALEZA - CEARÁ

Dissertação submetida ao Programa Associado
de Pós-Graduação em Antropologia
UFC/UNILAB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Mariana Mont'Alverne Barreto

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariana Mont'Alverne Barreto (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Cristina Maria da Silva
Universidade Federal do Ceará – UFC

À minha família: esta conquista é nossa,
porque nenhum passo foi dado sozinho.

AGRADECIMENTOS

Neste labirinto que é fazer uma dissertação, foram os fios da fé, do amor e da luta que me conduziram. Por vezes, achei que estivesse perdida. Mas foi justamente nesses momentos que percebi: cada nó, cada curva, cada ponto frioso da caminhada estava bordando o que eu sou hoje.

A Deus, meu primeiro fio-guia, que mesmo nos trechos mais escuros me mostrou que os desvios também são caminhos de encontro.

À Santa Maria, mãe que seguiu até o fim com coragem e dignidade, minha referência maior de quem luta por justiça com o coração dilacerado e os pés firmes no chão da fé.

À minha mãe Luzinete, que me ensinou que a educação é a costura mais poderosa para quem quer vestir a dignidade.

Ao meu filho Miguel, linha mais sensível e revolucionária do meu bordado. É com ele que aprendi que o amor, quando tecido com consciência, é ato político.

Ao meu marido Germano, obrigada por caminhar comigo, mesmo quando os caminhos foram longos e os passos incertos.

Aos meus irmãos Jorge, Priscilla e Luiza, que estiveram sempre ali, segurando as pontas quando o novelo ameaçava se desfazer.

À minha orientadora Profa. Dra. Mariana Mont'Alverne Barreto, que me ajudou a alinhar os pontos e me mostrou que a pesquisa é também uma forma de costurar mundos.

Às professoras Dra. Lea Carvalho Rodrigues e Dra. Cristina Maria da Silva, por sua escuta atenta e pelas agulhas críticas que afinaram meu olhar, desde exame de qualificação até aqui como avaliadoras na banca de defesa da dissertação.

Aos colegas do PPGA, por acolherem meu filho com ternura e respeitarem o tempo da minha maternidade acadêmica — costuramos, juntos, uma rede de apoio que me sustentou.

À escola pública, que me formou e que sigo acreditando, desejando, lutando, para que seja espaço de dignidade para todos os filhos e filhas deste país.

À Comissão de Mães do Parque Santa Maria, que me ensinaram que pesquisa não é sobre olhar de fora, mas sobre deixar-se afetar, transformar e lutar junto.

À UFC e à UNILAB, por serem chão fértil onde plantei minhas perguntas, colhi conhecimento e cultivei alianças.

A todos e todas que bordaram comigo este caminho: obrigada. Cada linha aqui costurada tem sua cor, sua textura e seu tempo. E todas, juntas, formam o tecido da minha travessia.

“Mas é preciso ter força, é preciso ter raça. É preciso ter gana sempre. Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria mistura a dor e a alegria.”
(Maria, Maria. Nascimento e Brant, 1976)

RESUMO

Esta dissertação segue os rastros deixados por um coletivo de mães do bairro Parque Santa Maria, em Fortaleza – Ceará, que transformaram o luto em ação política. O fio condutor da pesquisa surgiu do encontro com uma carta escrita por essas mães, anexada à nota técnica do CEDECA Ceará, onde reivindicavam creches seguras e de qualidade após uma tragédia que ceifou a vida de uma criança em 2018. Essas mulheres se organizaram como comissão e passaram a costurar, com palavras e presença, uma rede de mobilização que transcendeu a dor e a tornou verbo de ação. A partir de entrevistas abertas, observação participante e diário de campo, o trabalho investiga como essas mulheres, historicamente silenciadas, tecem práticas de resistência e enfrentamento às ausências do Estado, disputando o direito à infância e à dignidade no território. A pesquisa entrelaça os conceitos de maternidade, luto, território, memória e articulação política, propondo uma leitura situada e interseccional da mobilização das mulheres periféricas. Ao mapear os impactos dessa luta, o trabalho identifica conquistas simbólicas e concretas, como a criação de novos centros de educação infantil, a reforma de unidades escolares precárias e o fortalecimento das redes comunitárias. A noção de subalternidade de Spivak (2010) e a escrevivência de Queiroz (2023) estiveram presentes na escrita da dissertação. A escuta sensível e o envolvimento da pesquisadora são fundamentados em Favret-Saada (2005), Bourdieu e Wacquant (1995), Geertz (1978) e Cardoso de Oliveira (1996), enquanto o uso do diário de campo como experiência viva é inspirado em Rita Cachado (2021). A pesquisa também se ancora em Ginzburg (2007), Kilomba, Bell Hooks, Sonia Alvarez e outras pensadoras que permitem compreender a maternidade, o cuidado e a dor como dimensões políticas de resistência e produção de saber. A judicialização da causa, com a Ação Civil Pública proposta pelo CEDECA e Ministério Público, e a ampliação das vagas em creches na cidade, evidenciam que a articulação das mães produziu efeitos reais nas políticas públicas locais. Mais do que descrever resultados, esta dissertação se propõe a ouvir, interpretar e narrar um processo de transformação coletiva. O fio de Ariadne, que guiou a pesquisadora em seu percurso, se desenrola aqui como metáfora da escuta, da memória e da resistência, compondo um tecido político feito de afetos, ausências, conquistas e esperanças. Ao final, as vozes das mães do Parque Santa Maria não apenas ecoam por justiça, mas costuram outras formas de existir e resistir nas brechas do cotidiano.

Palavras-chave: maternidade. mobilização. creches. educação infantil. políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation follows the traces left by a collective of mothers from the Parque Santa Maria neighborhood, in Fortaleza – Ceará, who transformed grief into political action. The guiding thread of the research emerged from an encounter with a letter written by these mothers, attached to a technical note from CEDECA Ceará, in which they demanded safe and quality childcare centers after a tragedy that took the life of a child in 2018. These women organized themselves into a commission and began to weave, with words and presence, a network of mobilization that transcended pain and turned it into a verb of action. Based on open interviews, participant observation, and field diaries, this work investigates how these historically silenced women weave practices of resistance and confrontation in response to the absence of the State, contesting the right to childhood and dignity within their territory. The research interlaces the concepts of motherhood, grief, territory, memory, and political articulation, proposing a situated and intersectional reading of the mobilization of women from the peripheries. By mapping the impacts of this struggle, the study identifies both symbolic and concrete achievements, such as the creation of new early childhood education centers, the renovation of precarious school units, and the strengthening of community networks. Spivak's (2010) notion of subalternity and Queiroz's (2023) concept of *escrevivência* are present throughout the writing of this dissertation. The researcher's sensitive listening and immersion are grounded in the works of Favret-Saada (2005), Bourdieu and Wacquant (1995), Geertz (1978), and Cardoso de Oliveira (1996), while the use of the field diary as a living experience is inspired by Rita Cachado (2021). The research is also anchored in the works of Ginzburg (2007), Kilomba, Bell Hooks, Sonia Alvarez, and other thinkers who enable us to understand motherhood, care, and pain as political dimensions of resistance and knowledge production. The judicialization of the cause, through the Public Civil Action filed by CEDECA and the Public Prosecutor's Office, and the expansion of daycare spots in the city demonstrate that the mothers' mobilization produced tangible effects on local public policies. More than describing results, this dissertation seeks to listen, interpret, and narrate a process of collective transformation. The thread of Ariadne, which guided the researcher throughout her journey, unfolds here as a metaphor of listening, memory, and resistance, composing a political fabric made of affection, absence, achievements, and hope. In the end, the voices of the mothers from Parque Santa Maria not only echo for justice but also stitch together other ways of existing and resisting in the cracks of everyday life.

Keywords: motherhood; mobilization; childcare centers; early childhood education; public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa da Nota Técnica	14
Figura 2 – 1 ^a Carta das Mães do Parque Santa Maria	15
Figura 3 – Café Dia das Mães	32
Figura 4 – Cerimônia em Comemoração ao Aniversário do CEDECA Ceará	34
Figura 5 – O Bairro e Os Bairros	40
Figura 6 – O Bairro	41
Figura 7 – Recursos Hídricos	43
Figura 8 – Localização das Escolas do Bairro	46
Figura 9 – Escolas do Bairro	47
Figura 10 – Escolas do Bairro	47
Figura 11 – Escolas do Bairro	48
Figura 12 – Localização IDESQ	50
Quadro 1 – Entrevistas	36
Quadro 2 – Interlocutoras	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O FIO QUE UNE RETALHOS: NARRATIVAS E RESISTÊNCIAS	30
1.1 As interlocutoras	36
1.2 O bairro	39
2 O FIO QUE COSTURA FERIDAS: MATERNIDADE, LUTO, LUTA E ARTICULAÇÃO	52
2.1 Ser mãe	68
2.2 Ser política	68
2.2.1 A luta feminista por creches	69
2.2.2 Movimentos sociais	72
2.2.2.1 Alianças e Apoios: quando o território também luta	78
2.3 O Luto como verbo de ação	82
2.4 A tragédia como catalisadora da ação coletiva	86
3 O FIO QUE ALINHAVA SONHOS: IMPACTOS E CONQUISTAS	95
3.1 As creches como espaços de dignidade	96
3.2 Resultados concretos: avanços nas políticas públicas	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

Pode o subalterno falar? O que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno? A questão da "mulher" parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras. Se, no entanto, essa formulação é deslocada do contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico ao do Terceiro Mundo), a condição de ser "negra" ou "de cor" perde o significado persuasivo. A estratificação necessária da constituição do sujeito colonial na primeira fase do imperialismo capitalista torna a categoria "cor" inútil como um significante emancipatório (Spivak, 2010, p. 85).

Durante o meu planejamento para ingressar no mestrado em Antropologia pelo programa associado UFC-UNILAB, estava vivendo um momento de transição significativa na minha vida pessoal: havia recém me tornado mãe. Meu maior receio na época era onde deixar meu filho quando terminasse a licença-maternidade.

Na minha estrutura familiar, composta por mim, meu marido e nosso filho, não havia rede de apoio disponível, e pagar por uma creche particular ou uma babá era financeiramente inviável. Essa preocupação inicial deu origem à minha pesquisa, que pretendia abordar a escassez de vagas de berçários nas creches públicas de Fortaleza.

Para embasar meu projeto de entrada no mestrado, utilizei, então, os dados da nota técnica do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará)¹ sobre a demanda reprimida nas creches de Fortaleza. No entanto, no ímpeto de elaborar um projeto rápido e minimamente bem embasado, me perdi em olhar apenas para os números que a nota apresentava.

Ao iniciar a pesquisa já dentro do mestrado, senti como se estivesse entrando em um labirinto, mas guiada pelo fio de Ariadne. Na mitologia grega, Ariadne ajudou Teseu a sair do labirinto após derrotar o Minotauro, fornecendo-lhe um fio para que ele pudesse encontrar o caminho de volta. De maneira semelhante, eu, que me perdi no labirinto de números, ao “puxar o fio” e reler o documento com mais atenção, encontrei um anexo crucial: uma carta assinada pelas mães do Parque Santa Maria.

Esse foi o catalisador para a elaboração da nota técnica e motivou uma ação conjunta com o Ministério Público, que resultou no compromisso do município de Fortaleza de criar Centros de Educação Infantil (CEI) com vagas para berçários.

¹ O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará) é uma organização da sociedade civil, que atua há 30 anos com abrangência nacional e internacional, em especial na América Latina, em ações relacionadas ao cumprimento de sua missão de defender os direitos de crianças e adolescentes, especialmente quando violados pela ação ou omissão do poder público.

Figura 1 – Capa da Nota Técnica



Fonte: Child Rights Resource Centre / CEDECA² (2019).

A imagem acima corresponde à capa da Nota Técnica intitulada “Análise da Educação Infantil em Fortaleza: Orçamento e Direito à Creche”, produzida pelo CEDECA Ceará com apoio das organizações Save the Children e Misereor. Esta nota se tornou um fio que me conduziu a outras descobertas.

A descoberta dessa carta foi um momento revelador para mim, pois apresentou a força e a determinação das mães do Parque Santa Maria em suas demandas por um direito básico: a educação de qualidade para seus filhos.

² Disponível em:
<https://resourcecentre.savethechildren.net/document/analise-de-educacao-infantil-em-fortaleza-orcamento-e-direito-creche> Acesso em: 14 mai. 2025.

Figura 2 – 1^a Carta das MÃes do Parque Santa Maria



Fonte: Child Rights Resource Centre / CEDECA³ (2019).

A imagem acima apresenta a 1^a Carta das MÃes do Parque Santa Maria à Cidade de Fortaleza, publicada em maio de 2018 e incluída na Nota Técnica do CEDECA sobre

³ Ibid.

orçamento e direito à creche. Essa carta não só iluminou o propósito inicial da minha pesquisa, mas também me inspirou a redirecionar meu foco para encontrar essas mães e entender suas estratégias de luta.

“Nós da periferia somos tão humanos como as pessoas da elite.” Essa frase, escrita na carta coletiva, revela não apenas a desigualdade histórica que marca a relação entre centro e margem, mas também o apagamento simbólico de territórios como o Parque Santa Maria. Esse apagamento se evidenciou durante minha própria pesquisa, quando percebi a escassez de dados oficiais sobre o bairro e fui obrigada a costurar informações de áreas vizinhas para compor o retrato local. Assim, a ausência de dados também é forma de violência, de silenciamento, de negação do direito à memória e à existência.

Conduzida pelo fio de coragem das mães que assinaram a carta, decidi mudar o rumo da minha pesquisa inicial. O novo caminho que se iniciou tem como motivação conhecer as histórias e estratégias dessas mães, que, apesar das adversidades, conseguiram se mobilizar e conquistar avanços significativos para sua comunidade.

O presente trabalho aborda a mobilização das mães do Parque Santa Maria, que uniram forças em um coletivo para lutar por educação de qualidade para seus filhos após o trágico acontecimento em uma escola do bairro, que acidentou três crianças e ceifou a vida de uma menina de quatro anos no ano de 2018.⁴ O acidente aconteceu no Centro de Educação Infantil Professora Laís de Sousa Vieira Nobre e vitimou a pequena Hannah Evelyn de Andrade Laranjeira, a tragédia será abordada com mais profundidade no Capítulo 2.

Na carta as mães ainda dizem: “[...] foi algo que marcou e nunca vamos esquecer, sempre será lembrado com muita dor.” Essa frase, marcada por uma quebra de silêncio e lamento, carrega o peso de uma memória coletiva que insiste em não ser apagada. Não se trata apenas de lembrar um acontecimento trágico, mas de mantê-lo vivo como ferida aberta e denúncia permanente. Diante da dor e do medo de que outras crianças fossem vítimas de espaços públicos de cuidado infantil inadequados, essas mães transformaram a palavra “luto” em verbo de mobilização.

As experiências das mães do Parque Santa Maria trazem um olhar sobre como os movimentos sociais contemporâneos podem ser formados a partir de uma base local e maternal, redefinindo o conceito de “mobilização” para além das organizações formais e dos espaços políticos tradicionais. O estudo, ao focar nos resultados dessas mobilizações (como a

⁴

Fonte:
<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/05/piso-cede-em-creche-municipal-no-ancuri-e-deixa-pelo-menos-quatro-feri.html>.

criação de novas creches e a requalificação de instituições já existentes), fornece também um novo olhar crítico e detalhado do impacto das lutas cotidianas no tecido político e social.

Nos estudos de antropologia, essa pesquisa se situa no campo das mobilizações sociais, ao colocar as mães como protagonistas de mudanças institucionais e políticas. A antropologia, como ciência preocupada em entender as relações de poder, agência e estrutura, encontra aqui um aparato para explorar como grupos sociais atravessados por diferentes contextos utilizam táticas de organização informal e cotidiana para mudar sua realidade.

A pesquisa se alinha com uma vertente da antropologia que estuda os processos de resistência e transformação social a partir das margens, demonstrando que as mobilizações comunitárias podem ter um impacto duradouro e efetivo, mesmo quando partem de sujeitos historicamente excluídos das arenas de poder. Para isso, aponto-me em autoras como Maria Amélia Teles (2015) e Reny Schifino (2015), que analisam a participação política das mulheres na luta por creches como um enfrentamento feminista articulado ao cotidiano. Também me inspiro em Sidney Tarrow (2009) e Euzeneia Carlos (2024), ao compreender as interações entre movimentos sociais e Estado como arenas de confronto e negociação. As contribuições de Camila Fernandes (2021) sobre a precariedade dos cuidados nas creches públicas, e de Rafaela Queiroz (2023), com sua abordagem sensível às escrevivências de corpos racializados, reforçam o lugar epistêmico das mulheres periféricas como protagonistas de saberes e práticas políticas enraizadas no território.

Ao focar em como mulheres, especialmente mães, organizam suas demandas, a pesquisa destaca a intersecção entre gênero, maternidade e política, trazendo luz para um campo ainda pouco explorado pela antropologia das mobilizações sociais, em especial os movimentos sociais de mães em busca por educação de qualidade.

A escrita que pretendo seguir carrega intencionalmente a força da experiência e da reflexão crítica.

Alerto você que lê este texto, que minha escrita pode até ser interpretada como emotiva, mas não é esvaziada de reflexões que nos fazem pensar como mulheres negras e racializadas experienciam a assistência médica e entre outras questões sociais que nossos corpos vivenciam diante das relações raciais. Uma das minhas intenções é fazer você se incomodar e engasgar ao ler as escrevivências aqui presente, mas, principalmente, incomodar (Queiroz, 2023, p. 7).

Gostaria de retornar ao que foi dito anteriormente, sobre meu fio de Ariadne. Quem já bordou, costurou, ou teve qualquer contato com fios e linhas sabe a delicadeza e atenção que esses fios exigem. Eles são a obra prima da arte que você se propõe a fazer, mas qualquer descuido e desatenção vira um emaranhado difícil de desatar, as vezes impossível.

Caminhando pelo meu labirinto de pesquisa, segurando firme no fio que me conduziria, me vi presa em um grande nó de dúvidas que me faziam ficar ainda mais presa no labirinto.

Pensando nesse fio condutor e o que eu encontrei nesse labirinto, não poderia deixar de trazer uma reflexão de Carlo Ginzburg (2007), em “O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício”. Na introdução do livro, o autor apresenta a metáfora do labirinto de Teseu, guiado pelo fio de Ariadne. Ginzburg nos convida a enxergar a história como um espaço de incertezas, onde os rastros deixados pelo passado servem como pistas fragmentadas que, quando reunidas, dão forma a uma narrativa.

O autor aborda questões importantes, como o que é a verdade, como ela pode ser provada e até onde a ficção entra nesse processo. Em sua obra, Ginzburg pensa sobre como as histórias do passado são criadas e conta com metáforas para refletir sobre os desafios éticos, políticos e intelectuais de escrever história em tempos em que a verdade parece estar em crise. Essas metáforas não são apenas figuras de linguagem, pois elas representam a sua forma de pensar a investigação, que é baseada em pistas, e também criticam a maneira como a verdade tem sido desvalorizada nos discursos atuais.

Ginzburg (2007) acredita que o conhecimento histórico se constrói como uma espécie de “leitura de rastros”, que são vestígios deixados por acontecimentos passados que, por si só, não dizem tudo, mas podem ser interpretados. Assim como um caçador lê pegadas na floresta, o pesquisador interpreta sinais deixados por ações humanas que já aconteceram, mas não estão mais presentes. O fio, por sua vez, funciona como uma metáfora adicional, onde remete à criação de uma narrativa, à união dos rastros para formar uma história coerente, além de representar uma maneira de conduzir a investigação.

Como o historiador, eu também me deparei com esses rastros em minha pesquisa sobre as mães do Parque Santa Maria. A carta que encontrei anexada à nota técnica do CEDECA foi apenas um desses rastros, um fragmento que me chamou a atenção e, ao mesmo tempo, ressignificou meu percurso acadêmico.

Naquela carta, estavam as vozes das mães do Parque Santa Maria, organizadas, reivindicando o direito básico à educação de qualidade para seus filhos. Aquela descoberta foi, para mim, um fio que me permitiu navegar por um labirinto muito mais complexo: o das estratégias de articulação política, social e jurídica que essas mulheres construíram em meio às adversidades.

Seguindo os rastros que elas deixaram (os encontros, as mobilizações, as alianças) comecei a compreender como essas mães se articulavam para transformar realidades. Cada rastro que examinei se tornou uma linha no tecido de minha pesquisa. Tendo como base a

reflexão de Ginzburg (2007), percebo que minha pesquisa também se torna um processo de costura delicada.

Assim, ao estudar as estratégias das mães do Parque Santa Maria, a metáfora do fio e dos rastros se transforma em mais do que uma inspiração teórica. Ela se torna um método, um caminho. Os rastros não apenas me guiam, mas também me desafiam a interpretar, a ressignificar e, por fim, a contar essa história. Cada encontro com esses rastros é um momento de redescoberta, um nó que preciso desfazer para que o fio possa continuar a ser tecido, criando uma narrativa que ilumine as lutas dessas mulheres e suas conquistas.

Mas seguir esses rastros não foi a única parede que esbarrei nesse labirinto. Pesquisar um tema que se entrelaça comigo me gerou grandes dilemas no decorrer da produção do presente trabalho. Em vários momentos, tive que segurar a emoção para não chorar. Na minha mente, repetia: “uma pesquisadora não pode chorar em campo”. Como controlar esse impulso quando a narrativa da interlocutora ressoava tão profundamente com a minha própria história? Ao longo do processo, fui confrontada com minhas próprias emoções e experiências, percebendo que, como mãe e pesquisadora, minha posição no campo não poderia ser de mera observadora.

Não pretendo fazer uma autobiografia ou algo semelhante nesta dissertação, mas, para que façam sentido os motivos que me levaram a sentir de forma mais aguda o envolvimento com a pesquisa, é preciso me apresentar brevemente. Como foi dito anteriormente, sou mãe. Miguel, meu filho, nasceu em dezembro de 2022, quando eu havia recém passado em um concurso como professora da prefeitura de Fortaleza. Quando encerrou minha licença-maternidade, tentei matriculá-lo em um berçário da prefeitura, mas não havia vagas. Foi um malabarismo nesse período para que ele ficasse com o pai em casa enquanto eu estava no trabalho. Quando ele tinha pouco mais de 1 ano de idade, consegui uma vaga em uma creche (também da prefeitura) próxima à escola em que eu trabalhava. O problema que se apresentava agora era outro, já que a creche tinha (e ainda tem) diversos problemas estruturais, como a falta de água constante, por exemplo, e por isso eu tinha que sair do trabalho para buscá-lo mais cedo. A sala pequena, quente e sem ventilação, fazia com que ele adoecesse com frequência, entre tantas outras situações (que serão também narradas pelas minhas interlocutoras).

Existia (e ainda existe) uma proximidade na minha experiência e nas vivências dessas mulheres. Essa proximidade não poderia ser ignorada, assim como também não poderia ser penalizada academicamente. Por isso também considero e identifico a presente pesquisa com a abordagem trazida por Queiroz (2023, p. 20):

Uma escrita que possibilita ler as minhas semelhantes como um ser dotado de sentimentos e emoções, a ponto de não as tratar como objeto de pesquisa, mas como parte da trama da vida social e cultural. O distanciamento e a neutralidade me colocariam fora da escrevivência, e não é isso que me proponho a fazer, portanto, assumi os riscos metodológicos. Se a escrita é de nós, ela é humanizada e particular, as intersecções presentes possibilitarão olhar-nos como iguais, e que a comparação será para agregar, porém estou atenta aos lugares que ocupamos.

Assim, acredito que o ato de observar essas mulheres, acompanhá-las em suas lutas e ser tocada por suas narrativas e desafios moldou não apenas a análise da pesquisa, mas também o lugar que ocupo como pesquisadora. Durante o percurso da realização da pesquisa a Gabriella Mãe e a Gabriella pesquisadora se encontraram com os relatos das interlocutoras.

Desse modo, se fez importante o conceito de “ser afetado” de Jeanne Favret-Saada (2005) em sua reflexão sobre a feitiçaria no Bocage francês, a partir da década de 1970. A autora pondera sobre a maneira como a antropologia tradicional tende a desconsiderar ou subestimar a importância dos afetos na vivência humana. Favret-Saada apresenta a noção de "ser afetado" para explicar que o antropólogo deve se abrir às intensidades emocionais e às experiências do seu campo de pesquisa, permitindo que essas vivências influenciem sua compreensão. Ela contesta a ideia de que o pesquisador pode manter uma distância objetiva, defendendo que o envolvimento emocional é essencial para acessar determinadas dimensões culturais.

O que a autora apresenta é uma crítica a ideia de que a antropologia pode se limitar a analisar apenas as representações, ignorando a importância dos afetos e das formas de comunicação que não usam palavras. Estar afetado, para a autora, não é a mesma coisa que empatia. Significa estar presente de uma maneira que convida o pesquisador a sentir, a se transformar e a se envolver com aquilo que não pode ser totalmente explicado pela linguagem racional. Favret-Saada defende que esse estado de afetação é fundamental para que certos conhecimentos apareçam, especialmente aqueles ligados a experiências extremas, como o sofrimento, o luto ou o encantamento. Dessa forma, ela ajuda a pensar uma antropologia que reconhece que o sujeito é opaco e que há limites na compreensão racional, abrindo espaço para uma escuta mais sensível e capaz de promover mudanças.

Claro que esse envolvimento vem acompanhado de desafios éticos, especialmente em contextos marcados por sofrimento humano, onde a imersão afetiva pode gerar (e gerou) dilemas profundos.

Nesse sentido, as reflexões de Pierre Bourdieu (1996) em “É possível um ato desinteressado?” tornaram-se outra peça-chave para compreender meu posicionamento de pesquisadora em relação ao meu objeto de estudo. Como mãe pesquisando outras mães,

passei a questionar se meu envolvimento pessoal poderia distorcer a análise. Estaria eu, de fato, desenvolvendo uma pesquisa antropológica ou apenas confirmando minhas experiências e interesses pessoais, sem distanciamento crítico?

A ideia apresentada por Bourdieu (1996, p. 138) é um desafio para repensar a ideia de um ato puramente desinteressado no campo da pesquisa. Ele propõe que todo pesquisador, ao escolher um tema, carrega consigo uma bagagem de interesses pessoais, experiências e perspectivas, o que não necessariamente compromete o rigor científico, mas sim, exige que se tome consciência dessas relações.

No meu caso, percebi que a escolha do tema da maternidade não era apenas um reflexo de minhas experiências pessoais, mas também uma oportunidade para explorar, de forma crítica, a complexa articulação entre o ser mãe e o ser pesquisadora.

Entender que minha pesquisa não precisava ser “desinteressada”, no sentido de completamente distanciada da minha experiência pessoal, foi libertador. Pelo contrário, o fato de compartilhar algumas vivências com minhas interlocutoras me permitiu fornecer uma sensibilidade maior para captar as narrativas das trajetórias maternas, sem que isso anulasse o rigor da análise antropológica. Bourdieu (1996) aponta que a ilusão de um ato desinteressado no campo científico muitas vezes esconde as verdadeiras motivações do pesquisador, e traz à tona a necessidade de problematizarmos nossas escolhas de pesquisa.

Foi a partir das reflexões acima que percebi que não era possível separar a pesquisadora e a mãe cheia de emoções, mas para me reencontrar nesse labirinto e voltar ao fio condutor, tive que “educar” meu olhar e meu ouvir como antropóloga. Para isso, tomei como inspiração o que Roberto Cardoso de Oliveira (1996) apresenta como uma reflexão sobre os pilares que estruturam a prática antropológica. Seu texto aborda as dimensões fundamentais do fazer antropológico, destacando o olhar, o ouvir e o escrever como eixos centrais para a produção de conhecimento etnográfico, o olhar e o ouvir para mim foram primordiais.

Primeiro gostaria de trazer o seguinte apontamento do autor: “O olhar, como uma das dimensões do trabalho antropológico, deve ser treinado para captar os aspectos visíveis da vida social que carregam significados simbólicos e culturais profundos.” (Cardoso de Oliveira, 1996, p. 15). Isso se traduziu na tentativa de enxergar não apenas as demandas explícitas dessas mães, como o pedido por educação de qualidade e mais vagas em creches, mas também os significados mais profundos dessas demandas (a luta pela dignidade, a busca por um futuro melhor para seus filhos e a construção de um espaço político que reconheça suas vozes). Esse olhar sensível foi o que permitiu que não apenas fossem registradas as suas

ações, mas também houvesse uma compreensão de como essas estratégias são moldadas pela experiência de ser mulher, mãe e habitante de um bairro periférico em Fortaleza.

Cardoso de Oliveira (1996, p. 18) também diz que o "ouvir", assim como o "olhar", é uma prática essencial no trabalho antropológico, mas exige uma predisposição reflexiva para captar o que muitas vezes está escondido sob a superfície das palavras. Esse foi mais um dos desafios presentes na pesquisa (talvez na pesquisadora), ouvir as mães do Parque Santa Maria significava não apenas registrar o que elas tinham para dizer, mas também estar atenta às nuances, às pausas, aos silêncios e aos não-ditos que carregam significados tão profundos quanto suas palavras. Era preciso silenciar os "ruídos" (Cardoso de Oliveira, 1996, p. 18) e encontrar os rastros.

No desenvolvimento desta pesquisa, optei por focar nas ações realizadas pela comissão de mães do Parque Santa Maria. Busquei observar e compreender as nuances dos seus posicionamentos, bem como suas falas sobre os rumos das ações desenvolvidas. Entretanto, não restrinjo minha análise a essas mães. Ao longo da pesquisa, também procurei os responsáveis pelos órgãos e instituições que se mostraram presentes na história do grupo, o que ampliou minha compreensão sobre o contexto em que a comissão opera.

Com o objetivo de preservar a identidade das interlocutoras e de outros envolvidos, adotei o sigilo dos nomes. Para isso, modifiquei os nomes reais, inspirando-me no próprio bairro que serve de cenário para a atuação das mães, Santa Maria.

Para a produção dos dados, foi no diário de campo que bordei os retalhos do vivido, costurei as vozes das mães, os gestos interrompidos, os silêncios que disseram mais do que as palavras. As entrevistas foram gravadas, transcritas, revisadas, mas foi no diário que elas se tornaram tecido, textura, densidade. Rita Cachado (2021), em seu artigo "Diário de Campo. Um Primo Diferente na Família das Ciências Sociais", reflete sobre essa costura invisível, sobre como o diário, embora essencial para a etnografia, muitas vezes fica à margem da escrita acadêmica. Ele aparece como vestígio, nunca como protagonista, e, no entanto, é nele que o etnógrafo escreve e reescreve a experiência de campo, desenhando o mapa de sua travessia.

Não é apenas um repositório de dados, um depósito de informações brutas, é onde a antropóloga se encontra e se perde, onde a interpretação se insinua antes mesmo da análise formal. Cachado (2021) alerta para essa ausência do diário na produção acadêmica, como se a ciência quisesse se proteger do toque do vivido, como se o rigor se garantisse na exclusão da subjetividade. Mas quem faz etnografia sabe: o diário não é acessório, é trama. Ele não apenas

organiza a experiência, ele dá forma à memória, estrutura os sentidos que se desdobram na pesquisa.

E se a experiência é escrita, que ela seja também revisitada. Cachado (2021) propõe que o diário seja mais do que um fluxo disperso, que seja tecido com método, indexado, organizado, não para aprisioná-lo em categorias rígidas, mas para permitir que ele seja retorno, releitura, que possa ser aberto e relido como se lê uma carta antiga, com a surpresa do que já se sabia, mas ainda não se entendia por completo. Assim, mais do que um suporte da pesquisa, o diário foi, para mim, uma ponte entre o vivido e o escrito, entre o campo e a teoria.

Foi nesse entrelace do campo e da teoria que, durante minha pesquisa, também me deparei com as reflexões de Clifford Geertz (1998, p. 229): o dilema de “estar lá”, vivendo e observando a realidade das mães, e “estar aqui”, onde interpreto e coloco essas experiências em um contexto mais abrangente. “Estar lá” implica em me conectar com as histórias e vivências das entrevistadas, compreendendo suas lutas e emoções, além de observar suas ações dentro da comunidade.

Em contrapartida, “estar aqui” requer um distanciamento necessário para análise e escrita, onde reflito sobre as relações entre o que foi vivido e a teoria, considerando como essas memórias e narrativas individuais se entrelaçam com conceitos de mobilização política e memória coletiva. Geertz destaca que encontrar esse equilíbrio entre a imersão e a reflexão é um dos dilemas enfrentados pelo antropólogo, pois, ao retornar dessa experiência, é fundamental transformar essas vivências em uma narrativa coesa, com significados que transcendam o específico e estabeleçam diálogo com questões mais amplas.

Outra teoria que acompanhou meu percurso formativo, foi “Onde está a antropologia?”, de Mariza Peirano (1997), que se tornou uma leitura fundamental para me questionar sobre as bases e o alcance da antropologia na minha prática etnográfica. Suas provocações sobre a localização da antropologia me levaram a refletir profundamente sobre minha própria pesquisa, que, inicialmente, não parecia alinhada com os temas centrais da disciplina. Peirano (1997, p. 71) nos convida a revisitar as fronteiras e as definições da antropologia, que estão em constante deslocamento.

Para melhor analisar e, assim, ter uma compreensão mais aprofundada dos resultados, optei por organizar o material em grupos temáticos. Primeiramente, agrupei as falas que tratavam das parcerias estabelecidas pela comissão com outras entidades, como Organizações Não Governamentais (ONGs), órgãos públicos e iniciativas comunitárias. Em seguida, identifiquei as estratégias de mobilização e as ações coletivas desenvolvidas pelo

grupo. Por fim, organizei as falas e os registros relacionados aos impactos dessas ações, observando como as iniciativas da comissão repercutiram na vida das famílias e na comunidade.

Com essas informações, elaborei três tabelas que me auxiliaram na organização dos dados. As tabelas reuniram falas selecionadas das entrevistas, notícias e informações de sites que tratavam das ações do grupo, fornecendo um panorama abrangente e detalhado sobre as parcerias, estratégias e resultados da comissão de mães.

A estruturação desses dados se alinha com minhas escolhas metodológicas, em especial a que se fundamenta na etnografia, pois permite captar a complexidade dos fenômenos sociais a partir da vivência direta com os sujeitos da pesquisa.

A “descrição densa”, conceito desenvolvido por Clifford Geertz (1978, p. 7), orienta minha maneira de interpretar e apresentar as práticas e discursos das mães do Parque Santa Maria. Geertz propõe que a cultura deve ser lida como um sistema de significados compartilhados, onde cada comportamento social carrega múltiplas camadas de sentido. A etnografia, segundo essa perspectiva, não se limita à observação dos fatos, mas busca captar os significados subjacentes às ações sociais, inserindo-as em um contexto mais amplo. Essa abordagem se mostrou relevante para compreender como as mães narram suas lutas, constroem suas redes de solidariedade e negociam espaços de participação política.

A pesquisa também dialoga com a proposta de "objetivação participante", de Pierre Bourdieu e Loic Wacquant (1995), que enfatiza a necessidade de o pesquisador objetivar não apenas seu objeto de estudo, mas também sua própria posição dentro do campo acadêmico e social. No caso desta investigação, reconheço que minha proximidade com o tema e com algumas das interlocutoras exigiu em diversos momentos uma postura crítica e reflexiva sobre como minha própria trajetória influencia a coleta e interpretação dos dados. Essa perspectiva me leva a questionar os condicionamentos sociais que atravessam tanto as mães entrevistadas quanto eu pesquisadora, inserindo a pesquisa em um campo de disputas simbólicas e políticas.

Ao mesmo tempo em que a convivência com as interlocutoras me proporcionou acessar os sentidos profundos de suas experiências, fez-se necessário manter um distanciamento analítico para não transformar a pesquisa em um relato pessoal ou em uma simples reprodução das narrativas coletadas. O desafio, portanto, foi narrar a luta das mães sem reduzir suas experiências a uma visão romantizada ou determinista, equilibrando a proximidade empírica e a análise crítica.

Diferentemente de uma perspectiva puramente estruturalista, que enfatizaria apenas os condicionantes sociais que moldam a mobilização das mães, esta pesquisa incorpora o caráter interpretativo da etnografia, destacando as maneiras pelas quais essas mulheres ressignificam suas experiências e encontram novas formas de ação coletiva.

Como sugere Geertz, a etnografia não busca generalizações, mas sim interpretações que revelem os sistemas simbólicos que estruturam a realidade social. Nesse sentido, minha pesquisa não se limita a documentar as reivindicações dessas mães, mas tenta interpretar os sentidos e as estratégias por trás de suas práticas de resistência.

No entanto, a proposta de Bourdieu e Wacquant (1995) nos lembra que não se pode ignorar as estruturas de poder que influenciam e limitam essas ações. A análise da mobilização das mães do Parque Santa Maria exige compreender as relações de dominação que atravessam suas experiências, desde as barreiras institucionais que dificultam o acesso às creches até os discursos de responsabilização feminina pela educação infantil. Dessa forma, minha abordagem busca integrar o olhar simbólico de Geertz com a análise estrutural de Bourdieu e Wacquant, reconhecendo tanto a capacidade de agência das mães quanto às restrições impostas pelo contexto social.

Ao longo da pesquisa, o desafio foi evitar tanto a introspecção excessiva quanto o distanciamento absoluto, conforme alertam Bourdieu e Wacquant (1995). Esse equilíbrio exigiu um esforço constante de análise da minha própria posição no campo, reconhecendo que a produção do conhecimento antropológico não é um exercício neutro, mas um campo de disputas simbólicas. Aqui, a construção da narrativa etnográfica, portanto, considerou não apenas o que as mães dizem e fazem, mas também como minha própria presença afeta essa dinâmica e quais são os limites e possibilidades da minha interpretação.

Os trabalhos de Clifford Geertz (1978) no capítulo “Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa Da Cultura” e Bourdieu e Wacquant (1995) no capítulo “Una Objetivación Participante” representaram, portanto, duas abordagens fundamentais. No entanto, mesmo que ambos os autores critiquem as perspectivas positivistas e estruturalistas da antropologia e da sociologia, eles o fazem a partir de pontos de vista distintos. Enquanto Geertz enfatiza a interpretação simbólica da cultura, Bourdieu e Wacquant propõe uma análise estrutural reflexiva das relações de poder.

Para um equilíbrio entre ambas as abordagens, busquei reconhecer o poder da interpretação simbólica sem ignorar os condicionamentos sociais que moldam tanto minhas interlocutoras quanto eu como pesquisadora. Assim, minha intenção foi combinar descrição densa e análise reflexiva, levando em conta tanto o que os indivíduos dizem e fazem (Geertz,

1978, p. 7), quanto os condicionantes estruturais que influenciam essas ações (Bourdieu e Wacquant, 1995, p. 191).

No caminhar dessa jornada, percebi que a pesquisa antropológica vai além de uma mera análise crítica, pois é, na verdade, um compromisso ético (e emocional) com aquelas que compartilham suas narrativas e nos aceitam como ouvintes de suas histórias. Seria um grande engano dizer que os rastros deixados por essas mães foram meramente dados a serem estudados, pois na verdade foram vivências que transformaram minha compreensão sobre maternidade, luta e resistência. O fio de Ariadne que me orientava agora se expande em várias direções, e me permite fazer costuras com a análise acadêmica, que, por sua vez, ressignificam minha atuação como pesquisadora, mãe e mulher.

Com isso, o objetivo geral desta pesquisa é conhecer as histórias e as estratégias de articulação utilizadas pelas mães do Parque Santa Maria na busca por creches de qualidade para seus filhos, identificando os métodos de organização e mobilização empregados para influenciar as políticas públicas locais relacionadas à educação em Fortaleza.

Para isso, busca-se identificar as principais demandas dessas mães em relação à qualidade e acessibilidade das creches na região, compreender os métodos de mobilização política empregados para pressionar as autoridades locais na implementação de políticas eficazes de educação infantil e, por fim, verificar os resultados alcançados por suas estratégias de articulação, especialmente no que se refere a mudanças nas políticas públicas locais e melhorias na qualidade das creches disponíveis.

O problema de pesquisa está focado na reação das mães do Parque Santa Maria diante de uma tragédia ocorrida em uma creche do bairro, a qual expôs a falta de segurança e qualidade nas instituições de ensino infantil locais. Em resposta, as mães se organizaram em um coletivo para exigir da prefeitura melhores condições nas creches e escolas, visando garantir a segurança e o bem-estar de seus filhos.

A partir dessa mobilização, elas conseguiram que a prefeitura se comprometesse a construir novos centros de educação infantil e a requalificar as instituições já existentes. A pesquisa visa explorar as estratégias de articulação utilizadas pelas mães nesse processo, o impacto dessas ações nas políticas públicas e as melhorias concretas alcançadas na qualidade das creches da região.

Nesta introdução, busquei me ancorar em um conjunto de referências que articulam teoria social crítica, epistemologias feministas e prática etnográfica. Por isso, me inspirei em Spivak (2010), com a noção de subalternidade, e Queiroz (2023), com a

escrevivência, que permitem compreender as mães do Parque Santa Maria como sujeitos políticos que rompem silêncios históricos.

A perspectiva afetiva e reflexiva proposta por Jeanne Favret-Saada (2005), aliada à objetivação participante de Bourdieu e Wacquant (1995), fundamentaram a implicação do meu eu pesquisadora no campo como parte do processo de conhecimento. A etnografia interpretativa de Clifford Geertz (1978) e os pilares do olhar e ouvir de Cardoso de Oliveira (1996) orientam a escuta sensível das narrativas maternas, enquanto Rita Cachado (2021) recupera o diário de campo como trama viva da experiência antropológica. Por fim, Carlo Ginzburg (2007) inspira o fio condutor da pesquisa, transformando rastros e fragmentos em narrativa, análise e compromisso ético com as mulheres que costuram, com coragem, novas formas de existir e resistir.

O Capítulo 1, intitulado “O Fio que Une Retalhos: narrativas e resistências”, apresenta minha trajetória como pesquisadora no campo, entrelaçada com as histórias e resistências das mães do Parque Santa Maria, que, mobilizadas após uma tragédia em 2018, transformaram o luto em ação política por creches dignas. Apresento os caminhos afetivos e históricos do bairro, revelando como memória, maternidade e território se entrelaçam na luta por justiça social e educação infantil.

O texto destaca a construção coletiva de saberes e a força das vozes periféricas como fios que costuram a história de um território marcado por desigualdades e potências. Para isso foi fundamental trazer o conceito de “memória coletiva”, como processo de construção identitária e resistência (Pollak, 1989). Também recorri a Maria Izarilene Silva do Nascimento (2002) para explorar a história e urbanização do Parque Santa Maria.

O Capítulo 2, intitulado “O Fio que Costura Feridas: maternidade, luto, luta e articulação”, mergulha nas trajetórias das mães do Parque Santa Maria para compreender como a maternidade, em contextos periféricos, se transforma em uma prática política e afetiva de enfrentamento às ausências do Estado. A partir de conceitos como interseccionalidade, memória coletiva, cuidado como ato revolucionário e território como espaço simbólico e político, articula-se uma análise que entrelaça vivência e teoria.

As reflexões são orientadas por autoras como Grada Kilomba, Simone de Beauvoir, Bell Hooks, Judith Butler, Joan Scott, Elisabeth Badinter e Sonia Alvarez, cujas contribuições permitem situar a maternidade como um campo de disputa simbólica e material. Também dialogamos com os estudos de Santiago (2019) sobre o luto e a resistência, com Halbwachs (1990) e Pollak (1989) sobre memória, e com Mainwaring (1988), Abbers e von Bülow (2011) sobre os movimentos sociais. Ao reunir essas vozes e conceitos, o capítulo

costura uma leitura crítica e situada da mobilização das mães por creches públicas de qualidade, revelando o território como lugar de enunciação, resistência e reinvenção da política. Além disso, o capítulo articula o sofrimento com a mobilização, explorando como a tragédia que vitimou uma criança se tornou ponto de partida para a ação coletiva por justiça e dignidade. Referências como Bell Hooks, Chimamanda Adichie, Scholastique Mukasonga, Sherry Ortner e Carla Rodrigues oferecem suporte teórico à análise do luto como gesto insurgente, como política da memória e como reinvenção do cuidado. O capítulo também integra o pensamento de pesquisadoras brasileiras como Márcia Couto, Bila Sorj, Juliana Farias e outras, reconhecendo as mães como sujeitas epistêmicas e políticas. Entre perdas e palavras, dor e denúncia, memória e maternidade, costuram-se formas potentes de resistência que reconfiguram os sentidos do agir político a partir das margens.

No Capítulo 3, “O Fio que Alinhava Sonhos: impactos e conquistas”, volto o olhar para os efeitos concretos e simbólicos da mobilização das mães do Parque Santa Maria, entendendo suas ações como expressões da política vivida, olhando para Sonia Alvarez (1988), que reconhece o fazer político nos gestos cotidianos e nas redes construídas desde as margens.

O capítulo se apoia em estudos como o de Sônia Kramer (2006), ao tratar da dignidade como elemento estruturante da educação infantil, no diagnóstico de Cruz, Cruz e Rodrigues (2021) sobre a precariedade das creches conveniadas, e nas reflexões de Camila Fernandes (2021) sobre o cuidado precário e a ausência presente do Estado, que se apoia nas mulheres periféricas para sustentar políticas frágeis. A judicialização da luta é analisada à luz das contribuições de Gabriela Lotta (2019), que nos adverte que nenhuma política se realiza fora dos embates, limites institucionais e relações de poder. Ao apresentar os resultados dessa mobilização, o capítulo busca não apenas identificar mudanças estruturais ou institucionais, mas compreender como essas conquistas foram costuradas com afeto, insistência, alianças e enfrentamento, revelando que o verdadeiro avanço se dá quando o cotidiano vira campo de disputa e o cuidado se transforma em ação política.

No último capítulo, trago as considerações finais e percorro os fios finais da trajetória que costurou esta dissertação. Tomando como guia o mito de Ariadne, reencontro o novelo que me conduziu pelas memórias, dores e resistências das mães do Parque Santa Maria, e que, ao mesmo tempo, me transformou. Lá, revisito os caminhos trilhados, reconheço os limites da pesquisa e afirmo que a memória narrada por essas mulheres, mais do que dado empírico, é resultado metodológico, gesto político e herança viva. O capítulo é,

portanto, o nó que arremata a costura, sem encerrá-la: um convite para que o fio da escuta, da luta e da esperança siga em movimento.

1 O FIO QUE UNE RETALHOS: NARRATIVAS E RESISTÊNCIAS

[...] vale lembrar a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém. Meus escritos podem ser incorporados de emoção e de subjetividade, pois, contrariando o academicismo tradicional, as/os intelectuais negras/os se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem. Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevo de lugares diferentes (Kilomba, 2019, p. 58).

Como já falei, esta pesquisa segue a trilha de um grupo de mães do Parque Santa Maria que decidiu transformar o luto em luta. A experiência da perda, vivida coletivamente no território, despertou nelas a urgência de questionar as condições precárias das instituições públicas de cuidado infantil. Da indignação nasceu uma força coletiva, essas mulheres se organizaram para reivindicar, com coragem e persistência, o direito à educação segura e de qualidade para seus filhos.

A entrada no campo de pesquisa foi atravessada por desafios e por conexões pessoais. Inicialmente, tentei contato com o CEDECA e o Ministério Público por e-mail, com o intuito de conseguir algum direcionamento de como encontrar o coletivo de mães, mas sem sucesso.

Pesquisei na internet alguma referência que identificasse o coletivo e também não encontrei nada que pudesse me colocar em contato com elas. A virada se deu através de uma amiga próxima, que trabalhou por um longo período na Assembleia Legislativa do Ceará e fazia parte de movimentos sociais. No dia 1^a de maio de 2024, ela compartilhou comigo o contato de Maria Aparecida⁵, a líder da Comissão de Mães do Parque Santa Maria. A partir daquele momento, conversamos e marcamos nosso encontro.

Era dia 3 de maio de 2024 quando fui ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional (IDESQ),⁶ local de trabalho da Maria Aparecida. O encontro aconteceu dois dias após o primeiro contato. Naquele momento me apresentei e compartilhei meu objetivo de pesquisa. Ela, por sua vez, me apresentou a Maria dos Anjos⁷, outra mãe do grupo, afirmando: “Esta é a Gabriella, que vai contar nossa história.” Naquele momento não refleti sobre essa frase, mas no momento de transcrição da entrevista, percebi que havia também uma intenção da minha interlocutora, a de que uma história fosse contada. Essa frase ressoou na minha cabeça de várias formas, sem que eu ainda consiga definir de

⁵ Nome fictício, modificado por questões éticas.

⁶ O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional (IDESQ) atua no bairro Parque Santa Maria, fazendo parte do Ancuri em Fortaleza. É um instituto que trabalha na qualificação de aprendizes, oferecendo aos jovens da comunidade a oportunidade do primeiro emprego.

⁷ Nome fictício, modificado por questões éticas.

maneira precisa os significados dessa intenção. No entanto, mais do que contar a história, eu queria ouvir.

Durante nossa conversa, Maria Aparecida detalhou toda a trajetória e as conquistas do grupo. A memória e narrativa da minha interlocutora não é apenas uma ferramenta para se chegar a um resultado final ou uma conclusão objetiva. Ela é, antes, um processo que ilumina as conexões entre o individual e o coletivo, entre o passado e o presente, considerando que, como nos informa (Silva; Silva, 2022, p. 183), “Rememorar é anotar com precisão essas camadas de tempo, os lugares por onde se passou e se viveu. Não necessariamente traz um resultado, mas é antes um processo”. Rememorar, portanto, é um ato de resistência e de construção de identidade, um aspecto crucial para entender a força e a coesão que movem essas mães em suas mobilizações.

Essa reflexão se conecta com a perspectiva de Assmann (2011) sobre a memória, que não se limita a um registro passivo do passado, mas representa um espaço para a reconstrução ativa da identidade, onde indivíduos e comunidades reorganizam suas narrativas para assegurar a continuidade de suas histórias e resistir ao esquecimento, “[...] o ato de lembrar não é deliberado: ou se recorda ou não se recorda.” (p.33).

Segundo estudo realizado por Lima, Rigo e Santos (2016), dá para entender que a formação da identidade de um bairro está bem ligada aos processos de mobilização social e à memória coletiva dos moradores. No artigo deles, que fala sobre a construção da identidade do bairro Conjunto Palmeira, os autores mostram como relatos de lutas e conquistas foram registrados em diferentes formatos, como cartilhas, cordéis, vídeos e peças de teatro.

Na narrativa de Maria Aparecida, por exemplo, também funciona como forma de manter viva a memória social, ajudando a organizar as experiências da comunidade e fortalecendo o sentimento de pertencimento. Quando esses registros são compartilhados e atualizados em reuniões e eventos comunitários, eles ajudam a construir uma identidade que está sempre mudando. O passado é reinterpretado conforme as necessidades do momento presente.

A identidade local, como apontam os autores, emerge da relação dialógica entre memória individual e memória coletiva, permitindo que os sujeitos se reconheçam enquanto parte de uma história comum e reivindiquem direitos a partir dela. Nesse sentido, a lembrança das primeiras mobilizações no bairro, das condições precárias e da resistência cotidiana, não apenas alimenta a memória das lutas passadas, como também sustenta o engajamento atual das mães em busca de políticas públicas mais justas.

O estudo de Lima, Rigo e Santos (2016) mostra que a identidade territorial não se forma apenas pela delimitação geográfica, mas principalmente pela tessitura simbólica que emerge das práticas coletivas.

Após o primeiro encontro, mantive contato com Maria Aparecida pelo *WhatsApp* e pelo *Instagram*, onde ela me envia materiais complementares para a pesquisa, como fotos, artigos de jornais e publicações. Simultaneamente, eu continuava a buscar mais informações nos sites das instituições ligadas ao tema da pesquisa.

Ainda naquela primeira visita, informei à Maria Aparecida que queria participar dos encontros e reuniões da comissão, para conhecer melhor a organização do grupo. Algumas semanas depois recebi o convite para participar da celebração do Dia das Mães organizada por elas. O momento era um café da manhã com as mães e as crianças, ocorrido no dia 29 de junho de 2024, em que todas as pessoas ali se conheciam e conversavam entre si.

Figura 3 – Café Dia das Mães



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Fiquei um pouco reservada e distante, pensando em como dialogar com aquele grupo sem parecer uma forasteira. Maria Aparecida, então, me apresentou para as outras mulheres e contou o que eu estava pesquisando. Durante o café, elas discutiam outras importantes causas que o grupo estava encarando, como a luta pela melhoria do posto de saúde e o acesso e permanência das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Nesse evento, conheci Maria Auxiliadora, a residente mais antiga do bairro. Ela compartilhou comigo a história do surgimento do Parque Santa Maria e as experiências que

viveu ao longo dos anos. Tanto Maria Auxiliadora quanto Maria Aparecida mencionaram uma associação que tem contribuído para a comunidade, chamada Santo Dias.⁸

No dia 9 de agosto de 2024, recebi uma ligação inesperada de Maria Aparecida. A surpresa veio do fato de que era a primeira vez que ela me contatou dessa forma. Talvez seja o reflexo da minha geração, que se acostumou a estar sempre conectada nas redes sociais, respondendo rapidamente a mensagens e a notificações. A voz ao telefone parecia um eco de outros tempos, mais direto e pessoal.

O motivo do contato era um convite para uma cerimônia em comemoração ao aniversário do CEDECA Ceará, que se daria na Assembleia Legislativa do Ceará, no dia 19 de agosto de 2024. Seriam homenageadas diversas instituições, incluindo a Comissão de Mães do Parque Santa Maria.

Considero importante ressaltar que me fiz presente no evento mais pelo desejo de prestigiar a homenagem às mães do que mesmo de realizar pesquisa. Contudo, o campo se impôs inevitavelmente.

Estar presente me permitiu testemunhar momentos significativos que revelaram a profundidade das lutas daquelas mulheres e o impacto de suas ações na sociedade. A foto a seguir foi um registro da cadeira separada para Maria Aparecida como representante da comissão.

⁸ A Associação Santo Dias, entidade sediada em Fortaleza, busca promover a vida, o direito à cidadania e o trabalho digno e solidário.

Figura 4 – Cerimônia em Comemoração ao Aniversário do CEDECA Ceará



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Uma das primeiras impressões que tive no evento foi a força do reconhecimento que uma instituição como o CEDECA oferece a essas mães. O simbolismo dessa homenagem ia muito além do mero ato de reconhecimento. Aquela homenagem reforçava que a organização coletiva angariou muitas conquistas. Não eram apenas mães; eram agentes de transformação.

Outro aspecto que chamou minha atenção foi a predominância de grupos de mães entre as instituições homenageadas: as MÃes do Curió,⁹ as MÃes pela Diversidade,¹⁰ as MÃes pela Inclusão.¹¹ Cada uma delas, à sua maneira, unia à maternidade à luta por dignidade, não só de seus filhos, mas de toda uma geração de crianças e adolescentes. Talvez esse seja um fio

⁹ Movimento MÃes do Curió são mÃes e familiares que buscam por justiça, verdade e memória para as vÃtimas da chacina do Curió, um bairro da periferia de Fortaleza, ocorrida em 2015 e que vitimou 11 pessoas.

¹⁰ A Associação MÃes pela Diversidade é uma organização nÃo-governamental que reúne mÃes e pais de crianças, adolescentes e adultos LGBTQIA+.

¹¹ Grupo de mÃes ATÍPICAS. Formam um grupo de acolhimento e trocas de experiências na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

condutor para uma futura pesquisa, um ensaio sobre o entrelaçamento das lutas maternas e a busca por justiça social no contexto cearense.

Em seguida, a próxima visita aconteceu no dia 15 de outubro de 2024, novamente no IDESQ. A conversa dessa vez era para esclarecer aspectos que ficaram faltando nas entrevistas anteriores. Essas haviam revelado muito, mas também deixaram lacunas que precisavam ser preenchidas. Não bastava apenas ouvir sobre a mobilização, era necessário mergulhar nas entrelinhas de seus discursos e descobrir o que realmente elas enxergavam como "educação de qualidade".

Nesse mesmo encontro, entrevistei a diretora do IDESQ, que trouxe uma nova perspectiva para a pesquisa. Suas palavras adicionaram uma camada institucional à história, uma história que até então parecia apenas das mães. A diretora relatou seu olhar dos bastidores do movimento e revelou como a Comissão de Mães se moldou.

No dia 23 de outubro de 2024, estabeleci contato via *WhatsApp* com Maria do Carmo, coordenadora da Associação Santo Dias. A conversa teve como objetivo apresentar os propósitos da pesquisa e buscar informações sobre o histórico de atuação da associação em parceria com a comunidade do Parque Santa Maria, especialmente no que tange à luta por creches e espaços de educação infantil adequados. Maria do Carmo se mostrou receptiva e colaborativa, fornecendo dados preliminares importantes sobre o engajamento da associação em ações voltadas à garantia de direitos das crianças e das famílias do território.

Esse cruzamento de vozes e perspectivas trouxe uma nova visão ao meu entendimento dos acontecimentos.

Posteriormente, no dia 27 de março de 2025, realizei uma visita presencial à Associação Santo Dias, ocasião em que conversei com Maria da Glória, integrante da comissão de mães do Parque Santa Maria. O encontro foi fundamental para aprofundar a compreensão sobre os processos de mobilização e resistência protagonizados pelas mães após a tragédia ocorrida em 2018. Durante a conversa, Maria da Glória compartilhou relatos significativos sobre a atuação coletiva, os desafios enfrentados e as estratégias construídas ao longo dos anos para pressionar o poder público por melhorias nas políticas de educação infantil na região.

Para melhor compreender meu percurso no campo, elaborei uma tabela que apresenta o registro das entrevistas e visitas realizadas durante o trabalho de campo com a Comissão de Mães do Parque Santa Maria, em Fortaleza/CE. As entrevistas ocorreram em diferentes momentos e espaços, compondo uma trajetória de imersão na mobilização coletiva dessas mulheres por educação de qualidade para seus filhos. Além das entrevistas, foram

incluídas observações de eventos e encontros que contribuíram significativamente para a compreensão das estratégias de articulação do grupo.

Quadro 1 – Entrevistas

Data	Entrevistado(a)	Local/Evento
03/05/2024	Maria Aparecida e Maria dos Anjos	Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional (IDESQ)
29/06/2024	Maria Auxiliadora e observação das demais integrantes da comissão de mães	Celebração do Dia das Mães organizada pelo grupo – IDESQ
19/08/2024	Observação do grupo durante homenagem (sem entrevista formal)	Assembleia Legislativa do Ceará – Evento de Aniversário do CEDECA
15/10/2024	Maria Aparecida e Maria das Graças	Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional (IDESQ)
23/10/2024	Maria do Carmo	WhatsApp
27/03/2025	Maria da Glória	Associação Santo Dias

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

1.1 As interlocutoras

Como já detalhei anteriormente os caminhos trilhados até chegar em cada uma das minhas interlocutoras, agora me demorarei em apresentá-las. À medida que elas forem aparecendo nessa pesquisa, espero que o leitor consiga identificá-las e conhecê-las da forma mais próxima como eu as identifiquei e conheci.

A Comissão hoje conta com mais de 70 membros. Dentro das minhas limitações de realizar a pesquisa num contexto de dissertação de mestrado, seria inviável entrevistar esse quantitativo. Por isso escolhi 3 mulheres que estivessem desde o início da comissão, de modo a compreender melhor essa trajetória desde as suas origens. Além delas, procurei lideranças do bairro que estavam de alguma forma ligadas à mobilização que deu origem ao grupo. As entrevistas eram brevemente marcadas com essas mulheres e combinados os dias, locais e horários de disponibilidade.

As entrevistas foram realizadas de forma aberta, sem um roteiro preparado. A intenção era ouvir cada história sobre a criação da comissão da forma mais espontânea. Não posso deixar de apontar o desafio dessa escolha. Cada interlocutora tinha uma forma de narrar

essa história, algumas mais diretas e sucintas, outras mais abertas e detalhistas. Respeitei o tempo de cada uma delas, e mesmo que surgissem outras perguntas da minha parte, o padrão do diálogo se mantinha de acordo com o perfil da entrevistada. Algumas entrevistas tinham mais de 2 horas de gravação, outras pouco menos de 10 minutos. Procurei não me prender à forma dos relatos, mas ao que eles poderiam me transmitir.

Maria Aparecida foi minha informante principal, aquela cuja trajetória e disposição para compartilhar memórias se tornaram centrais para a construção desta pesquisa. Não posso deixar de destacar as dificuldades que encontrei ao entrevistar as outras mulheres da comunidade, especialmente aquelas mais tímidas, que respondiam de forma sucinta e reservada. Nessas situações, o silêncio e as pausas prolongadas me exigiam paciência e sensibilidade, além de um esforço maior para criar vínculos e encontrar caminhos que pudessem encorajar a expressão de suas experiências e sentimentos, sem ultrapassar os limites do que estavam dispostas a dizer. Ainda assim, cada uma a seu modo contribuiu para a coleta de informações.

Por questões éticas, modifiquei seus nomes, escolhendo títulos atribuídos a Santa Maria que nomeia o bairro. Durante as entrevistas, solicitei que a pessoa que estava sendo entrevistada se apresentasse da forma como ela se identifica, suas características e tudo que achasse relevante para sua descrição.

Quadro 2 – Interlocutoras

Nome	Descrição
Maria Aparecida: 38 anos, Articuladora Social.	Líder da Comissão de Mães do Parque Santa Maria. “Tenho 38 anos, casada, mãe de duas filhas, uma de 10 anos e outra de 2 anos e 9 meses. Vim morar aqui no Parque Santa Maria ainda muito pequena, com 4 anos de idade. Eu sou uma pessoa que ainda não entrei no ensino superior, porque ainda tenho questões de dúvidas entre o social e entre a pedagogia. Eu me julgo como uma pessoa, eu posso dizer, preta, periférica, mas que tem um sonho e vontade de que as coisas se encaixem. Eu tenho esperança de que tudo possa melhorar, mas depende de nós essa melhora.”

Maria Auxiliadora: 70 anos, Diretora Financeira do IDESQ.	Uma das primeiras moradoras do bairro. “Aqui o bairro eu vim pra cá com 4 anos de idade, vim pra cá em 1958, né? Faz 66 anos que eu moro aqui. Quando eu cheguei aqui, só tinha 4 moradores. Sou mãe de dois filhos. Dois filhos, com deficiência. Não tenho pai, não tenho mãe, não tenho marido. Eu tenho uma irmã que mora no Sul, uma que mora em Messejana e uma que mora no Pará. Eu não tenho ninguém, só Deus mesmo por mim.”
Maria das Graças: 52 anos, Diretora Idesq.	Diretora IDESQ. “Eu sou uma mobilizadora comunitária, tenho formação também em pedagogia, sou especialista em abordagem sistêmica familiar, mas sobre vivo de consultoria de beleza natural. E a minha vida toda eu fui atendida por algumas instituições aqui do Parque Santa Maria. No meu caso, a me entender como mulher preta, periférica. Aí depois fui mãe, mãe solo. E sempre travando essas lutas.”
Maria do Carmo: 39 anos, Coordenadora Associação Santo Dias.	Coordenadora Associação Santo Dias. “Eu sou uma mulher parda, líder comunitária, formada, a primeira pessoa em nível superior da minha família, sou defensora dos Direitos Humanos, sou casada, tenho um filho de 11 anos, uma sonhadora que acredita que o mundo melhor é possível, quando as pessoas se importam umas com as outras. Sou formada em administração e hoje sou coordenadora de uma organização da sociedade civil.”
Maria da Glória: 42 anos, membro da comissão de mães e dona de casa.	Membro da comissão de mães do Parque Santa Maria. “Tenho 42 anos e moro no bairro desde que nasci. Tenho 4 filhos. E é isso.”
Maria dos Anjos: 50 anos, membro da comissão de mães e dona de casa.	Membro da comissão de mães do Parque Santa Maria. “Tenho 50 anos. Tenho 3 filhos, o mais novo é autista. Moro no bairro há 28 anos.”

Fonte: Elaborado pela pesquisadora após pesquisa de campo (2025).

1.2 O bairro

Para compor o banco de informações sobre o bairro Parque Santa Maria, foram realizadas pesquisas no site Bairros e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de uma entrevista com Maria Auxiliadora, uma das moradoras mais antigas da região. Também foi conduzida uma pesquisa documental com base no trabalho de Maria Izarilene Silva do Nascimento, que, em 2002, ao concluir sua especialização em Metodologia de Ensino da Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE), desenvolveu a pesquisa "O Processo de Urbanização do Parque Santa Maria: Estudo de Caso, as Ocupações", oferecendo um importante panorama sobre a formação e transformação do bairro ao longo dos anos.

O Parque Santa Maria é um dos bairros mais recentes oficializados na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. No entanto, no decorrer desse subcapítulo, veremos que a comunidade tem uma longa história, que antecede os registros oficiais.

O parecer Nº 007 de 2009 apresenta um projeto para oficializar o nome do bairro e suas delimitações geográficas, com o próprio parecer informando que há muito tempo os próprios moradores já denominavam o bairro como Parque Santa Maria. Oficializado pelo decreto legislativo Nº 379 de 2009, o bairro, por ser novo, ainda não apresenta dados sobre renda média e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O que é informado pelo site “Bairros” da prefeitura de Fortaleza (2024) é que o bairro está em 118º lugar no ranking do IDH. Essa falta de dados impôs desafios metodológicos à realização desta pesquisa. Diante dessa lacuna, foi necessário ampliar o olhar para os bairros vizinhos (como Jangurussu, Ancuri, Messejana e Paupina), os quais, por muito tempo, dividiram espaço com o bairro aqui estudado como uma grande região unificada, a fim de compreender melhor o contexto territorial e social em que o Parque Santa Maria está inserido.

Figura 5 – O Bairro e Os Bairros

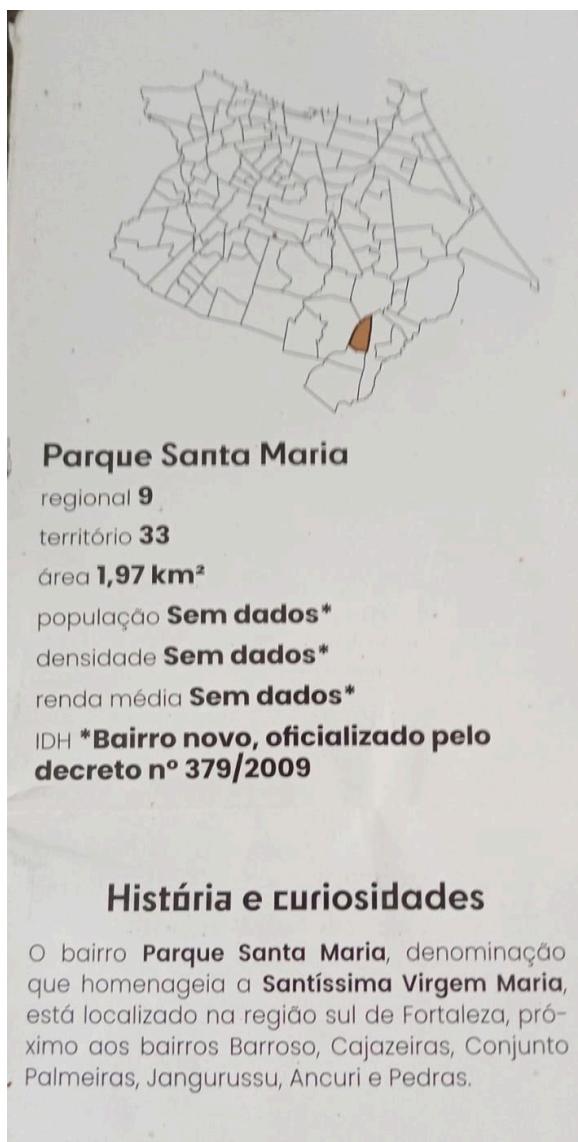


Fonte: Acervo da pesquisadora / Fortaleza em Mapas¹² (2024).

A imagem acima reúne representações gráficas desses cinco bairros de Fortaleza: Parque Santa Maria, Messejana, Paupina, Jangurussu e Ancuri. Em destaque, no centro, está o Parque Santa Maria (território central desta pesquisa), cercado por bairros que compartilham histórias semelhantes de urbanização precária, exclusão histórica e lutas por direitos básicos. Essa foto foi montada com os Mapas de Bolso, que trazem informações e curiosidades sobre os 121 bairros de Fortaleza.

¹² Disponível em:
<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-298-anos-prefeitura-lanca-plataforma-informativa-e-interativa-sobre-os-121-bairros-da-capital> Acesso em: 3 jun. 2025.

Figura 6 – O Bairro



Fonte: Acervo da pesquisadora / Fortaleza em Mapas¹³ (2024).

A imagem acima (feita também com os Mapas de Bolso) apresenta informações gerais sobre o bairro Parque Santa Maria. Entretanto, como foi dito, a história do bairro é bem anterior à sua oficialização. De acordo com Nascimento (2002), foi entre as décadas de 1950 e 1970 que o Parque Santa Maria se consolidou como lar para famílias vindas de Quixadá, Ibicutinga e Morada Nova. A localidade surgiu como um refúgio em meio às adversidades impostas pela seca:

¹³ Ibid.

Ao mesmo tempo que investigamos o passado, descobrimos que esta comunidade foi formada desde os primórdios até a atualidade por migrantes de vários municípios cearenses que fugindo da seca, encontraram neste tabuleiro cercado de lagoas e próximo ao centro de Fortaleza e consequentemente mais fácil encontrar trabalho, um verdadeiro oásis de paz e tranquilidade (Nascimento, 2002, p. 9).

A autora ainda apresenta uma reflexão e contextualização do período que diz que a história deste espaço está ligada de forma íntima a um contexto social muito maior, que foi marcado por uma política agrária que, ao longo do tempo, favoreceu os grandes latifúndios em detrimento da agricultura familiar (Nascimento, 2002).

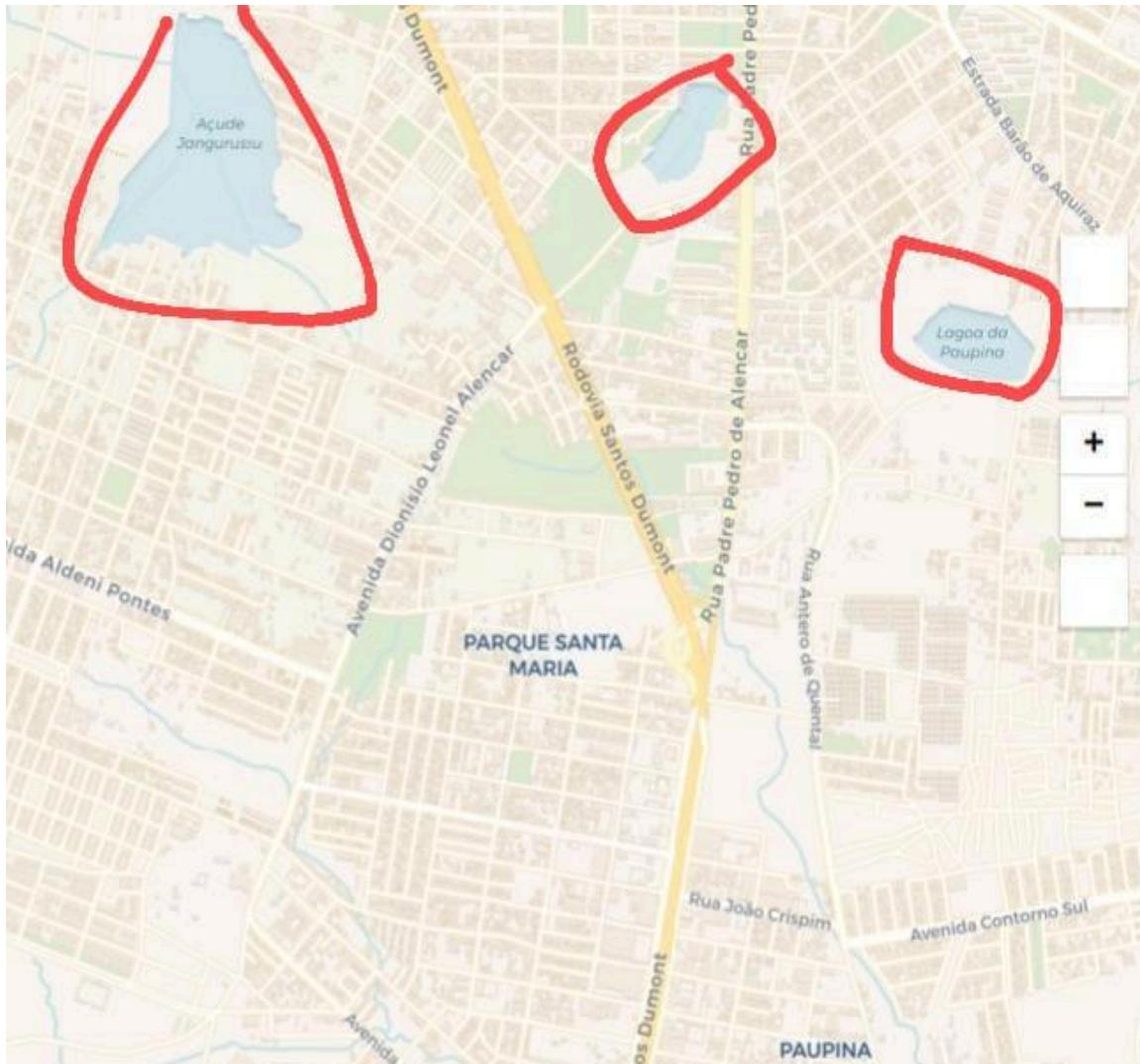
A seca severa e a escassez de oportunidades nas áreas rurais geraram um intenso êxodo rural, forçando milhares de famílias a migrar para as capitais. Como resultado dessa situação, as cidades cresceram de maneira desorganizada, abrigando comunidades que, embora demonstrem resistência e um forte senso de coletividade, enfrentam sérios problemas relacionados à habitação, à infraestrutura deficiente e à violência urbana (Nascimento, 2002, p. 11).

Gostaria de destacar a informação trazida por Nascimento sobre os primeiros moradores do bairro serem migrantes que fugiam da seca. A escolha pela localidade era intencional, pois se trata de uma comunidade cercada por lagoas. Isso fica ainda mais evidente na história narrada por Maria Auxiliadora, residente da área:

Aqui no bairro, eu vim pra cá com 4 anos de idade, vim pra cá em 1958, né? Faz 66 anos que eu moro aqui. Quando eu cheguei aqui, só tinha 4 moradores. Aqui era uma fazenda, e o dono tinha uma casinha aqui, casinha não, casarão, né? Toda semana ele vinha fazer doce de caju, passava a semana, não sei. E lá tinha um pé de cajueiro e ia fazer um monte de caju, foi muito doce, né? E eles moravam na aldeota e vinham. Só tinha filha única. Então aqui na fazenda, onde nós estamos aqui, aqui era um açude. Onde nós estamos aqui era um açude. Grande açude, o açude começa lá no colégio Moreira Leitão, que tinha uma casa de moradora lá. E aqui no final ele chama-se Sangrador do Açude. E esse açude se viaja de outro açude que colocaram dentro de uma aqui que tinha mais água. Só tinha quatro moradores e a mãe foi o quinto morador. Não tinha as ruas, não tinha, tinha mato, mato, mato. (Entrevista, 29/06/2024).

No relato, a ideia de um passado rural emerge com força. O bairro antes era uma vasta fazenda, aqui descrito como um espaço quase intocado, habitado por poucas famílias e marcado por elementos naturais como o açude e o “mato”. No relato, também voltamos à percepção da água como elemento estruturante do território. O açude, que se estendia até onde hoje existem ruas e casas, desempenhava não apenas um papel prático de fornecimento de recursos, mas também como marcador de identidade territorial.

Figura 7 – Recursos Hídricos



Fonte: Google Maps (2025).

A imagem acima reforça o que foi apresentado anteriormente sobre o bairro Parque Santa Maria estar geograficamente situado entre importantes recursos hídricos da zona sul de Fortaleza, como o Açude do Jangurussu, a Lagoa da Paupina e a Lagoa da Messejana.

Ao que se refere a origem do nome do bairro, existe uma complexidade das construções simbólicas e das diferentes narrativas que transitam nesse espaço urbano. Como veremos, o território não é apenas uma delimitação geográfica, mas uma trama de significados tecidos por diferentes atores sociais ao longo do tempo, cada um trazendo consigo uma interpretação própria, moldada por suas experiências, crenças e relações com o lugar.

Segundo Nascimento (2002, p. 2), a origem do nome estaria associada à propriedade fundiária do local, que pertencia a João de Paiva Bezerra e abrigava a Granja Santa Maria LTDA. Nessa versão podemos perceber que existe uma lógica fundiária e

econômica, em que o nome carrega a memória de uma estrutura agrária anterior à urbanização do bairro. Nesse contexto, o nome que “batiza” o bairro reflete a relação histórica da terra com seus primeiros proprietários e o modelo de ocupação baseado na exploração produtiva.

Por outro lado, a versão registrada no site "Bairros" (Fortaleza, 2024) insere uma camada religiosa e devocional à história do nome, informando que a denominação do bairro “[...] homenageia a Santíssima Virgem Maria [...]. Esse discurso se insere em uma narrativa mais ampla, que vincula a identidade do bairro à religiosidade católica, atribuindo-lhe um caráter simbólico de fé.

No entanto, ao analisar o relato da história de Maria Auxiliadora, surge uma nova perspectiva que destaca ainda mais as práticas religiosas como um elemento importante na escolha do nome. Auxiliadora me conta que as missões realizadas pelos frades capuchinhos na comunidade foram fundamentais para o desenvolvimento do bairro, e que acredita que o nome Santa Maria surgiu dessas missões.

Tais camadas de significado revelam não apenas a pluralidade da memória coletiva, mas também a forma como os habitantes se apropriam e recriam seu território em um processo contínuo de construção identitária. Como aponta Michael Pollak (1989), a memória coletiva não é homogênea, e sim plural e em constante transformação, sendo apropriada e reinterpretada pelos sujeitos conforme suas experiências e contextos sociais.

A educação desempenha um papel importante na história do bairro. Maria Auxiliadora me narra a seguinte experiência:

Estudava no Demócrito Rocha. Isso já de 8, 10 anos. Ninguém entrava com 4 anos, não, viu? Eu entrei com 7 no Demócrito Rocha. Aí todo mundo ia. Eu tinha essa escola que fica ali perto do pátio, sabe? O pátio Messejana. Então ficava a escola Demócrito Rocha. Chamava o Grupo Escolar Demócrito Rocha, né? Grupo Escolar. Então, todas as crianças estudavam lá, os outros iam pra Messejana, que é no José de Alencar, que não era o... o antigo José de Alencar. Então, as crianças não estudavam, não tinha vaga e pronto, não tinha vaga. Só que os sete anos, com muita agilidade, você conseguia uma vagazinha, você ia. A gente ia de pé. Quando terminou o quarto ano, nós estudávamos em Messejana. Aí, de pé. E voltava, como muda muito. Isso se deu 70 até 80, andava de pé aqui. Nunca teve ônibus. Aí, quando passava alguém caridoso, chamar caridoso, né? Chamava “quer carona?”, levava a gente. E quando não era, a gente ia a pé, na chuva ou no sol. E às vezes passava de bicicleta. “Vamos de bicicleta?” A gente ia na bicicleta. E assim, todas as pessoas. Quem tinha bicicletinha ia, ia, e quem não ia, ia de pé. (Entrevista, 29/06/2024).

Inicialmente, a menção ao ingresso escolar aos 7 anos evidencia as normas e práticas educacionais de uma época em que a educação infantil ainda não era amplamente universalizada ou acessível. Esta idade mínima reflete uma estrutura educacional que dava prioridade ao ensino fundamental, excluindo as crianças mais novas do sistema escolar. A promulgação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009 (Brasil, 2009), e sua regulamentação

pela Lei nº 12.796, de 2013 (Brasil, 2013), trouxeram uma mudança significativa nesse cenário ao tornar a educação básica obrigatória a partir dos 4 anos. Essa alteração representou o reconhecimento legal de que a infância não pode ser vista apenas como uma fase preparatória para o ensino fundamental, mas como um período crucial para o desenvolvimento integral da criança. O contraste com a realidade atual, onde é obrigatório iniciar a vida escolar aos 4 anos, revela mudanças significativas nas políticas educacionais e na percepção sobre o papel da educação na formação inicial das crianças.

Outro aspecto importante na análise é a localização da escola Demócrito Rocha em termos geográficos. A distância que necessitava ser percorrida para o acesso à educação é relevante. A menção ao deslocamento para Messejana sugere a presença de um eixo de circulação entre os bairros periféricos e os centros educacionais, evidenciando como a busca pela educação estabelece conexões entre diferentes territórios.

Dentro desse contexto, um elemento importante para a localidade foi o surgimento da Escola de 1º Grau Bárbara de Alencar, em 1972, que marcava um momento de transformação significativa para o bairro Parque Santa Maria. Nesse cenário, a educação desempenhou um papel estruturante, tanto na organização da vida comunitária quanto no acesso a novas possibilidades de mobilidade social e cultural:

Tomando-se numa comunidade pacata onde todos se conheciam e na maioria eram compadres, com um número aproximado de 50 casas e crescia lentamente. Com o passar dos anos na década de 70 o progresso começou a chegar com a fundação da Escola de 1º Grau Bárbara de Alencar em 14/08/1972 na Rua Cap. Porfírio e a implantação da linha de ônibus da Viação Cruzeiro, com apoio do vereador José Barros de Alencar (Nascimento, 2002, p. 25).

O vereador José Barros de Alencar (1923–1984), era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e tinha grande influência política no bairro, por ter atuado como subprefeito de Messejana, além de ter sido figura de destaque na Câmara Municipal de Fortaleza, onde exerceu mandatos entre 1958 e 1982, reconduzido diversas vezes (Câmara Municipal de Fortaleza, 2023). Sua atuação se insere em um contexto onde o PTB era um partido historicamente ligado ao trabalhismo de Getúlio Vargas.

Assim, a inauguração da 1ª Escola representava não apenas um marco físico, mas também um ponto de partida na construção de um futuro compartilhado. A escola, enquanto entidade, trazia consigo a possibilidade de acesso à alfabetização e ao ensino formal, tornando-se um espaço de aprendizado significativo.

Ademais, a criação da escola pode ser compreendida como uma manifestação do Estado que começa a se estabelecer na periferia, disponibilizando serviços essenciais que não

apenas ampliam o acesso a direitos, mas também operam como instrumentos de reprodução social.

Figura 8 – Localização das Escolas do Bairro



Fonte: Captura de tela do Google Maps (2025).

Na imagem acima estão circuladas de vermelho as quatro escolas municipais que atualmente existem no bairro. Além da Escola Bárbara de Alencar (na parte inferior do mapa), que foi a primeira escola do bairro, estão também o Centro de Educação Infantil Lais de Sousa Vieira Nobre, o Centro de Educação Infantil José Moreira Leitão e a Escola Municipal José Moreira Leitão (respectivamente na parte superior do mapa). As imagens a seguir foram realizadas nas visitas ao bairro, para identificar o local de três dessas escolas.

Figuras 9-11 – Escolas do Bairro





Fonte: Acervo da pesquisadora (2025).

Segundo Bourdieu (1995, p. 23), as instituições estatais desempenham um papel fundamental na consolidação do *habitus* e na reprodução das estruturas de poder, influenciando as dinâmicas sociais e culturais dos territórios onde se inserem. Dessa forma, a presença da escola não apenas fortalece o sentimento de pertencimento a um projeto nacional mais amplo, mas também reorganiza as relações internas da comunidade, moldando práticas e redefinindo hierarquias sociais.

É importante lembrar o contexto político do período. Durante a década de 1970 o país se encontrava sob a ditadura militar, onde esse projeto se materializava em um projeto nacional-desenvolvimentista e integrador, que combinava o discurso de progresso econômico (“milagre brasileiro”) com a formação de um “cidadão ideal” segundo os parâmetros do regime. A escola, nesse sentido, não era apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também de socialização política e cultural, reforçando símbolos nacionais, narrativas históricas oficiais e valores como ordem, disciplina e patriotismo (Saviani, 2021).

Simultaneamente, a implementação de uma linha de ônibus, realizada no mesmo período da inauguração da primeira escola e com o intermédio de lideranças políticas locais, complementa essa transformação ao ligar o bairro a outras áreas da cidade. Essa nova conexão física não só facilita o acesso dos moradores à educação, ao trabalho e a diversos serviços,

como também rompe com a ideia de isolamento, promovendo uma integração mais efetiva à rede urbana de Fortaleza.

O apoio do vereador José Barros de Alencar para essas mudanças evidencia, por sua vez, a relação entre políticas públicas, demandas comunitárias e a instrumentalização da educação como forma de intervenção no espaço urbano. A escola e o transporte público não surgem apenas como serviços, mas como catalisadores de uma nova configuração social, onde a comunidade se adapta às exigências e potencialidades de um bairro em transformação.

De acordo com Nascimento (2002), ainda em relação às questões educacionais no bairro, as Irmãs Carmelitas Maria Leire e Maria de Jesus, da Ordem de Santa Ana, desempenharam um papel central na conscientização política da comunidade. Na década de 1980, por meio da Pastoral Operária, um braço da Igreja Católica voltado para questões sociais e trabalhistas, o processo de mobilização ultrapassou a esfera religiosa, promovendo a organização popular em torno de objetivos comuns:

Com este novo espírito o povo começou a despertar o seu lado crítico de que unidos em torno de um objetivo comum poderiam realizar algo de concreto e dão início à construção do Centro Comunitário do Parque Santa Maria que veio a atender as necessidades da comunidade. Este espaço passou a ser usado para o funcionamento de uma escola comunitária, com a denominação de "Escolinha" que através da Pastoral da Criança trouxe os projetos "Olê-Olá" para atender crianças de 4 a 6 anos de idade na faixa etária da pré-escola e o "Projeto Piloto" para atender crianças de 7 a 14 anos a nível de 1^a a 4^a série que assistiam aulas teóricas das matérias lecionadas nas escolas públicas, como: português, matemática, ciência e estudos sociais (Nascimento, 2002, p. 28).

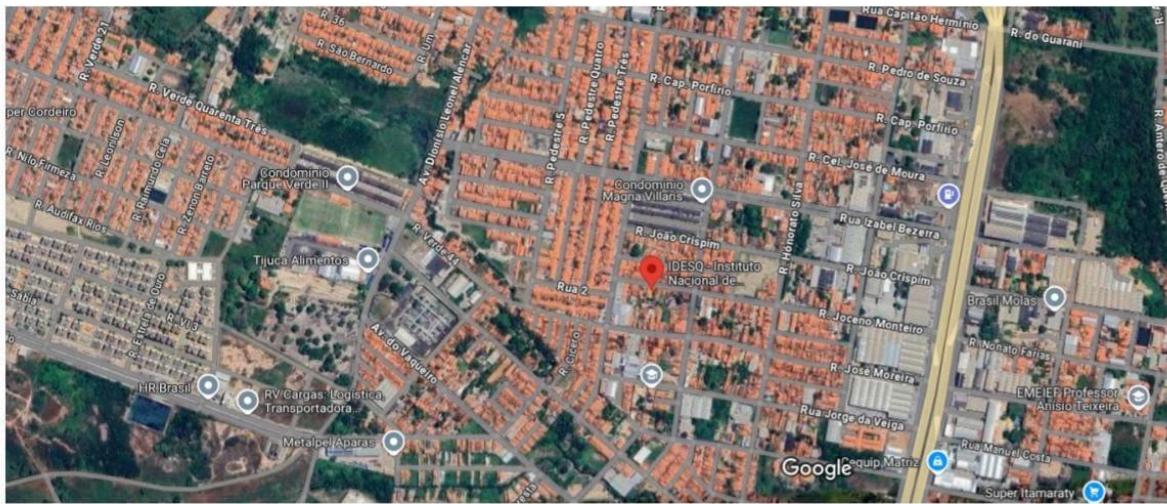
Hoje o local é conhecido como Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional (IDESQ). O site da instituição aponta, como sua origem, que nasceu dentro da igreja Católica como Centro Comunitário Santa Maria (CCSM).

Figura 12 – Localização IDESQ

23/04/2025, 15:42 IDESQ - Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional - Google Maps



IDESQ - Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional



Imagens ©2025 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies. Dados do mapa ©2025 200 m

Fonte: Captura de tela do Google Maps (2025).

A imagem acima mostra a localização do Instituto (no *pin* vermelho), localizado bem no centro do bairro. Além de atender às necessidades religiosas, o espaço foi apropriado pela comunidade para responder a demandas educacionais, evidenciando a importância da educação como elemento estruturante para a transformação social.

Para Nascimento, esse foi o ponto de partida para as lutas sociais da comunidade:

A população crescia e multiplicava-se a cada dia, a classe operária tomou consciência política se reuniram no Centro Comunitário, criando a Associação de Moradores que passou a discutir os problemas da comunidade como: o problema de falta de moradia, a criação de creches para atender as mães que trabalhavam fora, e a criação de uma escola de 2º grau para atender os jovens (Nascimento, 2002, p. 28).

A formação da Associação de Moradores destaca a importância da organização política como resposta às desigualdades e ausências do poder público. Essa mobilização destaca a formação de um sentimento de pertencimento coletivo, onde as dificuldades enfrentadas por um indivíduo ou grupo são vistas como desafios comuns a todos.

Semelhantemente, a necessidade de creches aponta para a importância das mulheres trabalhadoras na organização da vida em comunidade. Enquanto se inseriam no mercado de trabalho, elas lidavam com a sobrecarga de cuidar dos filhos, evidenciando a urgência de uma infraestrutura que possibilitasse a conciliação entre o trabalho e a vida familiar.

Do mesmo modo, a solicitação por uma escola de 2º grau demonstra a preocupação da comunidade com o futuro da juventude e a necessidade de assegurar o acesso à educação como meio de promoção social e empoderamento. Nesse contexto, a solicitação por uma instituição de ensino na localidade reflete a compreensão de que a educação vai além de um direito, sendo também um caminho para a emancipação.

Um outro aspecto relevante apontado por Nascimento (2002, p. 36) é que “[...] em cada ocupação existe uma liderança que está reunida em associação e estas lideranças comunitárias são adversárias e, portanto, ligadas a lideranças políticas também adversárias.” As lideranças comunitárias desempenham um papel central na organização das comunidades periféricas, servindo como mediadoras entre os interesses dos moradores e os agentes políticos. No entanto, o que a autora aponta é uma fragmentação dentro dessas lideranças. Nesse sentido, a associação entre lideranças comunitárias e políticos evidencia como as práticas de poder se reproduzem em escala local, reforçando relações de dependência e reciprocidade entre a comunidade e o sistema político.

O que fica evidente aqui é que o Parque Santa Maria não é apenas um território demarcado por fronteiras geográficas, mas um espaço vivo, construído pelas narrativas e lutas de seus moradores ao longo do tempo. A criação de escolas, a chegada do transporte público e a formação de associações comunitárias evidenciam um processo contínuo de organização popular, onde a educação e a mobilização social emergem como pilares da transformação, mesmo que diante de impasses.

Nesse cenário, a história que será contada nesta dissertação, sobre a luta das mães do Parque Santa Maria por creches públicas de qualidade, não pode ser vista de forma isolada, mas como continuidade de um histórico de reivindicações que moldaram o bairro e a identidade de seus habitantes. Assim como em outro momento os moradores se articularam para garantir educação e infraestrutura, hoje a comissão de mães do Parque Santa Maria assumem o protagonismo na defesa do direito à infância e ao trabalho digno. Suas estratégias de mobilização, que serão exploradas nos próximos capítulos, refletem não apenas a necessidade imediata de políticas públicas eficientes, mas também um histórico de construção coletiva que marca a história do bairro e de seus habitantes.

2 O FIO QUE COSTURA FERIDAS: MATERNIDADE, LUTO, LUTA E ARTICULAÇÃO

Este é o capítulo mais longo da dissertação, talvez por isso a dificuldade de fazer um parágrafo introdutório para apresentá-lo. Ou talvez a dificuldade de falar dele seja pelo impacto que costurar cada conceito me causou. Por isso serei breve em dizer que os títulos a seguir são os nós que desatei do meu fio de Ariadne.

2.1 Ser mãe

“[...] a palavra correta seria maternidades no plural, visto que existe uma variação considerável de como e por quem essa prestação de cuidados e afetos, inseridos em um contexto sócio-histórico, acontece.”

(Baia, 2021, p. 32)

Conforme o dicionário *Oxford Languages*, a maternidade é definida como "a qualidade ou o estado de ser mãe". Essa definição nos leva a refletir sobre o conceito de ser mãe. Na verdade, este tem sido um tema complexo nos últimos anos, envolvendo os campos de estudo que vão desde a antropologia até as temáticas de gênero. Para melhor compreensão do papel da maternidade na mobilização social, é necessário entender como esse "papel" foi e continua sendo estabelecido.

O que pretendo apresentar neste título é que “Ser mãe”, no contexto das mobilizações periféricas por direitos sociais, é mais do que um dado biológico ou uma função socialmente prescrita, é um lugar de enunciação política e afetiva. No fio que costura suas trajetórias, as mulheres que entrevistei transformam a experiência materna em instrumento de reivindicação pública.

Tal como analisa Santiago (2019), ao investigar mães que perderam seus filhos por conta de violências estatais, a figura da mãe emerge como um eixo simbólico e moral, convocado a partir do luto e da indignação. A maternidade, nesse cenário, é performada não apenas no espaço doméstico, mas no espaço público, como nas vigílias, protestos e ações políticas que tensionam as fronteiras entre cuidado e militância. A maternidade, neste caso, é instrumentalizada para gerar um impacto político significativo, utilizando o atributo de mãe como um símbolo de luta e resistência (Santiago, 2019, p. 34).

Para o autor, a maternidade é o eixo em torno do qual se organiza toda a rede de mobilização das mães. Embora possa parecer que reforçam uma essência tradicional do ser mãe, ao destacar essa figura essencializada, as mães ressignificam seu papel e ampliam sua visibilidade e legitimidade política (Santiago, 2019).

Nesse contexto, a maternidade vai além de cuidar e nutrir, ela se torna uma forma de resistência e subversão das estruturas de poder. Historicamente, a figura da mãe foi associada a valores de sacrifício e abnegação, sendo vista como a cuidadora por excelência. No entanto, as mães de comunidades marginalizadas ressignificam esse papel, utilizando-o como uma ferramenta de mobilização e resistência. Elas não apenas cuidam de seus filhos, mas também se levantam para proteger suas vidas contra a violência do Estado e as injustiças sociais (Santiago, 2019, p. 36).

Entre os fios que alinhavaram minhas percepções e reflexões do que ouvi das minhas interlocutoras, esteve presente o pensamento de Simone de Beauvoir (1970), cuja obra “O Segundo Sexo” marcou de forma definitiva o campo dos estudos de gênero. Para a autora francesa, “não se nasce mulher: torna-se mulher”, afirmação essa que cimentou que o que reconhecemos como identidade feminina é uma construção histórica e social.

O que Beauvoir aponta serve de apoio para que possamos deslocar a maternidade do campo do destino natural e pensá-la como prática situada, negociada e muitas vezes imposta. O ser mãe, assim como o ser mulher, não é uma essência, mas um papel atribuído às mulheres em contextos específicos – papel esse que pode ser ressignificado pelas práticas das mães que se mobilizam politicamente a partir de suas experiências.

Por isso, também não se nasce mãe, *torna-se mãe*. O que aprendo com Beauvoir é que existe um tensionamento entre o desejo de se afirmar como sujeito autônomo, pleno, essencial, e as condições históricas e sociais que de forma frequente remetem nós, mulheres, a um lugar de secundariedade. “O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial.” (Beauvoir, 1970, p. 23).

Quando refinamos esse pensamento para a maternidade, conforme é vista na sociedade, muitas vezes reforça-se a ideia de que a mulher deve se dedicar completamente aos outros (ao filho, à família e ao cuidado), fazendo com que ela pareça menos importante em relação ao modelo masculino, que é visto como racional e desvinculado de emoções.

Scavone (2001, p. 49) diz que o discurso feminista sobre a maternidade também revela que a maternidade pode assumir um papel de símbolo de realização feminina ou de opressão, ou ainda como um símbolo de poder. A perspectiva de gênero permite abordar essas

múltiplas facetas, destacando as inúmeras possibilidades de interpretação da maternidade como um fenômeno social complexo. Essa visão de muitas faces é importante para compreender como a maternidade pode simultaneamente separar as mulheres dos homens e, em determinados contextos, legitimar a dominação masculina, ao mesmo tempo que oferece uma plataforma para a resistência e a mobilização.

Assim, acredito que, nesse contexto, ser mulher e ser mãe é enfrentar uma divisão significativa: de um lado, o desejo de se afirmar como um ser com voz, história e autonomia, e do outro, ser reiteradamente influenciada por estruturas que a colocam na posição de suporte, doação e invisibilidade.

Sendo assim, a maternidade pode agir como um fator que torna a mulher menos essencial, pois exige que ela se coloque em segundo plano em função dos outros. No entanto, é exatamente essa situação que muitas mulheres, como as mães do Parque Santa Maria, têm desafiado, mesmo que de forma inconsciente, e reinterpretado.

Essa linha de pensamento se entrelaça com a perspectiva e crítica de Elisabeth Badinter (1980, p. 25 e 26), para quem a maternidade é historicamente construída como um ideal normativo de abnegação e sacrifício. Em sua obra “O mito do amor materno”, Badinter desmonta a ideia de que o amor materno seria instintivo, ao demonstrar que esse sentimento é moldado culturalmente e utilizado como instrumento de controle social sobre as mulheres.

No entanto, como veremos, é justamente esse ideal que as mães do Parque Santa Maria tensionam ao assumirem a cena pública, pois elas instrumentalizam o imaginário da “boa mãe” para reivindicar políticas de cuidado coletivo e denunciando as ausências do Estado. Ao fazê-lo, não reforçam o mito, mas o subvertem.

O que constitui a maternidade não é algo linear e homogêneo. Ainda na metáfora dos fios, podemos dizer que a maternidade é a tentativa de costurar diferentes tecidos, com diferentes texturas, com diferentes linhas.

Por isso, não podemos nos prender à figura da “mãe ideal” como uma mulher branca, heterossexual, de classe média, que se torna um determinado parâmetro normativo e, assim, invisibiliza outras formas de maternidade. As mães negras, periféricas, sozinhas ou dissidentes de alguma maneira, são frequentemente desautorizadas socialmente.

Nesse sentido gostaria de trazer os estudos de Judith Butler, filósofa norte-americana conhecida por suas contribuições à teoria *queer* e aos estudos sobre performatividade, que oferece outro ponto de inflexão. Butler (2014) propõe que os sujeitos são constituídos por normas que regulam os modos de ser inteligíveis socialmente.

Dessa maneira, quando essas mulheres (mães insubmissas) tomam a palavra e ocupam o espaço público, desafiando as normas que as confinavam ao silêncio, elas não apenas resistem, elas *recriam* os contornos do que pode ser reconhecido como sujeito político.

Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (Butler, 2014, p. 182).

Concordo com Butler a respeito da ideia de que o gênero é construído por meio de atos reiterativos que naturalizam identidades. Essa abordagem me chama atenção, pois desloca o foco do gênero de uma essência fixa para uma prática social dinâmica.

No entanto, não posso deixar de perceber que a ideia de performatividade pode ser desafiadora em contextos em que as condições materiais e sociais limitam drasticamente a capacidade de subversão. Por exemplo, Bell Hooks, autora afro-americana cuja obra entrelaça teoria feminista, raça e crítica cultural, destaca que a performatividade não é igualmente acessível a todos, já que questões de raça e classe interagem profundamente com as possibilidades de agência e resistência.

Por isso, para compreender a reconstrução da maternidade como lugar de resistência, me apoio em obras e apontamentos de Hooks. Em “Tudo sobre o amor” (2021), Hooks defende que o amor pode ser um ato de transgressão e transformação social “Amar de forma total e profunda nos coloca em risco. Quando amamos, somos completamente transformados” (p. 182). Ao cuidar de seus filhos e, ao mesmo tempo, lutar por condições dignas de vida, as mães aqui analisadas praticam um amor que não se restringe ao vínculo privado, mas que acontece em atos públicos de denúncia e esperança.

É esse amor que tira de algo estático e leva ao movimento, que se torna sustento, que as politiza. Em outro livro “O feminismo é para todo mundo” Hooks (2018) fala que: “Mulheres brancas individuais e mulheres não brancas que lidaram com as diferenças para criar espaços em que ligações de amor e solidariedade política possam surgir precisam compartilhar os métodos e as estratégias que empregamos com sucesso.” (Hooks, 2018, p.32).

Essa abordagem se costura com o que foi apresentado anteriormente sobre as reflexões de Simone de Beauvoir, onde a opressão de gênero é uma construção social que precisa ser desconstruída para promover a liberdade de todos. No entanto, Hooks (2018) vai além, ao enfatizar a interseccionalidade, mostrando como outros eixos de opressão, como racismo e classismo, se entrelaçam com o sexismo. Para mim, ao destacar que diferentes

formas de opressão interagem e se sobrepõem, a autora enriquece a análise feminista, tornando-a mais inclusiva e relevante.

Para mim, Bell Hooks representa uma mudança importante em relação às outras autoras que mencionei antes. Enquanto muitas das ideias feministas que apresentei focam na denúncia, na desconstrução e, principalmente, na indignação (emoções que também são fortes e capazes de transformar), Hooks traz o amor como uma força que impulsiona a ação política.

Sua crítica não diminui a luta, pelo contrário, ela muda o foco, pois, mostra que o amor, quando entendido como uma prática e compromisso coletivo, pode transformar estruturas e sustentar resistências. Ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de sentir indignação, Hooks a coloca dentro de um projeto de transformação que vai além de apenas reagir à opressão. Ela busca construir possibilidades de uma vida mais digna. É nessa combinação de afeto e resistência que escolho me apoiar, porque nela vejo um caminho que torna o cuidado uma ação política sem subjugará-lo, usando-o como combustível para o esforço coletivo.

A relação entre gênero, classe e raça, também é problematizada por Joan Scott (2017). Para a autora, essas categorias não operam isoladamente, mas se articulam na constituição das hierarquias sociais (Scott, 2017, p. 73). Em seus estudos, Scott propõe que, para compreender verdadeiramente o papel do gênero na sociedade, é preciso primeiro desconstruir as narrativas tradicionais que sustentam hierarquias de poder. Por isso, acredito que quando as mães compartilham suas dores, lutas e ausências, elas não estão apenas contando suas memórias pessoais, estão gerando saberes específicos que desafiam o que é considerado válido nos âmbitos acadêmico e político.

De acordo com essa perspectiva de que a experiência pode ser uma fonte legítima de conhecimento, Scott (2017, p. 74) alerta que a experiência não deve ser vista como uma evidência neutra. Em vez disso, ela deve ser encarada como um ponto de partida para uma análise crítica das relações de poder.

Dessa forma, comprehendo que a maternidade se apresenta não como um lugar parado, fixo ou estático, mas como um território em disputa, atravessado por múltiplas dimensões: o gênero, a raça, a classe, o território, o Estado. É nesse entrelaçamento de experiências, discursos e práticas que as mães constroem suas estratégias de mobilização.

O fio da maternidade (antes associado ao cuidado privado, ao silêncio e ao sacrifício) passa a alinhavar novas tramas: gritos públicos, organização coletiva, luta por direitos. Para entender melhor o que significa "ser mãe" nesse contexto de mobilização por direitos, decidi compartilhar as histórias de Maria Aparecida e Maria da Glória. Essas

mulheres, a partir de suas experiências como mães, se tornaram figuras importantes na formação e na liderança da comissão de mães do Parque Santa Maria. Suas narrativas mostram que a maternidade vai além do espaço doméstico e privado.

No nosso primeiro encontro, Maria Aparecida me narrou sobre quando foi morar no bairro, traçando a linha de sua própria história, que se entrelaçava com o Parque Santa Maria:

Porque assim, eu moro aqui no Parque Santa Maria desde quando eu tinha meus quatro anos de idade. Minha família veio pra cá e era um bairro que não tinha nada, nada. Não tinha escola, só mato. E uma estrada por onde o ônibus passava que só dava acesso ao centro de Fortaleza (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

No entanto, era nesse cenário aparentemente sem vida que germinava uma comunidade. Mesmo que a minha interlocutora tenha apresentado esse contexto de quando se mudou para o bairro, ela fez um salto na linha do tempo afirmando: “Minha história começou em 2018, mas a luta das mães começou em 2006.” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024). Nesse relato, podemos destacar dois aspectos: para Maria Aparecida, a sua história de vida começa quando ela entra na luta por mudanças do seu bairro, quando existia uma organização de mães anterior ao que hoje é a comissão de mães.

Essa escolha narrativa, de situar o “eu” num “nós” que vem de longe, é um gesto de ancestralização da luta. Ela inscreve sua trajetória pessoal numa continuidade histórica coletiva, tecendo uma rede de mulheres que, mesmo em tempos diferentes, compartilham os mesmos enfrentamentos com o poder público.

O referido momento de 2006, segundo me foi narrado, era sobre o surgimento de um anexo da prefeitura em uma casa modesta, originalmente uma escola particular, cujo espaço foi transformado em escola pública. Esse espaço era em memória de Laís Nobre, uma professora que havia marcado gerações com seu trabalho de alfabetização.¹⁴

Contudo, o local, que deveria ser um espaço de educação para as crianças, carecia de condições mínimas de segurança e infraestrutura.

Assim, era uma casa sem estrutura, as paredes davam choque quando chovia, telhado sempre com telhas quebradas, goteiras, problemas na caixa d’água. E nesse período algumas mães tinham feito manifestos, mas a prefeitura como sempre ela não respondeu. Fechou os olhos. (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

Essa percepção do abandono se intensifica quando Maria Aparecida afirma que a prefeitura “fechou os olhos”. Para a minha interlocutora, o silêncio e a indiferença do poder

¹⁴ A professora Laís de Sousa Vieira Nobre faleceu em um acidente de carro, e foi homenageada com o nome de um centro municipal de educação infantil. O decreto foi oficializado e publicado no Diário Oficial do Município, no dia 13 de novembro 2017.

público são apresentados como cúmplices do sofrimento dessas mães e crianças. Isso explicita a assimetria das relações entre centro e periferia, entre Estado e comunidades populares.

Maria Aparecida me oferece um relato denso, em que o ser mãe ganha um novo contorno nessa narrativa. “Estava chovendo e as paredes estavam dando choque nas crianças” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024), ela me relata, relembrando o dia em que um grupo de mães chamou uma equipe de reportagem para denunciar a precariedade da escola. De acordo com a minha interlocutora, a escola, que deveria ser lugar de proteção, se converte em espaço de risco.

A dor é o primeiro sinal. É o ponto de partida. Mas ela logo se transforma em palavra. E essa palavra, articulada em reuniões, visitas e denúncias, revela uma política do cotidiano. Maria Aparecida narra que, em 2017, sua filha deixaria a creche Moreira Leitão e seria transferida para o antigo prédio escolar (aquele da chuva e dos choques). Mas ela não queria. E nesse não querer já aparece um gesto de recusa, uma ruptura com o destino dado. Ao lado de outras mães, começa a se articular, ainda sem nome para o que faziam, apenas com o sentimento de que era preciso fazer algo.

Quando Maria Aparecida recusa o destino da filha ser transferida para a escola que ela considerava insalubre, ela rompe com o papel da “mãe submissa” e age como sujeito político. É um momento de virada em que, como diria Beauvoir (1970, p. 210), ela deixa de ser o “outro” e assume-se como sujeito. Desconstrói, dessa forma, a ideia da mulher como naturalmente destinada à maternidade e reduzida à sua biologia. Ao problematizar essa visão, Beauvoir, como discutido anteriormente, convida-nos a compreender a condição feminina como produto de uma construção histórica e cultural.

Nesse sentido, Maria Aparecida relata que a mobilização (ou insubmissão) se intensifica quando o proprietário do prédio onde funcionava a escola decide fechá-lo, por falta de pagamento da prefeitura. “A prefeitura estava com sete meses de aluguel atrasado”, relatou ela. Essa ação desencadeou uma reunião emergencial, em que as mães e algumas autoridades municipais discutiram as possíveis soluções:

As crianças ficaram sem aula e nesse período foi feito uma reunião com as mães das crianças de lá. Eu fui convidada a participar dessa reunião porque elas viram que eu já estava me articulando com outras mães para resolver a problemática de lá. E nessa reunião veio o subsecretário Jefferson,¹⁵ um vereador chamado Renan Colares (PDT), as mães, a direção da escola e coordenação. O subsecretário, com o vereador Renan Colares disseram que para o Santa Maria tinha uma promessa de uma creche modelo, como eles falavam, padrão para as nossas crianças, porém, não tinha data,

¹⁵ O professor Jefferson de Queiroz Maia foi o secretário adjunto da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fortaleza, que assumiu o cargo em 2017.

não tinha previsão de quando ia começar a obra (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

De acordo com a minha interlocutora, o tempo passou, e a situação das crianças continuava a mesma. As aulas retornaram, mas os problemas estruturais permaneciam. Quando as mães visitaram o local no final daquele ano, se depararam com o seguinte cenário: rebocos caindo, rachaduras no chão, torneiras defeituosas.

A indignação crescia: “A prefeitura tem a obrigação de dar uma educação de qualidade para os nossos filhos” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024), enfatizou minha interlocutora. Percebo que a maternidade, aqui, não é um lugar de passividade, mas de confronto. O cuidado se inscreve como ação política. Ela assume uma fala que já não é só pessoal: “Vamos nos movimentar”.

Esse “vamos” marca a virada. De mães isoladas, o relato mostra a formação de um corpo político. O cuidado com os filhos se expande, e a maternidade se torna plataforma de mobilização. A luta não é apenas por escola, mas por reconhecimento, por dignidade, por direito à infância segura. Cada passo, cada denúncia, cada reunião revela uma pedagogia da resistência construída por mulheres que não esperaram por salvadores. Ser mãe, nesse contexto, é também ser guardiã de um território, defensora do futuro, estratégica diante do descaso.

Fevereiro de 2018 não marca apenas um mês ou o início de um novo ano letivo. Para as mães do Parque Santa Maria, e em especial para Maria Aparecida, marca o início de uma nova etapa na luta, uma etapa em que o cuidado já não podia mais esperar.

A visita à Regional 6¹⁶ foi o primeiro passo daquela etapa. Fortaleza é organizada em 12 Secretarias Regionais, que funcionam como áreas administrativas criadas para tornar a gestão da cidade mais descentralizada. Essa estrutura ajuda a prefeitura a responder de forma mais rápida às necessidades de cada região, seja na infraestrutura, nos serviços urbanos ou nas ações sociais. Cada secretaria cuida de atender e acompanhar as demandas específicas da sua área de atuação.

Lá, onde funcionava o distrito de educação, foram atendidas por uma funcionária. Ouvem dela algo que já suspeitavam: que a responsabilidade de acionar a mudança do espaço escolar deveria partir da coordenação da escola. E é aí que algo se desloca na narrativa. Quando voltam à escola, a coordenadora abre uma pasta “desse tanto”, como disse Maria

¹⁶ Fonte:

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/06/12-regionais-de-fortaleza-confira-a-nova-divisao-da-capital-cearense.ghtml> Acesso em: 14 mai. 2025.

Aparecida com as mãos, cheia de ofícios: pedidos, solicitações, ofícios para que as crianças fossem retiradas daquele lugar, “E a prefeitura não ouviu.”

Foi então que elas decidiram agir por conta própria. Procuraram a Associação Santo Dias, que doou uma grande cesta para que pudessem realizar um bingo na festa do dia das mães. O objetivo era reformar o pátio da escola. Dois pais, voluntários, se ofereceram para ajudar na reforma, pois tinham filhos estudando lá.

A movimentação ganhava forma: uma rede se tecia. A Festa do Dia das Mães se aproximava. O lugar da celebração foi justamente o espaço que tentavam transformar: o pátio. Ninguém sabia que ali se encontrava uma fossa. E então poucos dias após a festa, no dia 23 de maio de 2018, durante o recreio, o chão cedeu. Quatro crianças caíram. Uma delas morreu.

O chão (esse que as mães tentavam reformar, esse onde os filhos brincavam) abriu-se como uma ferida. Uma fenda real e simbólica, escancarando a violência estrutural que atravessa os corpos infantis periféricos.

De acordo com a notícia publicada pelo portal G1 Ceará (2018), o acidente ocorreu após as crianças caírem em uma fossa dentro de uma escola infantil, no Bairro Parque Santa Maria, em Fortaleza: “Elas brincavam sobre a tampa de uma fossa onde antes era um poço. A estrutura cedeu com o peso das crianças.”

Em outra notícia publicada no mesmo portal, o então prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, assumiu o compromisso de avaliar se as unidades de educação do município apresentavam riscos estruturais, e decretou um luto oficial de três dias. Foi informado que o Centro Educacional Infantil (CEI) Professora Laís Sousa Vieira Nobre ficaria temporariamente fechado para que fosse realizada a avaliação de risco, e, com isso, seria realizado o remanejamento dos alunos para outras instituições.

O acidente ocorreu durante a gestão do prefeito Roberto Cláudio do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que esteve à frente da Prefeitura de Fortaleza entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2020, tendo sido reeleito para o segundo mandato em 2016. Já as ações, que veremos posteriormente, relacionadas ao caso ocorreram no período em que José Sarto, também do PDT, exercia o cargo de prefeito da capital, de 2021 a 2024, evidenciando que o episódio atravessou diferentes gestões municipais, ainda que sob a liderança de prefeitos do mesmo partido.

Mas mesmo diante da dor, as mães não recuaram. “Não vamos aceitar mais isso”, relata Maria Aparecida. E esse “não aceitar” foi o início de outro tipo de movimento, um movimento que se fez entre o luto e a coragem. Chamaram novamente a Associação Santo Dias. Contaram com o apoio do IDESQ. No dia seguinte à tragédia, já estavam nas ruas. Mães

e comunidade reunidas, cartazes erguidos, vozes exigindo: responsabilidade, reparação, justiça.

A narrativa de Maria Aparecida mostra que o cuidado não é puro afeto: é também cansaço, luto, enfrentamento com a estrutura. Expõe que o amor materno não é suficiente para proteger os filhos em contextos de abandono estatal. Isso desestabiliza a imagem da mãe “naturalmente cuidadora”, revelando que a maternidade é um exercício de resistência, não um destino biológico.

Aqui, gostaria de recorrer novamente aos estudos de Badinter (1985), que desconstrói a concepção do amor materno como um instinto inato, argumentando que se trata, na verdade, de uma construção social influenciada por fatores históricos, culturais e econômicos. Concordo com sua análise, pois ela evidencia que o amor materno é condicionado por expectativas sociais e econômicas, não sendo universal ou atemporal. Essa concepção se costura nas narrativas das mães do Parque Santa Maria, que vivem a maternidade sob a pressão de múltiplas responsabilidades e (de acordo com seus relatos) da ausência sistemática do Estado.

No entanto, vale destacar que a obra de Badinter se concentra de grande modo na realidade europeia, sem tanta atenção à escuta das próprias mães, especialmente em contextos periféricos e não ocidentais. Aqui, essa ausência repercute na dificuldade de captar a complexidade das maternidades vividas em territórios como o Parque Santa Maria, onde os vínculos entre mães e filhos não se estabelecem apenas a partir de escolhas individuais, mas de condições estruturais e diferentes marcadores.

Ao acompanhar as narrativas dessas mulheres, percebo que o amor materno não pode ser compreendido fora do seu contexto histórico e geográfico. Como vimos na fatalidade, esse amor é atravessado por urgências, ausências e lutas.

Maria Aparecida continua sua narrativa apontando que “Nós não culpamos as profissionais que estavam lá”, “A gente culpou a prefeitura.” E a articulação, a partir dali, foi ganhando corpo jurídico. Foram ao Ministério Público. O CEDECA esteve com elas. A luta saiu do território e entrou nas instituições. A maternidade, antes confinada aos lares, já ocupava agora os corredores do poder. Ser mãe, para a minha interlocutora, foi tornar-se voz da infância silenciada, foi transformar dor em mobilização, foi dizer “não” quando tudo dizia que o certo era calar.

No relato é possível compreender que ser mãe se torna uma ação pública e subversiva, não apenas no cuidado no espaço doméstico. A queda das crianças na fossa e a mobilização após essa tragédia nos revela com nitidez o que significa ser mãe numa geografia

da ausência. Revela como o cuidado, ao ser sistematicamente negado pelo Estado, torna-se campo de batalha, território de reivindicação, gesto de resistência.

Precisamos entender que a maternidade, nesse contexto, é uma prática radical de *reexistência*. O corpo da criança que cai na fossa é também o corpo do Estado que rui. E o corpo da mãe que grita nas ruas é o que se levanta para que isso nunca mais aconteça.

O dia 25 de maio de 2018 foi, para as mães do Parque Santa Maria, um dia de fala e, como relata Maria Aparecida, “escuta tensa, chorosa, mas finalmente permitida”. Na audiência realizada logo após a tragédia, a presença de figuras do poder público era esperada como um gesto de responsabilidade. Disseram que o então prefeito Roberto Cláudio viria. Mas não veio. E sua ausência não passou despercebida. Como poderia? A revolta da população era viva, pulsava nas ruas e nos olhos das mulheres que enterraram uma criança dias antes.

Ainda assim, houve voz. Houve palavras. Maria Aparecida foi uma dessas vozes. Segundo ela, foi dito que estava entalado há anos. Falou o que tantas mulheres, silenciosamente, vinham sentindo. E, naquele momento, para aquelas mulheres, ser mãe tornou-se sinônimo de romper o silêncio. Porque ali, naquele espaço onde a dor precisava ser nomeada, a palavra das mães ocupou o centro.

Naquela mesma tarde, aconteceu uma audiência pública popular. Estavam presentes representantes do CEDECA, do Ministério Público, da Associação Santo Dias, familiares da criança que morreu e das outras que caíram na fossa. A presença de Larissa Gaspar, deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e então presidente da Comissão de Direitos Humanos, deu ainda mais densidade à cena. Mas foi a fala de um funcionário da prefeitura que, de acordo com a minha interlocutora, “gerou mais revolta”: “Embora com aquele laudo o prédio não estivesse em condições, eu assinava para que a escola não deixasse de funcionar” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

Esse momento foi um ponto de inflexão. As mães não se calaram. A indignação veio em ondas, misturando luto, raiva e clareza, Maria Aparecida conta que no momento disse, “Aí pronto, morre o filho da gente... E o filho de vocês que estão no particular?” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024). Percebo que a pergunta é mais do que retórica. O que a minha interlocutora fala é que há filhos que podem brincar com segurança, e há filhos que caem em fossas.

Foi ali que nasceu, oficialmente, a Comissão de MÃes do Parque Santa Maria. O nome, simples e direto, carrega o peso de tudo que veio antes: os ofícios ignorados, os bingos solidários, a fossa escondida, o chão que cedeu. A partir desse momento, a organização se

fortalece. A luta passa a ter um nome, um corpo coletivo, uma frente de articulação que não pretende mais pedir, mas exigir.

A formação da Comissão de Mães do Parque Santa Maria, os abaixo-assinados, as reuniões com gestores públicos e o trânsito entre organizações como CEDECA, Ministério Público e movimentos sociais revelam que o “ser mãe”, neste contexto, se desdobra como uma prática política profundamente enraizada na experiência cotidiana da exclusão.

Ao ocuparem espaços historicamente negados às mulheres periféricas, essas mães tornam visível um tipo de feminismo popular que, embora muitas vezes não se nomeie como tal, transforma a maternidade em linguagem de reivindicação e ferramenta de ação coletiva.

Dentro dessa perspectiva, Alvarez (1988) analisa como a participação das mulheres nos movimentos sociais e nas disputas políticas não apenas ampliou a agenda da democratização, mas também redefiniu a maneira como a própria democracia era concebida, incorporando demandas específicas de gênero. A autora argumenta que a luta feminista não se restringiu a reivindicações específicas, como direitos civis e trabalhistas, mas influenciou a estrutura das instituições políticas e o debate sobre cidadania no Brasil.

Ser mãe, nesse sentido, deixa de ser apenas papel social ou vínculo afetivo para se tornar ato fundacional de uma nova concepção de cidadania, onde o cuidado com os filhos se expande para o cuidado com o território, com a infância coletiva e com o próprio futuro da comunidade.

Como resultado da tragédia e da exigência por mudanças, as crianças foram transferidas provisoriamente para a creche Moreira Leitão, no mesmo bairro. A estrutura também era precária, mas, diante da pressão das mães, conseguiram reformas emergenciais: telhados consertados, banheiros ajustados, quadra esportiva concluída após quatro anos de abandono. Em quatro meses de mobilização, a obra foi entregue.

Maria Aparecida reforça que o lema que uniu essas mães era “uma educação de qualidade para as nossas crianças do Parque Santa Maria” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024). Não se tratava mais apenas de um clamor.

A nota técnica, elaborada como desdobramento das ações, foi anexada ao Ministério Público. A carta das mães foi escrita no calor do luto, da dor ainda fresca. Nela, as mães falavam para que o Estado “sentisse na pele” o que elas estavam sentindo no corpo. Uma tentativa de produzir empatia institucional, de fazer com que a morte não fosse apenas número, mas ferida aberta.

A união das mães em torno da tragédia, expressa nos mutirões, festas e ações solidárias, revela que o cuidado, nesse contexto, não é sinônimo de submissão, mas expressão

de uma força política que nasce da dor compartilhada. Como foi dito por Bell Hooks (2018), o amor e o cuidado, quando orientados pela busca por justiça, tornam-se práticas revolucionárias.

Na verdade, acredito que o cuidado materno não é uma submissão e não deveria ser visto assim. Ao assumir o cuidado como ato coletivo diante daquela perda específica, comprehendo que Maria Aparecida mostra que estar próxima e atenta não significava se submeter, mas sim criar condições concretas para proteger outras crianças e evitar novas tragédias. Nesse gesto, o cuidado deixou de ser apenas uma obrigação imposta e tornou-se escolha consciente de enfrentar o descaso e reivindicar mudanças.

A compreensão de que a interseccionalidade como eixo central da análise feminista permite compreender que o “ser mãe”, nesse território, está profundamente entrelaçado com as marcas do racismo, da pobreza e da desigualdade de gênero. Isso me faz lembrar novamente a carta das mães “Nós da periferia somos tão humanos como as pessoas da elite.” nessa escrita, percebo que a maternidade é vivida não apenas como afeto e cuidado, mas também como resistência diária frente a um sistema que insiste em negá-las como sujeitos de direitos.

No entanto, nem todas puderam seguir adiante. A mãe da criança que faleceu não resistiu ao peso da perda. Participou dos primeiros movimentos, mas, atravessada por múltiplas vulnerabilidades, afastou-se. De acorco com Maria Aparecida, a comissão respeitou seu silêncio, mas não se calou por ela. Seu luto tornou-se também um motor para a luta coletiva, e sua ausência, uma presença que reforça a urgência de continuar.

Essa parte da história revela como o ser mãe na periferia é também assumir responsabilidades que deveriam ser coletivas. Ser mãe nesse contexto é lembrar, todos os dias, que o chão não pode mais se abrir.

Por isso, acredito ser relevante o pensamento de Scott (2017), que propõe que o gênero deve ser compreendido não apenas como uma característica individual ou social das mulheres, mas como uma categoria analítica central para a interpretação da história e das relações de poder. Como já foi dito anteriormente, a autora aponta que a categoria de gênero não deve ser usada de maneira descriptiva ou estática, mas sim como um instrumento para analisar relações sociais, estruturas de poder e significados culturais.

Mas a tragédia não foi o ponto final. Foi uma passagem para um novo campo de luta. Se antes o foco estava na educação infantil e nas creches da comunidade, agora a articulação das mães começava a se expandir, atravessando os muros de outras escolas e tocando em outras formas de violência. Foi assim que Maria da Glória chegou.

Ela já conhecia algumas das mães da comissão, especialmente a Maria Aparecida, com quem mantinha laços antigos. Mas sua entrada se deu por outra via: não foi a creche que a empurrou para o ativismo, e sim o medo da violência crescente na escola onde sua filha havia sido matriculada. A filha vinha de uma vivência tranquila na Moreira Leitão, mas, ao migrar para a escola Bárbara de Alencar, a sensação era de ter deixado para trás o lúdico e o cuidado e de adentrar um espaço de tensão constante.

“Foi muito impactante a migração”, contou Maria da Glória, e esse impacto não era apenas da mudança física, mas da transformação subjetiva de uma mãe que passou a ver a escola como lugar de ameaça.

Os relatos sobre casos graves de violência circulavam entre as famílias: episódios de bullying, agressões físicas, até mesmo um aluno que agrediu um professor com uma faca. Ao lembrar da tragédia que ceifou a vida da pequena Hannah na creche, Maria da Glória não quis esperar por mais uma catástrofe. Uniu-se às outras mulheres e ajudou a expandir a atuação da Comissão de Mães para dentro da escola Bárbara de Alencar.

A trajetória de Maria da Glória nos permite ampliar ainda mais a compreensão do que significa “ser mãe” no contexto de periferia. Diferente de Maria Aparecida, cuja inserção na luta partiu do enfrentamento às precárias condições das creches, Glória chega movida por outra dor: o medo da violência escolar que afeta diretamente sua filha. No movimento da minha interlocutora, percebo que o “ser mãe” não é um lugar fixo nem uma identidade homogênea. Pelo contrário, ele se atualiza a partir das urgências do cotidiano, ganhando contornos específicos a depender do território, da ameaça e da relação afetiva com os filhos.

A primeira estratégia que Maria da Glória me relatou foi o diálogo. As mães buscaram a gestão, provocaram reuniões, mobilizaram a comunidade. Mas sabiam que só isso não bastava. Era preciso visibilidade, volume, pressão. Com o apoio do CEDECA e da Associação Santo Dias, organizaram abaixo-assinado com mais de 300 assinaturas exigindo a mudança da direção da escola. O documento foi protocolado na Secretaria Municipal de Educação (SME) em junho de 2019. Um mês depois, a gestão foi substituída.

Essa vitória marcou um novo ciclo. Com uma gestão mais aberta ao diálogo, nasceu o grupo Juntos pelo Bárbara, uma articulação de mães, instituições e comunidade que buscava transformar a cultura escolar não pela repressão, mas pela aproximação. A estratégia era afastar os adolescentes da violência, e aproximá-los da arte, da cultura e do esporte.

Maria da Glória conta que mutirões de limpeza foram organizados. As famílias, antes afastadas, voltaram a ocupar o espaço da escola. Houve rodas de hip-hop, aulas de

zumba, sorteios, momentos de bem-estar e até apresentações com profissionais da saúde. A comida uniu (mães e filhos, passado e presente, dor e reconstrução).

“Foi bem legal”, disse Maria da Glória, com o sorriso tímido de quem sabe que o que é bonito ali não é o evento em si, mas o que ele produz: pertencimento, alívio, esperança. O que sustentava o projeto era a convicção das mães de que suas vozes tinham força quando se multiplicavam. “Infelizmente, uma mãe só falar não é a mesma coisa que duas, três, quatro, cinco, seis e mais”, afirmou Maria da Glória. E foi assim, na repetição insistente da palavra e no corpo-a-corpo com as instituições, que elas fizeram o Bárbara respirar de novo.

A maternidade, neste contexto, ganha espessura política porque se torna mediadora entre o afeto e a ação. É no corpo da filha, exposto à ameaça, que Maria da Glória encontra o impulso para agir. E é no corpo de mãe que ela se desloca do privado ao público, da casa para a escola, da queixa à mobilização.

O que a trajetória de Maria da Glória me revela é o mesmo que pulsa nos relatos anteriores: ser mãe, nesses territórios marcados pelo abandono histórico, é ser sentinela e articuladora. A experiência de Maria da Glória confirma que, em territórios vulnerabilizados, o “ser mãe” é atravessado por uma série de camadas – medo, luto, amor, raiva, desejo de mudança. Mas, sobretudo, revela que a maternidade pode ser também uma tecnologia de mobilização, um fio condutor entre o sofrimento e a organização.

Como nos alerta Sonia Alvarez, muitas mulheres latino-americanas têm se inserido na política a partir das suas práticas cotidianas de cuidado e de sobrevivência (1988, p. 324). Maria da Glória encarna esse percurso: o cuidado com a filha a levou ao cuidado com a escola, e esse cuidado ampliado a transformou em agente de transformação. As trajetórias de Maria Aparecida e Maria da Glória revelam com nitidez a complexidade do “ser mãe” nas periferias urbanas, onde o cotidiano é atravessado por ausências estruturais e violências sistemáticas.

Suas experiências, no emaranhado de linhas de dor e de luta, me permitiram seguir por um labirinto onde a maternidade é um lugar profundamente situado (social, política e afetivamente). Minhas interlocutoras me ensinaram que a maternidade, nesse contexto, não é apenas um papel prescrito, mas um campo de ação, de enunciação e de disputa. Cada gesto, cada recusa, cada mobilização revela a potência contida no vínculo entre mães e filhos (um vínculo que, ao invés de aprisioná-las ao espaço privado, as lança para a cena pública).

Ao longo deste título, procurei demonstrar que ser mãe, na vivência das minha interlocutoras, longe de ser uma experiência unívoca ou biologicamente determinada, é um

fenômeno marcado por práticas sociais e históricas que moldam e delimitam as possibilidades de agir.

Quando mães periféricas como Maria Aparecida e Maria da Glória assumem a palavra e o protagonismo político, elas desafiam essas normas e subvertem as expectativas. Elas criam, com seus corpos e vozes, novas possibilidades de maternidade, que não cabem mais na lógica da doação silenciosa e da passividade. O que era antes visto como lugar de submissão torna-se um espaço de reinvenção.

A interseccionalidade, trazida por Hooks e retomada por autoras como Joan Scott (2017) e Sonia Alvarez (1988), permite compreender que essas mães não lutam apenas contra o machismo ou o abandono institucional, mas contra uma trama complexa de opressões que inclui racismo, classismo e violência territorializada. As narrativas de Maria Aparecida e Maria da Glória evidenciam que o “ser mãe” é vivido de forma plural, e que essa pluralidade é condição para compreender a política que se produz a partir das margens.

A mobilização das mães do Parque Santa Maria desestabiliza, portanto, as fronteiras entre público e privado, entre política institucional e cotidiano, entre cuidado e militância. Suas ações mostram que há um saber que emerge da experiência, um saber que, como alertou Joan Scott (2017), deve ser levado a sério enquanto ponto de partida para a crítica às estruturas de poder. A maternidade, neste capítulo, foi lida como categoria analítica, mas também como prática encarnada, como fio que atravessa o corpo, a história e o território.

A maternidade como prática política não se esgota nas histórias aqui apresentadas, mas se espalha em outras vozes, em outras ruas, em outras lutas. O que Maria Aparecida e Maria da Glória nos oferecem não é apenas memória, mas método: uma pedagogia da resistência tecida com afeto, indignação e coragem. E é nesse tecido – feito de fios frágeis e resistentes, de silêncios e gritos, de perdas e reinvenções – que encontramos o verdadeiro sentido de ser mãe na luta.

Encerrar a reflexão sobre o “ser mãe”, para mim, permite abrir caminho para outra dimensão fundamental desta pesquisa: o “ser política”. Se até aqui percorremos os fios que entrelaçam maternidade, cuidado e resistência, é preciso agora compreender como essas experiências singulares se articulam a práticas coletivas de mobilização social e enfrentamento às desigualdades.

No próximo título, investigaremos como as mães do Parque Santa Maria se inscrevem em um campo mais amplo de disputas por direitos, analisando sua atuação a partir da perspectiva dos movimentos sociais e, especialmente, da luta feminista por creches, um tema que, historicamente, tem colocado em evidência as tensões entre trabalho, maternidade e

políticas públicas voltadas à infância e à mulher. Trata-se de compreender como o “ser mãe” se desdobra, cotidianamente, em práticas de ação política coletiva.

2.2 Ser política

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas. Alguns movimentos são profundamente apolíticos e focalizam suas próprias dinâmicas internas ou as de seus membros (Tarrow, 2009, p. 19).

Não pretendo me tornar repetitiva, mas gostaria de reforçar que a maternidade, no contexto do Parque Santa Maria, vai muito além do campo do cuidado individual para se tornar um campo de ação coletiva e resistência. A partir das experiências de Maria Aparecida e Maria da Glória, comprehendo que ser mãe não é um ato passivo ou exclusivamente doméstico: é, antes de tudo, um posicionamento diante do mundo. Ao nomearem as ausências do Estado, ao exigirem creches seguras e ao lutarem por uma cidade que proteja suas crianças, essas mães transformaram a maternidade em um gesto profundamente político.

Por isso, agora o “ser mãe” se torna “ser política”, para compreender essa dimensão transformadora, mas agora com foco em como as minhas interlocutoras se tornaram ativamente políticas. Além das falas de Maria Aparecida e Maria da Glória, trouxe para este título a voz de Maria dos Anjos, ampliando o campo de escuta e revelando a diversidade de trajetórias que compõem essa mobilização.

Através dessas narrativas, minha intenção é compreender como o cuidado com os filhos se articula à construção de estratégias de luta, à produção de redes de solidariedade e à formulação de demandas que ultrapassam o interesse privado para incidir sobre as políticas públicas.

Halbwachs (1990) afirmava que a memória coletiva se forma no interior de grupos sociais que partilham experiências e constroem sentidos comuns a partir delas (1990, p. 134). No caso das mães do Parque Santa Maria, a lembrança da tragédia ocorrida em 2018, somada às diversas memórias de luta, constitui um campo simbólico potente.

Esse campo orienta práticas de resistência e fundamenta a organização política que emergiu a partir da dor. A memória não é, aqui, um arquivo estático, mas uma força ativa, capaz de articular passado e presente em nome de um futuro diferente.

Aqui, será abordado também o papel dos movimentos sociais, particularmente na periferia urbana, e sobre a luta feminista por creche como direito da criança e condição para a emancipação das mulheres. Essas mães não apenas denunciaram a negligência estatal após uma tragédia, elas organizaram encontros, fundaram comissões, pressionaram órgãos públicos e criaram meios para que a infância fosse respeitada como um tempo pleno de direitos.

“Ser política”, portanto, não significa, neste contexto, estar filiada a um partido político ou ocupar um cargo institucional. Significa atravessar os muros da escola, da prefeitura, do fórum, e exigir escuta. Significa, sobretudo, fazer da maternidade um espaço de luta coletiva, de construção de cidadania e de reinvenção da vida no território.

2.2.1 A luta feminista por creches

Refletir sobre a luta feminista por creches à luz da experiência das mães do Parque Santa Maria é, antes de tudo, compreender como as estruturas históricas de opressão se materializam no cotidiano de mulheres que vivem na intersecção entre maternidade, pobreza e periferia urbana.

A luta feminista por creches não é novidade nem exclusividade das mães do Parque Santa Maria. No Brasil, essa luta tem raízes profundas nas contradições do próprio processo de urbanização e inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ainda nas primeiras décadas do século XX, as creches apareciam pontualmente como equipamentos de assistência, voltados à filantrópicas religiosas e instituições de caridade que acolhiam os filhos das mulheres pobres.

Contudo, foi somente com o fortalecimento dos movimentos feministas e das organizações de mulheres trabalhadoras, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, que a creche começou a ser reivindicada como um direito e não como concessão.

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), mesmo em meio à repressão, o movimento de mulheres encontrou formas de resistência, articulando denúncias sobre a sobrecarga de trabalho doméstico, a invisibilidade das mães trabalhadoras e a ausência de políticas públicas de cuidado. Maria Amélia Teles (2015) apresenta esse panorama histórico da participação das mulheres e do movimento feminista na conquista do direito à creche, especialmente durante e após a ditadura militar. A autora explicita como a creche, inicialmente vista como política assistencialista ou trabalhista, passou a ser entendida como equipamento essencial de cidadania, igualdade de gênero e justiça social.

O lema “O filho não é só da mãe” sintetizava essa ruptura discursiva e política, ao afirmar o cuidado como uma responsabilidade coletiva e como dever do Estado (Teles, 2015, p. 25). Esse pensamento também sintetiza a crítica feminista à responsabilização exclusiva da mulher pelo cuidado infantil, ampliando a noção de responsabilidade social pelo cuidado e educação das crianças

Assim, a luta feminista por creche questiona a ideia de que a mulher nasce para ser mãe, problematizando o mito do amor materno como construção cultural e política, não como instinto biológico

Já nos anos 1980, durante o processo de redemocratização, as lutas feministas começaram a se conectar com as experiências de organização popular e sindical. Isso levou à formação de frentes que buscavam a inclusão das creches nas políticas públicas municipais. Em Santo André (SP), por exemplo, iniciativas como o Fórum de Debates sobre a Mulher Andrenense e a Associação das Mulheres de Santo André (AMUSA) tiveram um papel importante na mobilização de mulheres trabalhadoras em prol da criação de creches.

Schifino (2015), em seus estudos sobre a construção do direito à creche pública em Santo André a partir das lutas das mulheres operárias, destaca a interseção entre feminismo, sindicalismo e políticas públicas voltadas para a educação infantil. Seu texto valoriza a memória das lutas populares como chave de leitura para o reconhecimento da creche como um direito social das crianças e das mulheres.

A autora busca compreender como as reivindicações por creches em Santo André foram protagonizadas por mulheres operárias, e como essas lutas influenciaram na constituição de políticas públicas locais de educação infantil. A intenção é romper com a narrativa dominante que associa a creche a um espaço apenas assistencial e devolvê-la ao campo dos direitos e da cidadania. Essas ações foram essenciais para transformar a demanda por vagas em equipamentos públicos em um direito reconhecido nas agendas dos governos (Schifino, 2015, p. 57).

Concordo com o pensamento trazido pela autora a respeito da luta por creches ser compreendida como parte de um feminismo enraizado nas experiências concretas das mulheres da classe trabalhadora, que politizaram o cuidado e enfrentaram a lógica patriarcal da divisão sexual do trabalho. Schifino (2015) não apenas narra um processo histórico, mas reposiciona o debate sobre as creches no Brasil como parte das lutas por igualdade e justiça social.

Na linha do tempo que costura esse processo de luta por creches, outro retalho importante é a promulgação da Constituição Federal de 1988, que também representou um

marco jurídico fundamental nesse processo. Ao reconhecer a educação infantil como dever do Estado e direito da criança, o texto constitucional consagrou formalmente uma das principais reivindicações feministas do período (Brasil, 1988).

Entretanto, como apontam as autoras supracitadas, essa conquista legal não se traduziu automaticamente em universalização do acesso. A distribuição desigual de vagas, a baixa cobertura e os critérios de seleção que privilegiavam mulheres com vínculo formal de trabalho perpetuaram as barreiras enfrentadas por mães negras, pobres e periféricas (Schifino, 2015; Teles, 2015).

Com o avanço das políticas neoliberais nos anos 1990 e 2000, observou-se um tensionamento entre a noção de creche como direito e as estratégias de focalização que passaram a reger os programas sociais. A creche foi frequentemente tratada como compensação à pobreza ou mecanismo de inserção produtiva das mulheres, mantendo, em muitos casos, o viés assistencialista que os movimentos feministas históricos buscavam superar.

Além disso, a exclusão estrutural de mães que não se enquadravam nos critérios formais de empregabilidade evidenciou a persistência de uma lógica que reforça desigualdades de gênero, raça e classe (Finco; Gobbi; Faria, 2015).

Finco, Gobbi e Faria (2015, p. 10) refletem sobre a necessidade de compreender a creche como um direito da criança à educação e não apenas como um suporte ao trabalho das mães, questionando os estigmas que ainda cercam essa instituição.

Conectando com as reivindicações feministas por creches, podemos ver uma forma de expressão de demandas tradicionalmente privadas de legitimidade pública. Essas reivindicações, feitas de forma expressiva por mulheres, não são apenas uma luta por serviços, mas por reconhecimento social e político de suas necessidades e papéis como mães e trabalhadoras. Segundo Feltran (2012, p. 567), as periferias urbanas, ao serem politizadas pelas práticas dos movimentos populares, tornam-se espaços de articulação de demandas de sujeitos historicamente marginalizados, como as mulheres da classe trabalhadora que buscam creches públicas. Em seguida, o autor fala que essas periferias se tornam territórios onde emergem sujeitos políticos relevantes, que trazem para o debate público demandas legítimas.

Nesse sentido, acredito que o ativismo materno que está documentado nesta pesquisa não apenas dialoga com a genealogia das lutas feministas por creche, ele a prolonga, a atualiza e a reencanta, à medida que transforma o luto em verbo de mobilização e o cuidado em linguagem de resistência.

Assim, o caminho que andamos até aqui evidencia que a luta por creches, para além de uma demanda pontual por vagas em instituições públicas, constitui-se como uma estratégia política de enfrentamento às formas históricas de exclusão e desigualdade que recaem, sobretudo, sobre os corpos das mulheres pobres, negras e periféricas.

O caso das mães do Parque Santa Maria, analisado nesta pesquisa, não é uma exceção, mas um capítulo atual de uma longa história de resistência e organização coletiva. Ao reivindicar a creche como um direito, essas mulheres ecoam as vozes das feministas que as antecederam, atualizando discursos, mobilizando afetos e reinventando práticas de cuidado em contextos marcados pelo abandono do Estado.

Para mim, trata-se de uma luta que começa no privado, mas se projeta no público. É nesse entrelaçamento entre história e presente, entre estrutura e agência, que se forja a centralidade dos movimentos de mulheres na disputa por justiça social. No próximo título, aprofundaremos esse debate ao adentrar o universo dos movimentos sociais, explorando como diferentes formas de organização coletiva têm sido fundamentais na produção de políticas públicas e na reconfiguração dos sentidos de cidadania.

2.2.2 *Movimentos sociais*

A busca por mudanças sociais e políticas, especialmente em contextos de vulnerabilidade urbana, exige compreender como grupos populares se organizam e interagem com o Estado. Mainwaring (1988, p. 307) aponta que, embora muitos movimentos populares tenham emergido com uma ideologia de autonomia em relação às instituições estatais, sua efetividade na promoção de transformações depende da capacidade de incidir sobre essas mesmas instituições. O Estado, nesse processo, não é apenas alvo, mas também agente que condiciona a trajetória dos movimentos, modulando seus alcances, ritmos e limitações.

É nesse cenário que se insere a Comissão de Mães do Parque Santa Maria. Embora não configure um movimento social nos moldes clássicos (com estatuto formal, representação hierarquizada ou continuidade institucional), sua atuação expressa um tipo de mobilização que compartilha elementos centrais dos movimentos populares, como a defesa de direitos coletivos, a articulação com instituições da sociedade civil e a atuação sobre agendas públicas locais. Trata-se de uma organização de base territorial e afetiva, composta majoritariamente por mulheres, que emergiu como resposta à ausência de políticas públicas eficazes para a primeira infância, especialmente no campo da educação infantil.

A luta dessas mães caminha para muito além do cuidado doméstico e se inscreve no campo das disputas políticas por visibilidade, investimento público e justiça. Como relata Maria da Glória: “A gente começou indo na escola, depois na Secretaria da Educação, depois no Ministério Público. A gente teve que aprender na marra como é que se faz pra ser ouvida. Porque ninguém queria escutar a gente.” (Maria da Glória, entrevista, 2025).

Mainwaring (1988, p. 285) destaca ainda que movimentos populares, como os de bairro, geralmente representam áreas demográficas específicas e, embora sua atuação possa parecer limitada em termos numéricos, eles exercem um papel estratégico ao traduzirem demandas locais em pressões organizadas.

Entendo que a Comissão de Mães, ao se organizar em torno de reivindicações como a construção e reforma de Centros de Educação Infantil (CEIs), assumiu esse papel representativo. Como afirmou Maria dos Anjos, também integrante da comissão: “A gente não queria só creche pros nossos filhos. Era pra crianças do bairro todo. A gente corria atrás, fazia abaixo-assinado, porque se a gente não fosse atrás, ninguém ia fazer nada por nós.” (Maria dos Anjos, entrevista, 2024).

A presença e o apoio de instituições como o CEDECA Ceará e a Associação Santo Dias foram fundamentais para fortalecer a articulação política da comissão. Isso confirma outra observação de Mainwaring (1988, p. 303), para quem a atuação dos movimentos populares tende a ser mais potente quando articulada com atores institucionais, como organizações da sociedade civil, a Igreja ou setores progressistas do Estado. Esses apoios permitiram que as mães participassem de audiências públicas, construissem estratégias jurídicas e ganhassem espaço nos debates sobre a educação infantil no município.

Alvarez (1988) oferece uma lente feminista importante para compreender essa mobilização. Para a autora, a politização das questões tidas como “privadas” (como o cuidado dos filhos e o acesso a creches) reflete um deslocamento fundamental na luta por direitos (Alvarez, 1988, p. 316).

Quando essas demandas passam a ocupar o espaço público, elas rompem com a divisão tradicional entre os ditos mundos feminino e masculino, doméstico e político. Percebo que a experiência das mães do Parque Santa Maria ilustra esse deslocamento. Como na fala de Maria Aparecida: “A gente precisa lutar pelo que é nosso, pelo que é direito.” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

De acordo com o relato, comprehendo que a comissão não apenas exigiu políticas públicas. Ela desafiou uma lógica patriarcal que desresponsabiliza o Estado pelo cuidado com a infância e delega às mulheres, especialmente às mulheres pobres e periféricas, toda a carga

do cuidado. Ao reivindicarem creches de qualidade, essas mães enfrentaram desigualdades estruturais e ampliaram os contornos do que se entende por política, tornando a maternidade um ato de resistência e reinvenção coletiva.

Ainda segundo Alvarez (1988), a maternidade tem sido um ponto de partida para a politização das mulheres das classes populares. No caso aqui analisado, essa politização ocorreu não apenas por meio do sofrimento e da indignação, mas também da construção de estratégias, alianças e repertórios de ação. A mobilização das mães do Parque Santa Maria encontra paralelo histórico na luta por creches em outras regiões do país (como foi abordado anteriormente), como na periferia de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 (Alvarez, 1988, p. 323).

Em diálogo com essa perspectiva, Abers e von Bülow (2011) analisam o papel dos movimentos sociais na democratização do Estado brasileiro, destacando como a criação de arenas participativas (conselhos, fóruns, orçamentos participativos) abriu caminhos para que setores tradicionalmente excluídos pudessem influenciar a formulação de políticas públicas (Abers; von Bülow, 2011, p. 65).

Embora a Comissão de Mães do Parque Santa Maria não tenha emergido dessas instâncias formais, ela atuou dentro e fora delas, extrapolando os canais institucionais para se fazer ouvir. As autoras chamam atenção para esse movimento de transbordamento da participação, em que a sociedade civil não apenas ocupa espaços criados pelo Estado, mas também os tensiona, os reinventa e os obriga a se transformar (Abers; von Bülow, 2011, p. 56).

Nesse sentido, acredito que a Comissão pode ser compreendida como uma expressão concreta e localizada de um movimento social em construção, que opera nos limites entre o informal e o institucional, entre o cuidado e a militância, entre a dor e a ação. Sua existência reafirma a importância de reconhecer formas plurais de participação política e de escuta das vozes periféricas, especialmente das mulheres que, ao politicar a maternidade, reafirmam a infância como prioridade e o território como espaço legítimo de luta e cidadania.

Abers e von Bülow (2011) propõem uma leitura dos movimentos sociais a partir das redes de ativismo que ultrapassam a fronteira entre Estado e sociedade. Considero que no caso do Parque Santa Maria, essas fronteiras foram atravessadas com as seguintes estratégias: “Chamamos a Associação Santo Dias, que nos ajudou, e o IDESQ também... Fizemos uma manifestação no dia seguinte” (Maria Aparecida, Entrevista, 2024). De acordo com a minha interlocutora, as mães passaram a dialogar com secretarias, vereadores, ONGs, Ministério Público e Defensoria, ampliando sua rede de ação.

A atuação das mães do Parque Santa Maria insere-se em um cenário mais amplo de relações entre movimentos sociais e o Estado, que vai além das fronteiras convencionais das teorias do Processo Político (PP) e dos Novos Movimentos Sociais (NSM) (Carlos, 2024, p. 2). Ao clamarem por creches públicas de qualidade após a tragédia de 2018, essas mães evidenciam que os movimentos sociais, assim como aponta Euzeneia Carlos, em vez de permanecerem em um confronto isolado com as autoridades, se envolvem em dinâmicas de intersecção e interdependência com as instituições políticas (Carlos, 2024, p. 5).

A visão tradicional que entende os movimentos sociais como meros “*outsiders*” do Estado ou em constante oposição a ele não reflete a complexidade dessas interações (Carlos, 2024, p. 10). Na realidade, as mães do Parque Santa Maria, ao articularem suas reivindicações com órgãos públicos, advogados e outros interlocutores, demonstram que o contexto político não é algo estático ou externo. Pelo contrário, ele é influenciado diretamente pelo processo de mobilização em si. De acordo com a autora, essa mobilização redefine as relações de poder, transformando as políticas públicas e influenciando tanto o movimento quanto as instituições.

A interdependência dessas relações sugere que, enquanto as mães do Parque Santa Maria avançam em suas reivindicações, elas também forçam o Estado a se reconfigurar, revelando as limitações de teorias tradicionais que veem o movimento social e o Estado como esferas separadas e inconciliáveis. Por tanto, a ação coletiva surge como o principal recurso disponível para essas mães, que enfrentam um Estado e atores políticos cheios de aparatos, especialmente em uma periferia marcada pela exclusão social.

Com isso, comprehendo que política também se faz no cotidiano. E foi no cotidiano que essas mulheres passaram a elaborar relatórios, visitar escolas, conversar com parlamentares e organizar reuniões comunitárias. “A gente se reunia periodicamente, fazia visitas nessas escolas, fazia aquele relatório. Ia no distrito.” (Maria dos Anjos, Entrevista, 2024). Trata-se de um saber político construído na prática, onde a experiência de vida se converte em instrumento de luta.

Mainwaring (1988) também enfatiza que a força de um movimento popular está na sua capacidade de construir alianças e exercer pressão organizada sobre o Estado “Sem o apoio da Igreja ou outras instituições, e da esquerda, os movimentos de bairro têm dificuldade de crescer[...]” (Mainwaring, 1988, p. 303). No caso das minhas interlocutoras, a comissão soube articular sua legitimidade com a presença de instituições como o CEDECA e a Associação Santo Dias, que ofereceram apoio técnico e jurídico. “O CEDECA o tempo todo

ali, com formação jurídica... sobre orçamento participativo, sobre muita coisa naquela época.” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

Essa articulação com as instituições mencionadas fortaleceu a atuação do grupo. Mais do que apoio pontual, percebo que essas parcerias foram responsáveis por formar as mães politicamente. “Foi o CEDECA que abriu a nossa visão diante dos fatos que aconteceram pra trás” (Maria da Glória, Entrevista, 2025). Essa “formação na luta”, como enfatizam as próprias entrevistadas, evidencia que a política não é algo distante ou técnico, mas uma prática que se aprende fazendo, errando, enfrentando, resistindo.

Essa politização da maternidade vai de acordo com o que Abers e von Bülow (2011) argumentam que ativistas em rede constroem pontes entre diferentes arenas (formais e informais) para ampliar sua influência. A atuação dessas mães não se limitou à denúncia, mas envolveu a proposição de soluções concretas e a participação em audiências públicas. “Onde nos deram voz. Eu fui uma das vozes que falei. Fiquei muito emocionada no dia, mas... Eles escutaram tudo o que estava engasgado.” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

Nesse processo, o que está em disputa não é apenas a memória dos fatos, mas o direito de narrá-los. Grada Kilomba (2019), ao escrever sobre o lugar da fala e da memória nas estruturas de poder, afirma que lembrar é também descolonizar o saber de quem fala, quem lembra e quem narra, “Escrever, portanto, emerge como ato político” (Kilomba, 2019, p. 28). Ao compartilharem suas histórias, essas mães não apenas rompem o silêncio, mas produzem outro tipo de escrita da história – uma escrita do chão, do corpo, da maternidade politizada. Suas palavras são fios que costuram o vivido e, ao mesmo tempo, recortam novos contornos para o que se entende por política.

Mainwaring (1988) alerta para as limitações que os movimentos populares enfrentam quando o Estado atua seletivamente, reconhecendo algumas demandas enquanto ignora outras. Foi exatamente isso que ocorreu quando promessas foram feitas sem prazos ou compromissos reais: “Promessa da prefeitura. Eu disse, certo, promessa, mas a gente quer que uma promessa seja cumprida.” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

As frustrações vividas ao longo da trajetória da Comissão de Mães do Parque Santa Maria não geraram paralisia. Ao contrário, tornaram-se fios que reforçaram a costura política do grupo, aprofundando sua capacidade de articulação e a compreensão crítica sobre os modos como o Estado opera (ora como obstáculo, ora como espaço de disputa). Percebo que todas as experiências vividas pelas entrevistadas ensinaram que pressionar instituições públicas também é um aprendizado sobre os caminhos da institucionalidade: saber a quem

recorrer, como se apresentar, quais prazos observar e quando persistir, mesmo diante da resistência ou do silêncio.

Na perspectiva de Abers e von Bülow, experiências como essa desafiam as fronteiras rígidas entre mobilização e institucionalização (2011, p. 60). As mães, ao mesmo tempo em que constroem uma ação coletiva autônoma, aprendem a ocupar e tensionar arenas de deliberação política.

A mobilização cotidiana passa, assim, a inscrever-se em redes mais amplas, que transitam entre o território, os conselhos, o Ministério Público e a Câmara Municipal. Como afirmou uma das participantes: “A gente também já está num passo para poder correr atrás de benefícios para as nossas crianças.” (Maria dos Anjos, Entrevista, 2024).

Ao longo do tempo, a comissão foi tecendo novos fios. Em 2023, a atuação do grupo ampliou-se significativamente, incorporando novas pautas, como o direito à educação inclusiva e as questões de saúde pública. “Nosso grupo agora é misto. Porque a gente está vendo uma grande demanda de crianças atípicas... A causa é todas juntas.” (Maria dos Anjos, Entrevista, 2024). Essa ampliação, acredito, não fragmenta, mas fortalece a trama: ao reconhecer múltiplas formas de vulnerabilidade, a comissão reafirma seu compromisso com uma luta interseccional e contínua.

Mainwaring (1988) observa que movimentos populares eficazes são aqueles que conseguem atuar em rede, construindo legitimidade social a partir da visibilidade de suas ações e da capacidade de mobilização. É o que vejo no caso das mães do Parque Santa Maria, onde essa legitimidade foi tecida por meio de estratégias concretas: manifestações, abaixo-assinados, reuniões com autoridades, produção de relatórios e presença ativa nos espaços públicos. “Hoje em dia, a gente já tem nossos próprios métodos. Já vai direto com alguém lá dos órgãos.” (Maria da Glória, Entrevista, 2025). Trata-se de um saber político construído na prática, para mim é como uma espécie de mapa dos atalhos e obstáculos que compõem o percurso da luta.

Contudo, mesmo com avanços visíveis, os fios da luta ainda enfrentam nós simbólicos. As mães relatam que, ao ocuparem espaços tradicionalmente interditados a mulheres da periferia, são muitas vezes rotuladas como “metidas” ou “baraqueiras”. “Já somos conhecidas nesses cantos. Algumas pessoas nos amam, outras nos detestam.” (Maria da Glória, Entrevista, 2025). Essa ambiguidade revela os limites persistentes do reconhecimento político, marcados por estímulos de classe, gênero e território, que insistem em deslegitimar a ação política quando ela emerge de corpos e vozes femininas subalternizadas.

Apesar disso, o que essas mulheres vêm costurando é, em essência, um projeto de democracia desde baixo, ancorado em práticas de cuidado, escuta e resistência. A maternidade, nesse contexto, não é apenas experiência íntima, mas categoria política e forma de pertencimento coletivo.

O território deixa de ser apenas lugar de moradia para tornar-se espaço de produção de direitos. Como desabafa Maria Aparecida: “Acho que é uma luta que não vai acabar nunca, enquanto a gente for mãe” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024). E é exatamente isso que comprehendo na fala de Maria Aparecida, que ser mãe no contexto das mobilizações sociais é ser política todos os dias.

As trajetórias narradas ao longo deste subtítulo revelam que a mobilização das mães do Parque Santa Maria não apenas dialoga com os conceitos clássicos de movimento social, como também desafia e reconfigura seus contornos.

Através das entrevistas, pude perceber que a comissão funciona como um tecido político vivo, no qual cada fio entrelaça-se a outro, criando uma trama complexa e resistente. Essa costura se faz nos detalhes: nos abaixo-assinados, nos mutirões de limpeza, nas visitas às escolas, nas conversas de calçada, nas reuniões noturnas entre mães que trabalham durante o dia e cuidam sozinhas de seus filhos à noite. Não há romantização nesse cotidiano; há, sim, a persistência de um movimento que se sustenta no concreto da vida.

Ao final desta seção, comprehendo que o movimento das mães do Parque Santa Maria opera como uma pedagogia política da periferia. Uma pedagogia feita de prática, de corpo presente, de palavras que se levantam. Nesse percurso, as minhas narradoras mostram que a política não está apenas no parlamento, ela está, sobretudo, nas esquinas, nas salas improvisadas, nas cozinhas compartilhadas, nas mãos que cuidam enquanto exigem.

Portanto, ser política, na trajetória narrada, é ação cotidiana. É a memória em movimento. É a maternidade que se ergue como denúncia e como projeto de futuro. É a luta coletiva que se reinventa, mesmo quando os recursos são escassos, mesmo quando os olhares são de desprezo, mesmo quando a resposta estatal é o silêncio. Ser política, nesse contexto, é costurar diariamente o possível com o impossível e, com isso, ampliar os limites do que se comprehende como participação democrática.

2.2.2.1 Alianças e Apoios: quando o território também luta

O presente título abordará a relevância das alianças estratégicas na mobilização da Comissão de Mães do Parque Santa Maria, destacando como o apoio institucional e

comunitário fortaleceu a luta por direitos educacionais. Ao contar a história de como nasceu a comissão, em diversos momentos ficou clara a participação e importância das instituições que atuam no bairro, por isso, para mim, fez-se necessário ouvir as representantes dessas instituições e compreender essas alianças.

Para isso foram realizadas entrevistas com duas importantes lideranças locais: Maria do Carmo (Coordenadora Associação Santo Dias) e Maria das Graças (Diretora IDESQ). A partir de suas falas, será explorado como parcerias com instituições e coletivos ampliaram a capacidade de articulação política e deram suporte às reivindicações das mães, consolidando uma rede de apoio fundamental para o movimento.

A formação de alianças em movimentos sociais é um dos elementos essenciais para garantir a eficácia e a sustentabilidade das mobilizações populares. Para este debate gostaria de trazer novamente os pensamentos de Ortner (2007) e Mainwaring (1988) que abordam a importância dessas articulações, embora a partir de perspectivas teóricas e analíticas distintas.

Mainwaring (1988, p. 303) acredita que os movimentos populares precisam formar alianças estratégicas para pressionar o Estado e promover mudanças reais nas políticas públicas. Para ele, a força de um movimento está na sua capacidade de mobilizar recursos institucionais e de aumentar sua legitimidade através de parcerias sólidas.

Já Ortner (2007) destaca que construir essas parcerias exige uma negociação contínua entre o que o movimento deseja alcançar e o que é possível, considerando as condições práticas e políticas do momento. A autora propõe que a agência não é um ato isolado, mas está sempre enredada em relações sociais, sejam elas de solidariedade ou de poder (Ortner, 2007, p. 47). Essa perspectiva é fundamental para pensar aliados políticos como parte constitutiva da agência social. Essa visão mostra que as alianças são dinâmicas e podem ser frágeis, podendo se desfazer se houver desentendimentos internos ou mudanças no cenário político.

No entanto, ambos autores reconhecem que, sem apoio institucional e articulação política, as mobilizações populares correm o risco de serem desarticuladas ou esvaziadas em sua legitimidade.

"A gente se sente muito parte disso". Foi assim que Maria do Carmo resumiu sua relação com a Comissão de mães do Parque Santa Maria. E essa frase, de tão simples, carrega em si toda a definição da linha que costura essa parceria que não é apenas estratégica, mas uma aliança forjada em encontros, afetos e insistências. A Santo Dias não se posicionou ao lado da comissão apenas como instituição de apoio. Ela se reconhece como parte da luta,

como solo fértil de onde a comissão também brotou. Maria do Carmo me fez o seguinte relato:

A Santo Dias é uma instituição aqui, que nasceu dessa comunidade, né? Pela necessidade de busca de melhorias nas condições das políticas públicas locais. [...] Durante muito tempo foi o único equipamento público que a gente tinha, né? Só pra você ter uma ideia, essa escola da qual aconteceu a morte da Hannah, né? E o surgimento da comissão de mães. Essa escola foi durante muito tempo inclusive denunciada, né? Pro Ministério Público, porque as paredes davam choque, porque a estrutura era ruim. (Entrevista 23/10/2024).

As denúncias e acompanhamentos já existiam muito antes da tragédia. O que se viu após a perda de uma criança foi a intensificação e expansão de um trabalho político que já vinha sendo tecido cuidadosamente. A Santo Dias já realizava encontros com mães, atividades educativas com crianças, e mantinha um vínculo contínuo com as escolas da região:

A gente já fazia esse acompanhamento às escolas, de certa forma já fazíamos algumas atividades informativas para as mães, para as próprias crianças. Então a gente já tinha esse vínculo com as escolas. E aí, quando aconteceu a tragédia, a gente meio que se somou força mesmo. (Maria do Carmo, Entrevista, 23/10/2024).

Naquele momento, de acordo com Maria do Carmo, o apoio institucional da Santo Dias foi decisivo: "Na época foi a Santo Dias que solicitou audiência popular, foi a Santo Dias que articulou o CEDECA para estar acompanhando todo o processo. Toda essa parte mais institucional foi a gente que garantiu."

Além disso, garantiram transporte, suporte emocional e presença constante nas reuniões:

Nós garantimos durante muito tempo que as meninas tivessem a condição de transporte para ir nos meios, fazer denúncia. E aí a gente foi acompanhando essas mulheres para que elas, primeiro, não desanimassem, mas também para que elas tivessem um certo apoio, um certo suporte para que as atividades não cessassem. (Maria do Carmo, Entrevista, 23/10/2024).

Esse tipo de parceria revela o que Sonia Alvarez (1988, p. 350) chamaria de feminismos que se fazem no chão da comunidade, não apenas pela articulação formal, mas pela construção de saberes, lideranças e afetos compartilhados. A Santo Dias contribuiu com o empoderamento dessas mães, oferecendo formações sobre direitos, educação, proteção infantil e até mesmo cuidado com a saúde mental:

A gente considera a comissão como sendo, sim, um fruto do nosso trabalho, do nosso trabalho de desenvolvimento de lideranças. A gente trouxe informações para as meninas sobre as leis da educação, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente,

sobre cuidado, sobre proteção infantil, sobre também cuidando dos cuidadores, saúde mental. (Maria do Carmo, Entrevista, 23/10/2024).

A fala de Maria do Carmo vai de encontro com o pensamento de Ortner (2007) pois revela uma aliança que vai além da simples parceria estratégica e formal, expressando uma relação afetiva com a luta das mães do Parque Santa Maria. Ao afirmar que se sente parte da comissão, Maria do Carmo destaca um vínculo que não é apenas institucional, mas profundamente comunitário e emocional, indicando que a aliança foi construída a partir de encontros cotidianos e compartilhamento de vivências.

Outra liderança importante na comunidade é Maria das Graças. Com uma trajetória marcada por movimentos comunitários, ela se apresenta como mobilizadora e pedagoga, além de ser mãe solo e militante do Movimento Negro Unificado (MNU) – Ceará. Sua história é também um fio que se entrelaça com a luta das mães do Parque Santa Maria.

Maria das Graças reforça a conexão entre a Santo Dias e o IDESQ, instituições fundamentais para a formação cidadã e política das mulheres da comunidade, enfatizando que o trabalho de formação e fortalecimento das mulheres sempre fez parte da atuação conjunta dessas entidades:

A Santo Dias faz esse trabalho com crianças e adolescentes, depois essas crianças e adolescentes se tornam jovens e vêm para o IDESQ, para serem inseridos na lei da aprendizagem. [...] Então, o nosso papel como instituições é enxergar esses potenciais dentro da comunidade. (Maria das Graças, Entrevista, 15/10/2024).

Essa perspectiva revela um movimento contínuo de resistência, que compreende desde a formação política até a inclusão educacional e profissional de jovens, sobretudo uma população que vem enfrentando barreiras estruturais como o racismo e a exclusão social.

Assim, o apoio institucional não se limita à articulação burocrática, mas se faz na criação de oportunidades, na conscientização crítica e na construção de alianças que transcendem o momento da tragédia, perpetuando-se na luta cotidiana.

O que Maria das Graças apresenta se alinha com a perspectiva de Mainwaring (1988). Isso porque no relato da minha interlocutora fica evidente a importância de construir alianças estáveis e estruturadas entre instituições comunitárias e movimentos sociais, garantindo suporte contínuo e organizado às demandas locais. A articulação entre a Santo Dias e o IDESQ exemplifica como parcerias sólidas podem garantir o fortalecimento político e educacional da comunidade.

Ao refletir sobre as alianças estratégicas na luta das mães do Parque Santa Maria, percebo que a articulação com instituições locais se configura não apenas como suporte técnico, mas como um vínculo de pertencimento e corresponsabilidade.

As palavras de Maria do Carmo e Maria das Graças mostram que o sucesso dessa mobilização depende bastante de como as conexões afetivas se transformam em redes de apoio sólidas e duradouras. Essas parcerias vão além do suporte jurídico ou da organização burocrática; elas estão enraizadas na convivência diária, no reconhecimento mútuo e na partilha de uma causa comum. Isso faz com que a luta das mães vá além de uma simples reivindicação de direitos, tornando-se um movimento de resistência coletiva e de fortalecimento comunitário.

Por outro lado, essas alianças também têm suas dificuldades. É preciso equilibrar o desejo de promover mudanças com as possibilidades reais de ação política, o que desafia constantemente a articulação entre os grupos. Manter essas parcerias ao longo do tempo exige negociações internas e a capacidade de se adaptar às mudanças no contexto.

No entanto, ao olhar para o percurso traçado pela Comissão de Mães do Parque Santa Maria, percebo que a junção entre institucionalidade e afetividade fortalece a mobilização, garantindo que as vozes das mulheres não apenas sejam ouvidas, mas também ecoem com força nas esferas públicas. Essa luta cotidiana, tecida por mãos que educam e cuidam, não só denuncia as injustiças, mas também constroi caminhos para transformar o território em um espaço de proteção e dignidade.

A seguir, pretendo abordar de forma mais reflexiva os momentos em que o luto coletivo se transformou em motor de mobilização e denúncia. A tragédia, longe de silenciar essas mulheres, acendeu a urgência da ação conjunta.

2.3 O luto como verbo de ação

Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas. O trabalho delas é libertador. Além de nos permitir lembrar de nós mesmos e nos recuperar, ele nos provoca e desafia a renovar nosso compromisso com uma luta feminista ativa e inclusiva. Ainda temos de fazer uma revolução feminista no plano coletivo. Sou grata porque, como pensadoras/teóricas feministas, estamos coletivamente em busca de meios para fazer esse movimento acontecer (Hooks, 2013, p. 103).

De acordo com o Dicionário Dicio, o termo “luto” designa tanto o sentimento de pesar ou dor causado pela morte de alguém próximo, quanto o período durante o qual se observa essa dor, geralmente marcado por certas convenções sociais ou religiosas”. Derivado do latim *luctus*, que significa tristeza, lamento, dor, o luto aparece, nessa definição tradicional, como uma experiência privada, individual e delimitada no tempo.

No entanto, quando lançado ao campo da teoria crítica contemporânea e da literatura de testemunho, o luto revela-se muito mais do que um estado emocional passageiro; ele é também expressão pública de vínculos interrompidos, forma de reivindicação de memória e gesto político de resistência. É nesse alargamento conceitual que se inscrevem as obras de Judith Butler (via Carla Rodrigues), Chimamanda Ngozi Adichie e Scholastique Mukasonga, que deslocam o luto do plano íntimo para o campo das disputas por reconhecimento, justiça e dignidade. Mais do que uma pausa silenciosa diante da morte, o luto se torna, nessas autoras, linguagem de denúncia, escrita da ausência e afirmação de que certas vidas não podem ser esquecidas.

Ao longo de “Notas sobre o luto”, Chimamanda Ngozi Adichie (2021) desconstrói as definições simplistas de perda e revela o luto como algo que não é etéreo, mas denso, opaco, desconcertante e transformador. Ele se manifesta não apenas na dor da alma, mas no corpo que treme, na língua amarga, no estômago encolhido, no coração descompassado. O luto, segundo ela, é “uma forma cruel de aprendizado” (Adichie, 2021, p. 8), que ensina o quanto as palavras falham, o quanto as convenções sociais são insuficientes, e como o mundo continua indiferente à dor pessoal.

Adichie mostra que o luto é individual e intransferível, desafiando fórmulas culturais ou religiosas que tentam domesticá-lo. É uma condição de deslocamento e desorganização, uma ruptura do tempo comum: o antes e o depois da morte já não seguem a mesma lógica. Ela escreve: “O luto [...] uma coisa opaca. O peso é maior de manhã, logo depois de acordar: um coração de chumbo, uma realidade obstinada que se recusa a ir embora.” (Adichie, 2021, p. 20).

Além disso, o luto é resistência e amor em presente continuo. Não é apenas a ausência, mas também a recusa de aceitar que o amor por quem partiu deve ficar no passado.

Para Adichie, luto é o avesso do esquecimento: é uma forma de continuar amando no vazio da ausência, de manter viva a memória e a identidade de quem partiu e também de quem fica.

Isso reverbera fortemente nas narrativas das mulheres que entrevistei, para quem a morte trágica de uma criança não foi ponto final, mas ponto de partida. Assim como Chimamanda Adichie, essas mães recusam a ideia de que o luto deva ser domesticado ou silenciado, elas o transformam em verbo, em ação pública, em denúncia e cuidado coletivo.

Adichie se indigna com o fato de o mundo seguir normalmente enquanto sua dor a consome. Isso ecoa na presente pesquisa quando as mães se dão conta de que, diante da tragédia, o Estado se mostra ausente ou indiferente. Em ambos os contextos, há uma luta

contra o esquecimento institucional e uma busca por reconhecimento da dor como algo socialmente legítimo, seja pela palavra escrita, pela política ou pela presença no território.

O amor permanece. A busca por justiça e por creches não é apenas pelo futuro das crianças que virão, mas por aquelas que já se foram, como a menina vítima da fossa. Nesse sentido, esta pesquisa torna-se um território de memória: um lugar onde o luto é registrado, nomeado e devolvido à comunidade como esperança e pertencimento.

Esse significado de luto também se encontra em “A mulher de pés descalços” (Mukasonga, 2017), onde a autora ruandesa escreve para e por sua mãe, Stéphanie, assassinada durante o genocídio de 1994. É a escrita como ritual fúnebre interrompido. A memória se torna não apenas uma oferenda, mas um gesto de indignação contra o apagamento histórico. Ao contar o cotidiano da mãe, suas práticas, seus silêncios e seus saberes ancestrais, Mukasonga transforma o luto em reivindicação de existência, contra um mundo que tentou eliminá-la até o último nome. Adichie e Mukasonga, cada uma à sua maneira, expõem o corpo feminino enlutado como agente de memória, gesto de resistência e guardião da ancestralidade. Há entre elas um fio de afeto que costura o íntimo ao coletivo.

E é exatamente esse fio que também atravessa as mães do Parque Santa Maria, cujas perdas individuais se tornaram o ponto de partida para a organização de uma luta coletiva por justiça e dignidade. O luto, nos três casos, é um ato de recusa: da injustiça, da omissão, do silêncio. E se é verdade que a morte tenta arrancar o nome dos que amamos do tempo, então essas mulheres escrevem para costurá-los de volta à eternidade.

Em continuidade com esse pensamento, Rodrigues (2021), no capítulo “Por uma teoria política do luto” do seu livro “O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero”, propõe um deslocamento do luto de uma categoria clínica e privada para uma categoria ética e política. Com base na obra de Judith Butler, a autora argumenta que o luto revela a condição relacional, precária e interdependente da vida, ao mesmo tempo que permite pensar formas de pertencimento, resistência e denúncia das violências estruturais. “Quando perdemos alguém, nem sempre sabemos o que se perdeu daquela pessoa, mas fazemos a experiência de nos tornar despossuídos. E a despossessão é uma maneira de politizar a perda e o luto [...]” (Rodrigues, 2021, p. 73).

O luto deixa de ser apenas um processo íntimo de dor e se converte em linguagem coletiva e ato político, especialmente quando confronta as hierarquias sociais que definem quais vidas são dignas de reconhecimento e quais são descartáveis.

Ao batalharem por creches mais seguras, as mães do Parque Santa Maria estavam nomeando sua dor, inscrevendo-a na história da cidade, e confrontando a hierarquia dos lutos

públicos. Aquele que para o poder público poderia ser um dado estatístico, para elas era filha, neta, vizinha, criança com nome, corpo e histórias.

A política do luto, nesse sentido, não é nostalgia: é afirmação de presença, é política da memória viva. E, como propõe Rodrigues (2021), é também um estado de exceção ético, onde a perda suspende a ordem habitual das coisas para convocar a responsabilidade coletiva.

As três autoras denunciam, à sua maneira, que nem todas as vidas são consideradas dignas de luto. Butler (*apud* Rodrigues, 2021, p. 14) questiona sobre as vidas que valem o luto público. A morte do pai de Adichie, apesar de ser íntima, ocorreu em meio à banalização da morte em tempos de pandemia, e ela se pergunta como o mundo continua. Mukasonga mostra que sua mãe e o povo tutsi foram mortos sem sequer o direito a serem velados, mortos duas vezes: pela violência e pelo esquecimento.

Já as mães do Parque Santa Maria transformam o luto em coletividade. Como as três autoras supracitadas, elas recusam o esquecimento e constroem, com suas ações, uma teoria viva do luto: uma ética do cuidado e uma política da memória. Para mim, este é um ponto central para a presente pesquisa: as mães do Parque Santa Maria lutam para que a morte da menina não seja mais uma entre tantas, mas seja reconhecida, nomeada, lembrada.

Ao fazê-lo, elas se inscrevem nesse debate sobre a hierarquia dos lutos, mostrando que o choro da periferia também é um grito político. Como aponta Gagnebin, filósofa e ensaísta que se dedica ao estudo da memória, do testemunho e da transmissão da violência, a memória pode ser uma forma radical de resistência ao esquecimento e à exclusão produzidos pelas narrativas oficiais (2006, p. 44). Para a autora, essas são formas essenciais de resistência, capazes de restaurar narrativas apagadas e transformar o passado em um instrumento ativo de luta.

Gagnebin (2006, p. 81) sugere que o testemunho, ao articular a experiência individual dentro de uma estrutura coletiva, permite-nos perceber que histórias de resistência materna sejam entendidas não apenas como relatos pessoais, mas como atos políticos.

A partir dessa compreensão, voltamos o olhar para o momento em que tudo estremeceu, quando o chão cedeu. O luto e a luta das mães do Parque Santa Maria acontecem após a tragédia, e é nesse instante liminar que se inscreve o próximo subtítulo.

2.4 A tragédia como catalisadora da ação coletiva

A palavra “tragédia”, do grego *tragōidía*, carrega em si a dor de um conflito sem solução justa, em que personagens são levados ao limite por escolhas que não lhes pertencem inteiramente. Não por acaso, o enredo de Antígona, escrita por Sófocles no século V a.C., nos permite pensar o modo como certos acontecimentos de sofrimento profundo podem operar como catalisadores de resistência.

Antígona, ao desafiar a ordem do rei Creonte e insistir em enterrar seu irmão em nome das leis divinas e da justiça familiar, apresenta-nos o dilema trágico por excelência: a tensão entre a norma imposta e a ética do cuidado, entre o dever estatal e o dever afetivo. Sua decisão a leva à morte, mas também inaugura uma fissura no poder que parecia inquestionável.

O termo “tragédia”, nesse contexto, pode ser compreendido não apenas como uma narrativa de dor, mas como uma experiência-limite que desestabiliza a ordem estabelecida e convoca à reflexão e ao agir. Aqui no presente trabalho, na narrativa das mães do Parque Santa Maria, a tragédia que ceifou a vida de uma criança não se encerrou em luto silencioso. Ela produziu ruído. Ela feriu, sim, mas também costurou alianças, rasgou o véu da normalidade e desnudou o descaso institucional. A tragédia, como em Antígona, rompeu o cotidiano e fez nascer uma outra lógica: a da mobilização.

“Ação”, por sua vez, deriva do latim *actio*, e diz respeito ao movimento intencional de um sujeito sobre o mundo. Não é passividade, tampouco reação impulsiva: é um fazer com consciência, com direção, com potência de transformação. As mulheres entrevistadas, ao se moverem em direção ao Estado, aos órgãos de justiça, aos meios de comunicação e aos espaços públicos, reconfiguram o próprio sentido de cidadania. Agir, nesse caso, não é apenas ocupar lugares de fala, mas disputar os lugares de poder, tornando a dor matéria política.

E quando essa ação se dá de forma compartilhada, organizada, mutuamente fortalecida, adentramos o campo do “coletivo” (termo que se ancora no latim *collectivus*, que significa aquilo que é reunido, agregado, reunido em torno de um propósito comum). O coletivo, nesse sentido, não se confunde com a mera soma de indivíduos, mas emerge como um corpo tecido por vínculos afetivos, compromissos éticos e estratégias comuns.

Foi no seio desse coletivo que as mães encontraram abrigo e força para transformar o luto em luta. Assim como Antígona não falou apenas por si, mas por uma ética

que ultrapassava sua existência individual, as mães do Parque Santa Maria não atuaram apenas em nome de seus filhos, mas por todas as crianças da comunidade.

Acredito que o dia 23 de maio de 2018 ficará marcado na memória das mulheres do Parque Santa Maria. Não foi apenas o pátio onde as crianças costumavam brincar que cedeu, mas também o chão simbólico de toda uma comunidade. Foi nesse momento que o luto se transformou em ação. Nesse dia, o medo se converteu em indignação e as lágrimas se transformaram em mobilização. “A gente construiu uma luta nesse luto, porque foi muito doloroso” (entrevista 03/05/2024), lembra Maria Aparecida. A perda de uma criança, resultado do descaso com a infraestrutura das escolas, esse luto foi a linha condutora para a luta coletiva.

O luto, vivido por mulheres negras, pobres e periféricas, não se encerra em si. Ele se desenrola como linha de força, que, ao ser entrelaçada a outras, dá origem a tramas coletivas de resistência. No artigo de Silva, Rodrigues e Portela (2023), é apresentado como que as mães que perderam seus filhos para a letalidade do Estado não apenas vivem a dor, mas elas a transformam em ponto de partida para uma costura política.

Cada lembrança, cada nome, cada ausência torna-se fio que tece redes, articula vozes, borda memória e justiça nos espaços públicos. O movimento de mães, nesse sentido, é tecido feito de sangue, mas também de persistência e reinvenção. Os corpos, marcados por perdas irreparáveis, tornam-se agulhas que perfuram o tecido da ordem social dominante para costurar outras possibilidades de existência.

O artigo dos autores supracitados mostra que essas mulheres vão do silêncio imposto à fala pública, do isolamento ao coletivo, tecendo (com fios de dor e coragem) uma manta de denúncia que envolve e convoca a sociedade a romper com a indiferença (Silva; Rodrigues; Portela, 2023, p. 146). A Comissão de Mães do Parque Santa Maria, como demonstrado no capítulo anterior, insere-se nessa tradição de mulheres que costuram com o que têm: a ausência dos filhos, os vazios deixados pelas instituições, as memórias que insistem em não se apagar.

O estudo de Silva, Rodrigues e Portela (2023) reforça que essas mães, assim como tantas outras no Brasil, escrevem suas lutas sobre um fundo de sofrimento histórico, mas também de saberes compartilhados. Ao alinhavarem suas histórias às de outras mães (de Acari, Candelária, Cabula, Curió), ampliam a colcha da luta, tornando visíveis as costuras invisíveis que ligam periferias de diferentes estados por um fio comum: a dor que vira voz.

A interseccionalidade como vimos, nesse contexto, não é apenas uma categoria analítica. É o padrão que emerge nas tramas construídas pelas mães que lutam por justiça e

dignidade. Como pontuam os autores, o movimento das mães mobiliza não apenas demandas por justiça, mas uma nova gramática política, onde os pontos não são partidos, mas práticas do cotidiano: organizar uma reunião, fazer um abaixo-assinado, acolher uma mãe em sofrimento, escrever um nome no cartaz.

Cada gesto é uma nova costura no tecido da resistência, uma linha que liga o vivido ao reivindicado. Assim, à medida que partilham suas trajetórias com outras mães e familiares, essas mulheres também remendam o que foi rasgado pelo Estado: a dignidade, a esperança, o direito à vida.

Com suas ações trazem seus filhos de volta à história, não como estatística, mas como presença, produzem uma política de base, radical e afetiva. E, como nos lembra Maria Aparecida: “Acho que é uma luta que não vai acabar nunca.” (entrevista 03/05/2024). E enquanto houver mães, haverá fios sendo puxados, tecidos sendo reconstruídos, e feridas sendo costuradas com coragem, palavra e ação.

Assim, acredito ser pertinente trazer reflexões que tensionam o conceito de agência a partir de uma noção que ilumina a complexidade da ação social situada nas margens do poder. Ortner (2007) propõe que a agência, longe de ser um atributo abstrato ou individualizado, se desdobra como capacidade de perseguir projetos culturalmente constituídos de forma intencional, mesmo em contextos de subordinação e dominação (Ortner, 2007, p. 52).

A autora propõe uma distinção heurística entre agência como poder e agência como projeto. A primeira se manifesta em contextos de dominação e resistência, enquanto a segunda se enraíza nos desejos e nas intencionalidades dos sujeitos, mesmo quando estes se encontram nas “margens do poder”. Nos relatos das minhas interlocutoras, percebo que as mães da comissão costuram suas estratégias dentro dessas margens: ora resistem à negligência estatal, ora constroem caminhos institucionais, ora se movem em silêncio, amparadas por redes de solidariedade. Como escreveu Ortner (2007, p. 65), esses projetos não se realizam no vazio, mas “[...] dentro de uma matriz de desigualdades locais e diferenciais de poder”.

A autora afirma que os menos poderosos procuram proteger ou criar lugares onde essa agência possa florescer – o que equivale, no caso das mães entrevistadas, às sedes das associações comunitárias, às rodas de conversa, às audiências públicas onde, mesmo emocionadas, ousaram falar: “Eles escutaram tudo o que estava engasgado.” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024).

Ela também aponta que a agência nunca é completamente livre: ela se dá em meio a relações de poder assimétricas, negociadas socialmente, em teias de solidariedade,

rivalidade, afeto e conflito. É nesse tecido complexo que se inscreve a ação das mães do Parque Santa Maria, cuja experiência de luto foi transformada em aprendizado sobre os caminhos da institucionalidade. Aprenderam a “jogar o jogo”, como diz a autora, ao mesmo tempo em que se dispuseram a transformá-lo, tensionando suas regras e expandindo seus significados (Ortner, 2007, p. 45).

Essa agência situada não se limita à resistência. Ela também implica a criação de mundos possíveis. Como destaca Ortner, mesmo os subordinados têm desejos e metas culturalmente significativas, e suas formas de resistência são, muitas vezes, expressões da tentativa de sustentar ou proteger esses projetos. Por fim, ao mobilizar o conceito de “estrutura elementar da agência”, a autora nos convida a perceber como os projetos políticos (mesmo os mais locais e aparentemente “menores”) estão sempre entrelaçados com relações de poder (Ortner, 2007, p. 69).

A luta por creches no Parque Santa Maria é um desses projetos. Nele, as mães exercem sua agência ao disputar sentidos, redistribuir recursos e inscrever suas vozes nos espaços públicos. Como no jogo político masculino dos Tswana descrito pela autora, o sucesso depende de alianças, estratégias e da capacidade de navegar entre o desejo e o possível (Ortner, 2007). A diferença é que, aqui, quem joga são mulheres que, com o luto, transformam as possibilidades de futuro para si e para suas crianças.

Ao refletirmos sobre o papel da tragédia como catalisadora da ação coletiva, percebemos que não se trata apenas de reagir ao sofrimento, mas de convertê-lo em linguagem política. A dor, quando partilhada, deixa de ser apenas uma ferida individual. E, nesse movimento, tece-se o fio da resistência.

A morte de um filho pode ser vista como uma tragédia limite. Quando essa morte ocorre em circunstâncias violentas, abruptas e marcadas pela impunidade, ela rompe não apenas o ciclo vital, mas também as formas usuais de compreensão e de organização da vida. Esse tipo de tragédia, que em muitos casos poderia ter se encerrado no silêncio ou na fragmentação do sofrimento, tem se revelado como um potente disparador de ação coletiva. É o que indicam diversas pesquisas que se debruçaram sobre os efeitos subjetivos, políticos e sociais da morte violenta de jovens.

O artigo de Alarcão, Carvalho e Peloso (2008) é um dos poucos trabalhos que se propõe a compreender a experiência da mãe enlutada a partir de uma abordagem fenomenológica, ou seja, buscando apreender o significado que a vivência da perda assume para as próprias mulheres. O estudo, com base em entrevistas com cinco mães que perderam filhos por homicídio, identifica categorias que ajudam a decifrar esse sofrimento: a

“mumificação do filho na memória” (Alarcão, Carvalho e Pelloso, 2008, p. 343), a dualidade da mídia como invasora e aliada, a espiritualidade como forma de sobrevivência, a cumplicidade entre mães (inclusive com as mães dos agressores) (*Ibid*, 2008, p. 344) e, por fim, a tensão entre justiça e impunidade (*Ibid*, 2008, p. 345).

Concordo profundamente com o esforço das autoras em reconhecer que, para essas mulheres, o luto não é um processo passivo, mas uma experiência viva, que desafia a linearidade do tempo e que pode, inclusive, se desdobrar em agência política. A análise da “mumificação” do filho, como uma forma de manter vivo o vínculo e transformar a dor em compromisso ético, me parece especialmente potente. Ela revela que a memória, longe de ser apenas afeto, é também o lugar de onde se pode falar, agir e exigir justiça (Alarcão; Carvalho; Pelloso, 2008).

Entretanto, esse movimento da dor à ação não acontece no vazio. Ele exige contexto, corpo, presença, atravessamentos. É o que mostra o artigo de Márcia Thereza Couto (2011), fruto de sua dissertação de mestrado sobre o Grupo de Mães do Alto da Favela, um coletivo de mulheres periféricas do Recife que, ao longo dos anos 1990, reconfigurou os limites entre o público e o privado por meio da ação política.

Ao contrário de estudos que tratam a atuação de mulheres populares nos movimentos sociais como extensão dos papéis domésticos, Couto (2011) propõe uma leitura crítica e situada, na qual a maternidade e o cuidado não são apenas prolongamentos do lar, mas se tornam bases para a construção de novos modos de habitar o político.

Alinho-me com essa perspectiva porque ela escapa tanto da idealização romântica da militância materna quanto da crítica simplista que vê nessas formas de engajamento apenas reprodução da ideologia de gênero. O que está em jogo, como aponta a autora, é o trânsito entre esferas e o redimensionamento de papéis, um movimento que não rompe necessariamente com a condição de mãe, mas a ressignifica, a partir de uma coletividade e de um sentido público compartilhado (Couto, 2011, p. 246).

Recorro também a um texto que dialoga fortemente com a minha pesquisa: o artigo “Mães e lutas por justiça”, de Juliana Farias, Natália Bouças do Lago e Roberto Efrem Filho (2020). Nele, os autores propõem uma análise crítica sobre os encontros entre produção de conhecimento, ativismo e democracia, tendo como fio condutor os movimentos de mães e familiares de vítimas da violência estatal no Brasil.

Eles argumentam que essas mães não apenas denunciam o assassinato de seus filhos, elas formulam, com seus corpos e vozes, uma nova gramática política, que interpela o Estado, os saberes acadêmicos e as instituições democráticas (Farias, Lago, Efrem Filho,

2020, p. 163). O ponto mais instigante do artigo, para mim, é a afirmação de que essas mulheres se tornam sujeitas epistêmicas, isto é, produtoras legítimas de conhecimento, e não apenas fontes de dados.

Essa ideia me atravessa como pesquisadora e como mãe e volto ao que disse nas primeiras páginas da presente dissertação: o campo da pesquisa não pode ser apenas um espaço de escuta distanciada, mas de escuta comprometida, em que a dor do outro é reconhecida como política, e não apenas como patologia.

Esses três estudos, cada um a seu modo, reforçam a minha compreensão de que a tragédia pode operar como catalisadora de uma ação coletiva insurgente. No entanto, acredito que isso não ocorre automaticamente. É necessário um conjunto de condições, ainda que precárias: redes de solidariedade, reconhecimento mútuo, escuta, espaços (mesmo que improvisados) de fala e mobilização. O que essas mães fazem, como mostram os estudos, é costurar essas condições com as linhas que têm à disposição, as linhas da memória, da fé, da justiça, da dor e da maternidade. O tecido que produzem é, ao mesmo tempo, íntimo e público, rasgado e resistente, e sobre ele se bordam novas formas de viver, lembrar e lutar.

Concordo, portanto, com o entendimento de que a tragédia não é um fim, mas uma dobra, uma reconfiguração. O que poderia ter sido apenas luto, torna-se luta. E o que poderia ter sido silêncio, transforma-se em voz pública, em denúncia, em coletivo. É justamente nesse *entrelugar* que se situam as mães desta pesquisa. Como tantas outras, elas foram empurradas para o espaço público pelo trauma, mas ali permaneceram por escolha, por construção coletiva e por um compromisso político com o direito à infância, à memória e à vida.

No entanto, a análise sobre a participação comunitária das mulheres em contextos periféricos revela que, embora o discurso da inclusão social frequentemente evoque a coletividade, na prática ele convoca sobretudo as mulheres, especialmente aquelas que maternam. Sorj (2016, p. 114) ajuda a compreender que há uma convocação tácita para que essas mulheres ocupem espaços de representação comunitária, não por acaso são elas que historicamente acumulam o cuidado com a vida cotidiana, a vizinhança, a escola, o posto de saúde.

Como lembra uma das mães da Comissão do Parque Santa Maria: “Se não fosse a gente pra correr atrás, ninguém ia fazer nada. A gente que vai na escola, no CRAS, na Secretaria... a gente que insiste.” (Maria dos Anjos, 2024). O engajamento, portanto, não nasce da espontaneidade, mas da ausência.

No interior de programas voltados ao território e à mediação de conflitos, a figura da mãe emerge como símbolo de autoridade moral. De acordo com as ideias trazidas por Sorj (2016, p. 112), a condição de mãe é mobilizada como elemento de legitimidade da ação pública, especialmente quando essa ação se inscreve no campo da dor e da perda.

No caso das mães pesquisadas no presente trabalho, essa legitimação também se deu a partir da condição de quem perdeu ou quase perdeu um filho para a negligência do poder público. “Depois da tragédia, a gente começou a se reunir... mas já tinha outras coisas antes. Já tava errado, só não tinha explodido.” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024). A tragédia, assim, não cria do zero o movimento, ela expõe as costuras frágeis do cuidado estatal e convoca aquelas que já estavam em movimento silencioso a se tornarem visíveis.

A dimensão emocional da luta na narrativa dessas mulheres é inegável, mas está longe de ser despolitizada. Pelo contrário, como argumenta Sorj (2016), o sofrimento materno se transforma em dispositivo político ao ser exposto publicamente. A Comissão atua exatamente nesse entrelugar entre afeto e denúncia: “No dia da audiência pública, a gente foi preparada. A gente chorou, sim, mas a gente falou tudo. Tinha muita coisa engasgada.” (Maria Aparecida, entrevista 03/05/2024). Aqui, o choro não é sinal de fraqueza, mas de intensidade política. A dor não paralisa, ela organiza.

Ressignificar a maternidade é, portanto, uma forma de produzir fissura nas estruturas da violência e da negligência. É atribuir novo sentido ao cuidado, ao corpo feminino e à ação coletiva. Ao integrar programas, pressionar conselhos, organizar reuniões e acolher outras mães em sofrimento, as mulheres do Parque Santa Maria, como tantas outras pelo Brasil, revelam que a tragédia, quando compartilhada e transformada em ação, pode ser o início de uma nova costura: uma costura de escuta, de presença, de futuro.

Contudo, não poderia finalizar o presente capítulo sem apontar que existe uma diferença, e ao mesmo tempo uma afinidade profunda, entre esta dissertação e os estudos sobre o luto das mães que perderam filhos diretamente para a violência armada e letal do Estado, como nos casos emblemáticos de Acari, Candelária, Cabula, Curió ou o Mäes de Maio. E reconhecer essa diferença, sem apagá-la, para mim é um gesto ético e epistemológico importante.

Acredito que a primeira diferença está na natureza da tragédia que catalisa a ação. Enquanto aquelas mães enfrentam a dor brutal do assassinato de seus filhos por agentes estatais (como policiais ou milicianos), a luta das mães do Parque Santa Maria nasce de uma tragédia causada por negligência institucional: uma fossa aberta numa escola pública. A menina não foi executada, mas morreu porque o cuidado público falhou. Isso não diminui o

impacto da perda, mas desloca o tipo de violência em questão: da violência letal direta para uma violência estrutural e negligente, porém que mata do mesmo jeito.

Outra diferença é que tomo como pesquisa a mobilização das mães por todas as crianças vivas (inclusive pela memória daquela que morreu). O luto, aqui, opera como plataforma de cuidado coletivo, não apenas como clamor por justiça penal, mas como exigência por políticas públicas dignas, especialmente para a primeira infância. A luta dessas mães se volta para a vida que segue, para os filhos que ainda precisam de creche, segurança, escola, sem esquecer a ausência, mas bordando a partir dela um projeto comunitário.

Contudo, é justamente nessa costura feita com linhas distintas, mas entrelaçadas que reside a afinidade com os demais movimentos de mães enlutadas. Em todos os casos, estamos diante de mulheres que transformam o luto em política. Que recusam o esquecimento. Que escrevem a ausência como presença ativa. Que confrontam a hierarquia dos lutos e das vidas que “merecem” reconhecimento. Em todos os casos, o corpo materno se transforma em corpo político, em corpo público.

A diferença de contexto não impede que haja comunhão na gramática do luto insurgente. O que muda é o lugar do estilhaço, o tipo de silêncio que se rompe, e a forma de luta que se constroi. Mas o gesto político de costurar a dor com palavras, presença e ação, esse é comum.

Com tudo isso, percebo como uma tragédia pode deixar de ser um evento isolado e se transformar em um ponto de virada, revelando as fragilidades do cuidado por parte do Estado e chamando à ação outras formas de presença política. As mães que aqui são analisadas não se limitaram a reagir à perda, elas criaram uma resposta coletiva fundamentada na ética do cuidado e na responsabilidade comunitária. Os estudos aqui discutidos mostram que essa mobilização não ocorre em um vácuo: ela demanda alianças, espaços para ouvir, reconhecimento mútuo e, acima de tudo, coragem para confrontar o Estado com seus próprios corpos e a memória dos filhos que carregam.

Mais do que apenas resistência, trata-se de uma invenção. No que foi narrado, essas mulheres estão criando novas maneiras de fazer política, onde o afeto e a luta caminham juntos. Aprendi que a política também se expressa por meio das lágrimas, dos abraços, dos nomes escritos em cartazes e das mãos dadas nas portas das creches. Essa forma de política, que surge das margens, desloca os centros.

Se neste capítulo costuramos o luto à luta, é tempo agora de acompanhar os fios que foram sendo puxados por essas mulheres e que, aos poucos, começaram a desenhar novas formas de sonhar. A ação coletiva cresceu, amadureceu e se traduziu em conquistas concretas,

ainda que permeadas por tensões e desafios. Assim, passamos do campo da denúncia à afirmação de projetos.

O próximo capítulo nos convida a seguir essas tramas para além da dor, adentrando os territórios da esperança, da política cotidiana e das pequenas vitórias. Nele, exploraremos como as creches, antes ausentes ou negligenciadas, passaram a ser reivindicadas como espaços de dignidade, não apenas para as crianças, mas também para suas mães. Veremos, também, os efeitos dessa mobilização na formulação e reconfiguração de políticas públicas voltadas à infância em Fortaleza.

3 O FIO QUE ALINHAVA SONHOS: IMPACTOS E CONQUISTAS

A mobilização das mães do Parque Santa Maria não nasceu pronta. Ela foi sendo costurada com linhas de urgência, dor, cuidado e coragem. Nos capítulos anteriores, percorremos os caminhos da tragédia que catalisou a ação coletiva, escutamos os ecos da indignação e os passos firmes das alianças que se teceram entre mulheres que, historicamente, foram afastadas dos espaços de poder.

Agora, é chegada a hora de voltar o olhar para os impactos dessa mobilização: o que mudou no território, quais respostas foram geradas, que avanços e contradições emergiram dessa luta por dignidade. É como se estivéssemos acompanhando, ponto por ponto, o desenho de um tecido social que insiste em não se desfazer.

Neste capítulo, pretendo fazer uma leitura que comprehende os resultados concretos e subjetivos da mobilização das mães como expressões da política vivida, aquela que se produz no entrelaçar de mãos que se ajudam, nos olhos que vigiam, nas vozes que cobram. Mais do que listar conquistas, a intenção é compreender como essas conquistas foram costuradas, disputadas, sentidas.

A metáfora do “fio que alinhava sonhos” não é apenas um recurso metodológico poético, ela é política. Porque os sonhos das mães do Parque Santa Maria não são devaneios distantes, mas desejos profundamente ancorados na realidade: uma creche segura, uma alimentação digna, uma escola com profissionais respeitados, uma criança com deficiência acolhida, uma infância reconhecida como valor.

Cada demanda é um ponto de resistência, uma tentativa de costurar futuros onde antes havia rasgos. E cada conquista, ainda que parcial, é celebrada como fruto de luta e memória. Ao longo deste capítulo, será possível acompanhar tanto as conquistas que se tornaram visíveis, quanto aquelas que habitam o cotidiano como sopros de transformação: a formação da comissão de mães, o fortalecimento das redes de apoio, a politização dos afetos e dos cuidados.

E é com esse espírito que seguimos: costurando, com olhos atentos e ouvidos abertos, os fios daquilo que foi conquistado, daquilo que permanece como desafio, e daquilo que, mesmo quando não se vê, alinha sonhos nas frestas da política pública.

3.1 As creches como espaços de dignidade

A Constituição Federal de 1988 estabelece ainda a garantia da participação popular na formulação das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes e controle das ações voltadas a esse público. Isto e o dever de todos na proteção da infância e adolescentes decorrem do Princípio da participação popular na defesa dos direitos de crianças e adolescente (Bortolotti, 2018, p. 31).

O que o presente estudo vem apresentando é que na trama cotidiana das mães do Parque Santa Maria, a luta por creches de qualidade está ligada às suas memórias, ao cuidado que oferecem e à resistência que demonstram. Os relatos apresentam que a luta não é só por uma estrutura adequada, mas pelo reconhecimento e pela justiça. Não é apenas garantir um lugar seguro para os filhos, mas transformar as creches em espaços de dignidade, onde brincar, aprender e crescer sejam direitos de todas, e não privilégios.

No presente título, vamos juntar as histórias dessas mães com reflexões sobre dignidade e cuidado infantil, explorando práticas pedagógicas, a mobilização da comunidade e o papel das redes de apoio que mantêm viva a esperança por uma infância mais justa e respeitada.

A luta por dignidade nas creches do Parque Santa Maria revela que a mobilização das mães não se limita ao campo institucional, mas perpassa a construção de vínculos comunitários e a ressignificação das políticas públicas de cuidado infantil.

Um dos pontos centrais trazidos pelas mães do Parque Santa Maria é a percepção de que as creches devem ser espaços que garantam não só cuidado, mas também dignidade para as crianças e para as famílias. Quando questionei Maria Aparecida sobre o que ela considera educação de qualidade, a resposta da minha interlocutora foi:

Quando a gente fala em educação de qualidade, vem do início. Desde o prédio, que ele possa comportar todas as nossas crianças, seja elas com alguma deficiência física ou não. Aquela escola que esteja bem estruturada, com uma merenda boa, de qualidade, atrativa para a criança. Que os nossos professores, que são grandes incentivadores da educação, eles estejam ali também, sendo olhados, tendo acompanhamento para eles poderem passar para frente, porque muitos estão muito cansados. (Maria Aparecida, entrevista 15/10/2024).

A partir dessa fala, percebo que Maria Aparecida não enxerga a dignidade apenas como uma questão de infraestrutura física ou qualidade pedagógica, mas como um processo contínuo de construção de um espaço de pertencimento e valorização.

A fala dela se costura ao estudo de Sonia Kramer (2006), em seu artigo intitulado "As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental". A autora aborda a evolução das políticas públicas voltadas à educação infantil, analisando as dificuldades de implementação e a formação dos profissionais que atuam na área.

Kramer (2006) defende que a educação infantil deve ser vista como parte fundamental da democratização da educação no Brasil, destacando a indissociabilidade entre educação infantil e ensino fundamental. Mas, para mim, o ponto principal do artigo se configura na problematização da autora sobre a precarização das carreiras docentes e a crítica à falta de financiamento adequado, com Kramer apontando que a ausência de políticas estruturadas reforça desigualdades históricas (Kramer, 2006, p. 803).

A autora reforça que a educação infantil, conforme a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, é um direito fundamental da criança e um dever do Estado (Brasil, 1988; 1996). Esse ponto converge com o que está sendo abordado nesta dissertação, ao analisar como a luta das mães do Parque Santa Maria busca garantir que as creches respeitem os direitos básicos das crianças, oferecendo espaços dignos e acolhedores.

A mobilização, descrita pelas minhas interlocutoras, para garantir creches dignas dialoga diretamente com o conceito de educação infantil como um direito fundamental, como defende Kramer (2006). As falhas estruturais e pedagógicas observadas nas creches conveniadas de Fortaleza representam uma violação desse direito, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam ambientes seguros e humanizados.

Outro elemento que não posso deixar de apontar é que a autora, ao destacar o papel dos movimentos sociais na consolidação de políticas educacionais (Kramer, 2006, p. 799), iluminou, para mim, a importância do protagonismo das mães do Parque Santa Maria na luta por creches dignas. Suas ações coletivas revelam como a mobilização social se torna essencial para a efetivação dos direitos educacionais das crianças.

A luta das mães é constantemente expressa como uma busca por espaços que valorizem as crianças enquanto sujeitos de direitos. Em um dos relatos, Maria Aparecida reforça:

A gente construiu uma luta nesse luto, porque foi muito doloroso, para que a gente hoje conseguisse colher os frutos. A gente mudou um pouco da educação aqui, mas ainda falta trabalhar mais, porque é um trabalho de formiguinha. Todos os anos a gente tem que se unir mais, lutar mais, buscar mais, para a gente poder ver a escola de qualidade que a gente tem para as nossas crianças. (Maria Aparecida, entrevista 15/10/2024).

Ao lembrar da tragédia que ocorreu com Hannah, é preciso também lembrar que o acontecimento teve como local uma creche conveniada da prefeitura. Por isso é essencial nesse momento o artigo de Cruz, Cruz e Rodrigues (2021), que aborda a qualidade das creches conveniadas da Rede Municipal de Fortaleza, destacando a precariedade estrutural e pedagógica desses espaços.

O estudo, que analisou 94 creches conveniadas, aponta lacunas significativas tanto nas condições estruturais quanto nas práticas pedagógicas adotadas nessas instituições. A investigação destaca a precariedade de diversos aspectos, como a infraestrutura física insuficiente, a ausência de materiais adequados para o desenvolvimento infantil e a baixa formação profissional dos educadores.

Essas instituições, também chamadas de creches parceiras, são mantidas com recursos públicos, mas operam sob um regime de convênio que visa, principalmente, atender à demanda crescente por vagas na educação infantil. Essa modalidade de atendimento segue uma lógica histórica de redução de custos, herdada dos períodos de regime militar e influenciada por organismos internacionais. Embora tenha possibilitado a ampliação do número de vagas, a qualidade do serviço prestado nem sempre acompanha o aumento na oferta, conforme revelam os dados da pesquisa. Em muitos casos, as creches não conseguem assegurar direitos fundamentais das crianças, como acesso a espaços adequados para brincar, alimentação apropriada, descanso e cuidados básicos de saúde e higiene (Cruz; Cruz; Rodrigues, 2021, p. 17).

As autoras defendem que o modelo de creches conveniadas gera um atendimento precário, alertando para a necessidade de políticas públicas que priorizem o investimento em creches públicas diretas (Cruz; Cruz; Rodrigues, 2021).

O estudo aponta a situação das creches conveniadas em Fortaleza e reflete um problema maior no contexto da educação infantil na cidade. Embora a cobertura da pré-escola tenha atingido níveis satisfatórios, com quase 100% das crianças atendidas desde 2016, o mesmo não ocorre com as crianças de 0 a 3 anos. Apenas 30% desse grupo etário é atendido pelas creches municipais e conveniadas(Cruz; Cruz; Rodrigues, 2021, p. 6 e 7).

A escassez de vagas nas creches, somada à precariedade das condições nas unidades que existem, coloca muitas famílias em situação de vulnerabilidade, dificultando o acesso ao direito à educação de qualidade para suas crianças. A Secretaria Municipal de Educação estima que mais de 7.000 crianças estão na lista de espera por uma vaga, o que ressalta o caráter emergencial dessa demanda (Cruz; Cruz; Rodrigues, 2021, p. 7).

Diante desse quadro, Cruz, Cruz e Rodrigues (2021) defendem que a política de convênios para atendimento em creches seja revista. A pesquisa sugere que a manutenção dessa modalidade, sem os devidos investimentos em infraestrutura, formação de profissionais e supervisão adequada, pode trazer consequências negativas tanto para o desenvolvimento das crianças quanto para a segurança física e emocional delas.

Dialogando com esse pensamento, o artigo de Camila Fernandes (2021), intitulado "Casas de ‘tomar conta’ e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado", traz uma análise etnográfica sobre as relações entre cuidados informais realizados por mulheres periféricas e as creches públicas no Complexo do São Carlos, no Rio de Janeiro. Fernandes argumenta que a coexistência desses espaços reflete a interdependência entre cuidado informal e cuidado institucional, ambos precarizados e vulneráveis (Camila Fernandes, 2021, p. 4).

A autora critica a culpabilização das mães periféricas pela precariedade dos cuidados e discute como o Estado se aproveita da mobilização comunitária para suprir suas falhas. O artigo revela que as creches públicas, mesmo regulamentadas, funcionam em condições precárias e insuficientes para atender à demanda (Fernandes, 2021, p. 11). Isso se assemelha ao contexto do Parque Santa Maria, onde as creches conveniadas apresentam infraestrutura deficiente, falta de profissionais capacitados e práticas pedagógicas inadequadas.

Gostaria de destacar o conceito de “cuidado precário”, desenvolvido por Fernandes, para discutir como a falta de recursos transforma as creches em espaços de vulnerabilidade para as crianças e para os profissionais que ali atuam. Ao discutir a precariedade das creches públicas, Fernandes (2021, p. 9) destaca que essas instituições frequentemente são vistas como espaços seguros, embora funcionem com infraestrutura deficiente e sobrecarga profissional.

Ao destacar a mobilização das mães periféricas por cuidados dignos, Fernandes (2021, p. 9) aponta que as mulheres da sua pesquisa constroem redes de solidariedade que contestam a ausência estatal. Do mesmo modo, as mães da comissão que participaram desta pesquisa articulam-se para exigir creches que respeitem os direitos das crianças, transformando o luto em luta coletiva por dignidade.

Por isso concordo com a autora quando argumenta que a aparente ausência estatal não é uma falha, mas uma estratégia de gestão que transfere a responsabilidade para as mulheres periféricas (Fernandes, 2021, p. 17). Assim, acredito ser fundamental o conceito de “ausência” e “presença”, apontado por Fernandes, para discutir como a mobilização das mães expõe o descaso do poder público com a educação infantil na periferia.

A autora propõe que a ausência estatal nas políticas de cuidado não significa negligência, mas uma estratégia que delega às mulheres periféricas a responsabilidade pelos cuidados comunitários (Fernandes, 2021, p. 4).

Entre os estudos apontados, acredito ser importante destacar uma divergência relevante que é a forma como as autoras lidam com o conceito de dignidade. Para Kramer (2006), a dignidade na educação infantil está ligada à profissionalização e ao financiamento adequado, enquanto Cruz, Cruz e Rodrigues (2021) vinculam diretamente a dignidade à estrutura física e às práticas pedagógicas. Já Fernandes (2021) explora a dignidade a partir da perspectiva das cuidadoras periféricas, ressaltando como o estigma social afeta a valorização do trabalho de cuidado.

Já para as mães que entrevistei, a dignidade infantil não se resume apenas à estrutura física, mas também ao acesso a atividades educativas e culturais que promovam o desenvolvimento integral:

Além das matérias que elas estudam, a gente também queria cursos, como teatro, esporte, música, dança, para poder não ficar só naquela história das matérias, mas um complemento a mais. A gente acredita que a educação abre muitas portas, então tem que começar daí, desse acompanhamento. (Maria Aparecida, entrevista 15/10/2024).

As mães destacam que a dignidade também está na garantia de cuidados básicos e na interseção entre educação e saúde, como me revela Maria dos Anjos: “Escola, creche e também a saúde, porque saúde e educação andam de mãos dadas. Se não tem educação, não tem saúde. Se não tem saúde, não tem educação.” (entrevista, 03/05/2024).

As mães ressaltam que a luta pela dignidade é contínua, um esforço diário para manter as conquistas e ampliar os direitos: “A gente já conquistou algumas coisas, mas ainda falta muito. É um trabalho de formiguinha.” (Maria dos Anjos, entrevista, 03/05/2024).

Com tudo isso que foi apresentado, comprehendo que a luta das mães por creches dignas, como no caso do Parque Santa Maria, é um reflexo da precariedade das políticas públicas que priorizam instituições conveniadas e terceirizadas, deixando as famílias periféricas à margem dos direitos educacionais.

As falas das mães não se encerram em demandas pontuais: elas expõem, com clareza e afeto, os limites do modelo que naturaliza a precariedade para os filhos dos pobres. Com seus corpos, vozes e memórias, essas mulheres tecem cotidianamente uma rede de cuidado que desafia a negligência institucional e transforma o luto em potência política.

Assim, fica evidente que os caminhos da dignidade infantil se constroem no entrecruzamento de diferentes dimensões: a estrutura física da creche, a valorização profissional das educadoras, o reconhecimento do cuidado como trabalho e a força das comunidades periféricas como protagonistas na formulação de políticas. As mães do Parque Santa Maria desafiam o Estado que se ausenta e, ao mesmo tempo, se apoia nelas para manter a engrenagem funcionando.

No entanto, é possível, do ponto de vista analítico, identificar algumas tensões e lacunas que não desautorizam suas falas, mas que ajudam a compreender a complexidade de suas demandas. As mães criticam duramente a ausência do Estado, especialmente no modelo das creches conveniadas, ao mesmo tempo em que desejam fortemente o retorno ou a presença efetiva do Estado na forma de escolas públicas diretas, professores concursados e espaços regulados.

Pode parecer paradoxal desejar o Estado que também falhou, mas esse é um traço comum em contextos de vulnerabilidade. As mães não idealizam o Estado: elas sabem que é nele que ainda reside a promessa de proteção e reconhecimento. Assim como aponta Camila Fernandes (2021, p. 12), a ausência do Estado é, muitas vezes, uma presença que delega, precariza e se beneficia da mobilização popular.

Ao longo das páginas anteriores, foi apresentado o entrelaçar das vozes maternas do Parque Santa Maria, suas dores, suas exigências e a incansável luta por creches dignas. Mas toda trama de resistência carrega também seus pontos de virada.

Nas próximas linhas voltaremos nosso olhar para as frestas abertas pela mobilização das mães, investigando quais políticas foram impactadas, que respostas institucionais foram provocadas por essa luta e como essas transformações têm redesenhad o mapa do cuidado e da educação infantil no território. É tempo de olhar para os frutos, sem perder de vista a linha que nos guia nesse labirinto.

3.2 Resultados concretos: avanços nas políticas públicas

Depois de tantos caminhos percorridos com as linhas do luto, da indignação e a costura de alianças, é preciso perguntar: o que mudou? Que marcas essa mobilização deixou

nas políticas públicas voltadas à infância em Fortaleza? Neste título, busca-se rastrear os efeitos concretos da luta das mães do Parque Santa Maria. Ao acompanhar esses desdobramentos, não se trata apenas de somar números ou contabilizar inaugurações, mas de compreender como as vozes antes silenciadas passaram a ecoar nos corredores do poder.

Como afirmam Palmeira e Barreira (2004, p. 9), “Falar da política no feminino, e não do político reificado como um domínio de atividades, significa dizer que não há limites atribuíveis a priori ao que possa ser pensado e vivido como próprio da política”. É nessa chave que leio as conquistas das mães. Não como efeito colateral das instituições, mas como política feita com o corpo, com a escuta, com a presença insistente nas portas das escolas e nas audiências públicas.

Aqui, gostaria de trazer a seguinte notícia publicada em um portal do Ceará:

A oferta de creches para crianças de zero a cinco anos deve ser ampliada em Fortaleza, após decisão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que negou recurso de apelação do município de Fortaleza. Com isto, fica confirmado, em segunda instância, que a capital deve ampliar a oferta, incluindo berçários e atendimento em tempo integral quando necessário. A decisão vem após Ação Civil Pública (ACP) protocolada em 2019 pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Ceará) e o Ministério Público (MPCE). O prefeito José Sarto (PDT) informou por meio das redes sociais que já trabalha para a ampliação das vagas de creches, com instituições já entregues e outras previstas para até 2024 [...] “Concordo plenamente. Tanto, que estamos entregando praticamente uma por mês desde o início da nossa gestão. Já inauguramos 24 novas unidades.” (G1, 14 de fevereiro de /2023).

A decisão do Tribunal de Justiça do Ceará, em 2023, que obriga a Prefeitura de Fortaleza a garantir progressivamente a ampliação de vagas em creches, marca um ponto de inflexão nas formas de reivindicação por direitos sociais na cidade. Judicializar a ausência de políticas públicas, especialmente quando se trata do cuidado com crianças pequenas, é reconhecer que há um conflito em curso, entre a promessa constitucional e a realidade de exclusão vivida por mães e seus filhos.

Após atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) e do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), a Prefeitura de Fortaleza inaugurou, na última quinta-feira (26/08), o Centro de Educação Infantil (CEI) Dalila Delmas Montenegro, localizado no bairro São Bento, que é a primeira unidade da Capital com atendimento de berçário. O MPCE e o Cedeca haviam ingressado com Ação Civil Pública (ACP) para que a Prefeitura ampliasse a quantidade de vagas para crianças de um a três anos em creches da rede municipal em tempo integral e a Justiça, atendendo ao pedido, determinou que o Município garantisse o direito de acesso à educação infantil em creches, inclusive construindo berçários, quando fosse o caso. (MPCE, 30 de agosto de 2021).

Essa decisão veio por meio da Ação Civil Pública movida pelo CEDECA e pelo Ministério Público após o estudo da nota técnica mencionada no início desta dissertação. Aqui o fio de Ariadne nos puxa para o início do labirinto que iniciamos esta pesquisa. A nota

técnica que publicava a carta das mães do Santa Maria foi um instrumento de visibilização da desigualdade. Como nos informam Palmeira e Barreira (2004, p. 10), a política não se restringe aos espaços formais e “não há limites atribuíveis a priori ao que possa ser pensado e vivido como próprio da política”. Ao levarem o caso ao Judiciário, os atores sociais não apenas acionam o Estado, eles o confrontam com sua própria omissão histórica.

A creche, nesse cenário, deixa de ser apenas um equipamento educacional. Ela passa a ser um território simbólico de disputa, onde se entrelaçam memórias de negligência, práticas de cuidado, anseios por justiça e estratégias de sobrevivência. Ao exigir do município a criação de berçários, tempo integral e planejamento orçamentário específico, a decisão judicial responde às vozes que, durante anos, ecoaram nas filas de espera.

A luta das mães do Parque Santa Maria é exemplo disso: articuladas em comissão, elas fizeram do cotidiano um campo de atuação política. “Hoje a gente já vê um resultado [...] a creche foi reformada, as mães foram chamadas” (entrevista 15/10/2024), relata Maria Aparecida.

Em contraste com essa conquista judicial, observamos o discurso institucional em torno da entrega de novos Centros de Educação Infantil, como o novo CEI Laís de Sousa Vieira Nobre, inaugurado em 2020.

O prefeito Roberto Cláudio entregou, nesta sexta-feira (31/07), o mais novo Centro de Educação Infantil (CEI) de Fortaleza, no bairro Ancuri (Regional VI). Denominada professora Lais de Sousa Vieira Nobre, a unidade de ensino beneficiará aproximadamente 200 crianças de 1 a 5 anos de idade. “O equipamento está sendo oficialmente entregue hoje, completamente pronto. Estamos esperando a decisão sanitária para o retorno às aulas e, com isso, abrir as portas e receber os novos alunos, neste espaço de aprendizado e cuidados”, declarou Roberto Cláudio, enfatizando a importância da manutenção das regras de distanciamento social neste período [...] Crisney Kelly de Freitas, coordenadora pedagógica, informou que já há um cadastro reserva de alunos para o novo equipamento e que eles serão chamados assim que forem liberadas as aulas, que terão início de forma prudente para preservar a vida de crianças, suas famílias, além dos colaboradores do local. (Fortaleza, 31 de julho de 2020).

Nesse tipo de narrativa, a creche aparece como símbolo de progresso e modernização, financiada com recursos municipais e apresentada como referência nacional. O discurso do ex-prefeito Roberto Cláudio reforça essa imagem: “completamente pronto”, “espaço de aprendizado e cuidados”, “educação como caminho para uma sociedade mais justa”.

No entanto, não foram mencionadas as motivações por trás do novo CEI, enquanto o que se revela nas entrelinhas é a tentativa de enquadrar a política pública como uma realização política. Moacir Palmeira, ao refletir sobre a política nas periferias urbanas,

propõe que se “interrogue a política que é feita, a política que as pessoas dizem fazer ou que identificam como sendo feita por outros” (Palmeira; Barreira, 2004, p. 9). Essa linha interpretativa é essencial para compreender a percepção das mães do Parque Santa Maria diante dos anúncios oficiais.

Quando o prefeito Sarto afirma que “praticamente uma nova creche é entregue por mês”, sua fala se ancora em uma concepção de política como realização técnica e compromisso de governo. Para as mães, no entanto, política é presença, é escuta, é disputa. Política é “a gente não se calar”, como diz Maria Aparecida. O tempo da política institucional nem sempre coincide com o tempo das urgências cotidianas.

O CEI Laís de Sousa Vieira Nobre, com sua estrutura modelo (salas acessíveis, brinquedoteca, solarium, fraldário) revela uma importante conquista em termos de política pública. Mas infraestrutura não é sinônimo de acesso. A própria coordenadora pedagógica, ao mencionar que há uma lista de espera já formada para a nova unidade, reconhece que o direito não se realiza plenamente na entrega do prédio, mas na garantia da vaga, do acolhimento, da permanência. Isso exige pensar o direito como prática social, e não como promessa abstrata.

Reconhecer os avanços é parte da luta, mas também é preciso nomear seus limites. As conquistas recentes – reformas, chamamento de algumas crianças, novas unidades previstas – não esgotam as demandas das mães.

Mais do que creches novas ou reformas escolares, talvez o maior avanço dessa história seja imaterial: a própria existência da comissão de mães como sujeito político. Um coletivo que não nasceu pronto, mas foi se formando nos escombros da tragédia, nas filas da escola, nas conversas de portão e nos grupos de *WhatsApp*.

Ali, entre o choro, o cansaço e a indignação, emergiu uma rede de apoio construída por mulheres que, ao invés de silenciarem diante da dor, decidiram gritar juntas. A comissão passou a ser lugar de acolhimento e articulação, onde uma ajuda a outra com informações sobre matrícula, orientações jurídicas, acesso a benefícios, e também sobre como exigir o que é de direito. A luta por creches logo se desdobrou em outras pautas urgentes: o funcionamento do posto de saúde, a inclusão de alunos com deficiência, o transporte escolar, a segurança pública.

Um resultado que não cabe em relatórios ou gráficos, mas que pulsa no modo como essas mulheres agora se reconhecem, se organizam e se colocam no mundo: não mais como indivíduos isolados, mas como corpo coletivo que move e é movido pelo desejo de mudança. A história narrada pelas minhas interlocutoras e que foi transcrita nesta pesquisa revela, com profundidade e sensibilidade, que os resultados concretos obtidos pela

mobilização das mães do Parque Santa Maria, através de uma combinação de denúncia pública, pressão política, articulação comunitária e ação judicial, essas mulheres transformaram o cotidiano em campo de disputa por justiça e reconhecimento.

As conquistas alcançadas ao longo do percurso, como a construção do CEI Professora Lais de Sousa Vieira Nobre, a reforma de estruturas escolares inseguras, a mudança de gestão na Escola Bárbara de Alencar e a ampliação judicialmente imposta das vagas em creches municipais, representam, sem dúvida, avanços concretos, resultados visíveis que reconfiguram, ainda que parcialmente, o território e suas relações com o poder público. No entanto, como bem ensina Mariza Peirano (1997, p. 86), o olhar antropológico se dirige não apenas ao que é visível, mas ao como e ao quem: aos sentidos construídos no processo, às práticas locais que sustentam a política em suas camadas subterrâneas.

A criação da comissão de mães, nesse sentido, é mais do que um resultado subjetivo: é a emergência de um sujeito político coletivo que, mesmo não inscrito nos marcos da legalidade ou da representação formal, institui novas formas de presença e de exigência. Aqui, a política não se limita ao ato de legislar e implementar, ela passa a ser vivida e disputada nos becos da cidade, nas filas do posto de saúde, nos portões das creches. O caso do Parque Santa Maria explicita que há política no cuidado, na insistência cotidiana, na insistência por uma vaga, no não se calar diante do que fere.

Esse movimento de tornar-se sujeito político, entretanto, não acontece no vácuo. Como já foi apresentado na análise de Sônia Alvarez (1988) ao tratar dos feminismos latino-americanos, os sujeitos se forjam nas encruzilhadas entre o vivido e o institucional, entre o corpo que sente e a estrutura que nega.

As mães do Parque Santa Maria, ao mesmo tempo em que tecem alianças e constroem estratégias de ação coletiva, enfrentam os muros do Estado, que ora as ouve, ora as silencia, que ora as contempla com creches novas, ora se esconde atrás de promessas e licitações não cumpridas. Alvarez fala da “política do cotidiano”, que se articula não apenas para demandar, mas para existir como prática contínua de produção de mundo. A comissão é isso: um gesto contínuo de invenção política, forjado na ausência e sustentado pela solidariedade.

Contudo, como aponta Gabriela Lotta (2019, p. 20), a política pública é atravessada por disputas de poder que não se resolvem no plano da demanda popular. As ações do Estado, mesmo quando respondem a pressões legítimas, estão sujeitas a limites burocráticos, resistências institucionais e interesses políticos locais.

A decisão do TJCE que obriga a Prefeitura de Fortaleza a ampliar a oferta de vagas em creches é um exemplo de como a judicialização pode operar como mecanismo de garantia de direitos, mas também como armadilha, ao transformar uma luta coletiva em obrigação legal, correndo o risco de invisibilizar as tramas relacionais e afetivas que tornaram essa decisão possível.

Lotta nos adverte que a implementação de políticas não é linear: depende de agentes públicos comprometidos, de estruturas orçamentárias reais, de articulação intersetorial (Lotta, 2019, p. 21). A creche pode ser entregue, mas sem profissionais, sem manutenção, sem escuta ativa, ela vira apenas mais um prédio bonito em bairros de invisibilidade crônica.

Dito isso, não se deve cair na tentação de romantizar essa mobilização. Ela também tem seus limites. Como apresentado nas linhas anteriores que bordam esta pesquisa, a ação coletiva popular nem sempre é linear, harmônica ou plenamente consciente de seus efeitos. Há disputas internas, desigualdade de vozes, cansaço acumulado, ambivalência quanto aos canais institucionais. Algumas mães têm mais tempo para participar das reuniões, outras se calam por medo, vergonha ou exaustão.

Dentro de todo esse contexto, surgiu em mim o seguinte questionamento: será que as mães teriam conseguido esses resultados sozinhas? No percorrer de tudo que foi dito, acredito que não. Pelo menos, não nos moldes em que ocorreram. A força das mães está no seu protagonismo cotidiano, na insistência, na organização da comissão, na articulação de redes, na denúncia, na escuta mútua. Mas os resultados concretos, como a reforma de estruturas físicas e a ampliação de vagas, dependem de ações estatais e, muitas vezes, da intermediação institucional. O mérito das mães está em provocar a resposta do Estado, mas não em substituí-lo. A relação é de tensão, enfrentamento e cobrança, não de autossuficiência.

Sem a ação coletiva das mães, dificilmente teria havido pressão política suficiente para deflagrar, por exemplo, a troca da gestão escolar ou a mobilização da imprensa. A comissão agiu como gatilho de responsabilização pública. Porém, a efetivação das mudanças exigiu conexão com atores externos, como CEDECA, MPCE, lideranças políticas, gestores escolares e o Judiciário.

Outro ponto que me gerou questionamento: sem a ação judicial haveria resultados? E posso dizer que provavelmente não. Ou, se houvesse, seriam pontuais, lentos e desiguais. A decisão judicial de 2023, que obrigou a Prefeitura de Fortaleza a ampliar a oferta de creches, incluindo atendimento integral, planejamento orçamentário e penalidades em caso de descumprimento, foi crucial. Ela transformou uma demanda social em obrigação jurídica.

A judicialização nesse caso não substituiu a luta popular, mas a potencializou. A Ação Civil Pública (ACP) foi fruto do acúmulo de denúncias, e seu êxito deve ser creditado também à visibilidade que a mobilização das mães produziu. Ou seja, sem a judicialização, a luta seguiria gritando na porta da escola, e provavelmente não teria reverberado no campo institucional com a mesma força e obrigatoriedade.

Contudo, é preciso pontuar que decisões judiciais nem sempre se traduzem automaticamente em políticas efetivas que exigem monitoramento, pressão e participação popular contínua. Nesse sentido, o risco é que a judicialização gere resultados formais, mas não necessariamente vividos.

A comissão de mães é, por si só, um dos maiores resultados da mobilização, um sujeito político que não existia institucionalmente. As mães aprenderam a circular entre escolas, conselhos, ONGs, rádio comunitária, Ministério Público e redes sociais. Isso demonstra uma política em movimento.

Falar sobre os resultados concretos da mobilização das mães do Parque Santa Maria é falar que a política pública se transforma quando é confrontada pela força organizada do cotidiano. Mas também revela que a institucionalidade não se rende facilmente. Os avanços são reais, mas parciais. As contradições não invalidam a luta, apenas revelam sua complexidade.

O que quero dizer é que nem toda conquista cabe em números ou decretos. Algumas se inscrevem nos gestos de escuta, nos vínculos entre vizinhas, nas rodas improvisadas de conversa. E, talvez, sejam essas conquistas – silenciosas, afetivas, subterrâneas – as que mais transformam a vida das mulheres e das crianças do Parque Santa Maria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do labirinto, resta o fio que me guiou. E foi com esse fio (ora tênué, ora resistente) que costurei esta dissertação. Inspirada no mito de Ariadne, que oferece a Teseu um novelo para que não se perdesse nos caminhos sombrios do labirinto, encontrei, nas vozes das mães do Parque Santa Maria, a linha que me guiaria por entre as tramas da dor, da luta e da esperança.

Essa metáfora, que atravessa o texto desde as primeiras páginas, não é apenas imagem literária: é método, é ética, é política. O fio que me conduziu também me transformou. Ao segui-lo, fui levada a conhecer profundamente a história de um bairro e de alguns moradores, a ouvir áudios de *WhatsApp* carregados de emoção, às rodas de conversa onde o luto se converte em coletivo e a maternidade se inscreve como força política.

Cada capítulo desta dissertação foi uma dobra desse caminho. No primeiro, mergulhei na gênese da mobilização, nas histórias cruzadas de mulheres que, a partir de uma tragédia, decidiram não apenas chorar, mas também costurar alternativas. No segundo, explorei como o luto, longe de ser paralisante, se torna potência política, e como a dor, quando partilhada, tece alianças, produz memória e exige justiça. No terceiro, voltei o olhar para as consequências dessa mobilização: as conquistas concretas, os avanços institucionais, os desafios permanentes.

Ao longo do percurso, busquei articular teoria e experiência, narrativa e análise, afeto e política. Recorri a autoras como Bell Hooks, Judith Butler, Chimamanda Adichie, Scholastique Mukasonga, Carla Rodrigues, Sônia Alvarez e Sherry Ortner para pensar as dimensões éticas, estéticas e políticas do cuidado, do luto, da maternidade e da ação coletiva.

Espero (e acredito) que as contribuições desta pesquisa não se limitem a denunciar a precariedade da política de creches em Fortaleza. Elas apontam para a centralidade das mulheres-mães como produtoras de política, de conhecimento e de resistência. Nas narrativas apresentadas, percebo a comissão de mães do Parque Santa Maria, longe de ser um dado, é um sujeito político em construção permanente.

Ao escutar essas mães, comprehendi que a política pública não se resume a decretos ou planos de governo. Ela é feita nos gestos cotidianos, na insistência por uma vaga, no enfrentamento das ausências, no cuidado partilhado. Essa política que se faz nos interstícios, nos vazios deixados pelo Estado, é também aquela que tem maior capacidade de transformação, porque nasce da necessidade vivida e da solidariedade construída.

No entanto, ao chegar ao fim deste labirinto, não posso deixar de reconhecer que toda pesquisa carrega em si não apenas suas costuras, mas também suas frestas. As lacunas e tensões que emergem ao longo do processo de investigação não desautorizam o conhecimento produzido, mas revelam sua abertura à continuidade (e também sua humanidade). Assim, em respeito às vozes que me atravessaram e à honestidade epistemológica que busquei cultivar, reconheço os limites desta pesquisa.

Em primeiro lugar, o universo empírico restrito a um único território e a um grupo específico de mães impediu uma análise comparativa com outras experiências de mobilização em Fortaleza. A profundidade etnográfica foi privilegiada em detrimento da amplitude, e essa foi uma escolha consciente, mas que deixo como sugestão para futuras pesquisas que explorem como diferentes bairros vivem e enfrentam a precariedade na educação infantil.

Também é preciso mencionar que a maioria das interlocutoras ouvidas integra a linha de frente da comissão de mães, o que significa que há vozes que permanecem silenciadas: mães que não participaram da luta, que desistiram no meio do caminho, que discordaram de estratégias adotadas, ou que viveram o luto de forma mais íntima e isolada. Essas ausências, embora inevitáveis em alguma medida, revelam que toda mobilização é também marcada por assimetrias internas.

Ainda sobre limites metodológicos, reconheço que a opção por priorizar a escuta das mães (escolha proposital e coerente com a proposta política e ética deste trabalho) implicou na ausência de uma escuta direta das autoridades institucionais, como representantes da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares ou promotores públicos. Essas vozes poderiam ter revelado outras camadas da disputa, outras versões dos fatos, e tensionado o campo empírico com novas contradições.

Em termos analíticos, outro risco que busquei evitar – mas que pode ter aparecido em alguns momentos por conta da minha escolha de escrita mais poética – foi o da romantização da luta materna. Apesar dos esforços para trazer as ambiguidades, as tensões internas, os silêncios e os conflitos da ação coletiva, há passagens em que o poder da narrativa pode ter suavizado os limites reais enfrentados por essas mulheres. A mobilização das mães é poderosa, mas também frágil, atravessada por desigualdades, cansaços e desalentos.

Por fim, a própria autora desta pesquisa (eu) não esteve isenta de contradições. Ao ocupar simultaneamente os papéis de pesquisadora, pedagoga, mãe e mulher, fui atravessada por dilemas éticos e afetivos que, muitas vezes, desafiaram a distância analítica e me colocaram diante de perguntas sem resposta. Esse envolvimento foi também uma potência, mas exigiu vigilância constante para que o compromisso político não anulasse a escuta crítica.

Os fios que costuraram esta narrativa seguem se entrelaçando em mim e nas mulheres que encontrei no Parque Santa Maria. Para além de categorias analíticas, o que me foi confiado foram memórias vivas, doloridas, insurgentes. E essas memórias, narradas em rodas, cafés e encontros marcados pela escuta, tornaram-se, para mim, não apenas conteúdo da pesquisa, mas um próprio resultado metodológico.

A memória, como nos lembra Assmann (2011), não é algo estático, mas um campo de disputa, de seleção e transformação cultural. Escutá-las foi também ser atravessada por um saber que se move entre lembrança e elaboração, entre perda e insistência. Também Gagnebin (2006, p. 44) nos fala que escrever a memória é um gesto ético que reconhece o que foi silenciado e o que insiste em reaparecer. Nesse gesto, aprendi que a escuta também é escrita.

Assim, nos rastros ensinados por Ginzburg (2007), aprendi que há verdades que se escondem nas margens, nos detalhes e nos fragmentos. E foi ali, nos vestígios deixados pelas palavras e pelos silêncios dessas mães, que encontrei caminhos para compreender a profundidade de suas lutas.

Diante de tudo isso, Kilomba (2019) me mostrou que não é possível separar o saber da experiência, que escrever, para uma mulher negra, é um ato de nomeação e de denúncia, de reapropriação da própria história.

Assim, termino este trabalho reconhecendo que a memória aqui narrada pelas mulheres do Parque Santa Maria é, em si, um saber que resiste e ensina. Um saber que desafia o esquecimento institucional e inscreve novas formas de existir e de lutar. Ouvi-las, acolher suas narrativas e costurá-las com os fios da teoria foi também um processo de me refazer enquanto pesquisadora, mulher e mãe. Que essa memória não se perca, mas siga ecoando, transformando e construindo outros futuros possíveis.

Confesso que, para mim, encerrar esta dissertação é como dar o último nó em uma costura longa, feita com linhas de memória, luto, resistência e esperança. Se Ariadne ofereceu seu fio a Teseu para que ele não se perdesse no labirinto, espero ter oferecido aqui, com o mesmo cuidado, uma linha de leitura que permita compreender a força política das mães do Parque Santa Maria.

Espero que esta linha não se rompa com o ponto final, que ela siga viva, entrelaçada ao cotidiano daquelas que lutam para que nenhuma criança mais caia no esquecimento, para que toda creche seja espaço de dignidade, e para que toda dor possa, um dia, ser transformada em cuidado compartilhado e política viva. Esta dissertação termina, mas o fio permanece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Notas sobre o luto.** Tradução: Fernanda Abreu. 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil.** Tradução de Ana Luiza Pinheiro... [et al.]. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado:** o Mito do Amor Materno. Tradução de Waltensir Dutra. Editora: Nova Fronteira, 1980.

BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade Tem Cor? Narrativas de Mulheres Negras sobre Maternidade.** Curitiba: Editora Appris, 2021.

BEAUVIOR, Simone de. **O Segundo Sexo 1.** Fatos e Mitos. 4^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. São Paulo: Editora Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **Respuestas:** por una antropología reflexiva. Tradução: Hélène Levesque Dion. México, D.F.: Grijalbo, 1995.

BORTOLOTTI, Nadja Furtado. O poder judiciário e a proteção dos direitos da criança e do adolescente. In: BRIGIDO, Gustavo. **Curso Justiça na Sala de Aula:** ferramentas pedagógicas para difusão e promoção de temas e conteúdos sobre o papel da justiça no ambiente escolar. Fortaleza: Fundação Demócrata Rocha – Universidade Aberta do Brasil, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Galeria dos Presidentes da Câmara Municipal de Fortaleza: 1949–2024. 2. ed. Fortaleza: Câmara Municipal de Fortaleza, 2023. Disponível em:
https://www.cmfor.ce.gov.br:8080/wp-content/uploads/2024/02/CFA_0188_2023_Livro_Galeria_dos_Presidentes_WEB.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

FINCO, Daniela, GOBBI, Marcia Aparecida, FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Apresentação – Um olhar feminista para os direitos das crianças. In: FINCO, Daniela, GOBBI, Marcia Aparecida, FARIA, Ana Lúcia Goulart de (orgs.). **Creche e feminismo:** desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânia. 16. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges. Prefácio de Silvane Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Cap. 4: Entrevista narrativa. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. p. 17–34.
- MAINWARING, Scott. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu. In: STEPAN, Alfred. (org.) **Democratizando o Brasil**. Tradução: Ana Luiza Pinheiro... [et al.]. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- MUKASONGA, Scholastique. **A mulher de pés descalços**. Tradução: Maria Helena Rouanet. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. Introdução. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2004, p. 9-22. Disponível em: <http://nuap/etc.br/politica-no-brasil/> Acesso em: 23 set. 2024.
- RODRIGUES, Carla. Por uma teoria política do luto. In: RODRIGUES, Carla. **O luto entre clínica e política**: Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

SAVIANI, Derméval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2021. eBook. ISBN 9786588717325. Disponível em: <https://www.autoresassociados.com.br>. Acesso em: 7 ago. 2025.

SCHIFINO, Reny Scifoni. Direito à creche: um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (orgs.). **Creche e feminismo:** desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva:** problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (orgs.). **Creche e feminismo:** desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015.

Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações

NASCIMENTO, Maria Izarilene Silva do. **O processo de urbanização do Parque Santa Maria: estudo de caso, as ocupações.** 2002. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em 2002) – Universidade Estadual do Ceará, 2002. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=24768>> Acesso em: 30 de maio de 2025

QUEIROZ, Rafaële Cristina de Souza. **Escrevivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro/AM e Manaus/AM.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, 2023.

Artigos

ABERS, Rebeca; von BÜLOW, Maria. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52–84, set. 2011.

ALARÇÃO, Ana Carolina Jacinto; CARVALHO, Maria Dalva de Barros; PELLOSO, Sandra Marisa. A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 16, p. 341-347, 2008.

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 08, n. 01, p. 229–236, 2000.

CACHADO, Rita. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, n. 2, p. 551–572, mai. 2021.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 39, n. 1, p. 13–37, 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CARLOS, Euzenia. Interações entre movimentos sociais e Estado e seus efeitos: um desafio para as teorias dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 54, p. 1–29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2024.e95759>. Acesso em: 5 jun. 2025.

COUTO, Márcia Thereza. O significado da ação política feminina nos anos 90: uma análise do “Grupo de Mães do Alto da Favela”. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1206> Acesso em: 30 maio. 2025.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade; RODRIGUES, Ana Paula Cordeiro Marques. A qualidade das creches conveniadas de Fortaleza em foco. **Educ. Ver.**, v. 37, e78408, 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602021000101207&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 21 out. 2024.

FARIAS, Juliana; LAGO, Natália Bouças do; EFREM FILHO, Roberto. Mães e lutas por justiça. Encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 36, p. 146–180, dez. 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, n. 13, 2005, p.155-161.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/37711>. Acesso em: 21 out. 2024.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista de Antropologia**, v. 64, n. 3, p. e189648, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/189648>. Acesso em: 21 out. 2024.

GEERTZ, Clifford. O dilema do antropólogo entre "estar lá" e "estar aqui". **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 7, n. 7, p. 205–235, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52621>. Acesso em: 4 nov. 2024.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 797-818, 2006.

LIMA, Bruno Chaves Correia; RIGO, Ariadne Scalfoni; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. Memória organizacional e construção de identidade local: uma análise da mobilização e organização social no Conjunto Palmeira. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 8, n. 4, p. 235–246, out./dez. 2016. DOI: 10.21118/apgs.v1i4.1079. Disponível em:

<http://www.apgs.ufv.br/index.php/administraçaopublica/article/view/1079>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam et al (orgs.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007a, pp. 45-80. Disponível em:
<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/ConferenciaseDialogos.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

PEIRANO, Mariza. Onde está a antropologia? **Mana**, Estudos de Antropologia Social, v. 3, n. 2, pp. 67-102, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. **Cadernos Pagu**, n. 55, p. e195511, 2019.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**, v. 5, n. 8, 2001. p. 47-60. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832001000100004>. Acesso em: 21 out. 2024.

SILVA, Cristina Maria da; SILVA, Junia Paula Saraiva. Túmulo de papel: narrativas biográficas do trauma em Scholastique Mukasonga. **Mulemba**, v. 14, n. 26, p. 170-187, jan./jun. 2022. Disponível em:
https://www.academia.edu/84375837/Regimes_de_Verdade_Hist%C3%B3ria_e_Fic%C3%A7%C3%A3o_nas_Literaturas_da_%C3%81frica_Subsariana Acesso em: 3 jun. 2025.

SILVA, Mario Magno de Oliveira; RODRIGUES, Vera.; PORTELA, Caio Barbosa. Mães contra violência policial: Relações de gênero, raça e classe. **Tensões Mundiais**, v. 19, n. 40, p. 145–166, 2023. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/8595>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 5 nov. 2024.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do *care*. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 107–128, jan. 2016.

Artigos de Jornais

G1 CEARÁ. Criança morre após cair em fossa enquanto brincava em escola de Fortaleza. G1 Ceará, 23 de maio de 2018. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/crianca-morre-apos-cair-em-fossa-enquanto-brincava-e-m-escola-de-fortaleza.ghtml> Acesso em: 1 nov. 2024.

G1 CEARÁ. Prefeitura vai avaliar risco na estrutura de escolas após morte de criança em Fortaleza. G1 Ceará, 23 de maio de 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/prefeitura-vai-avaliar-risco-na-estrutura-de-escolas-apos-morte-de-crianca-em-fortaleza.ghtml> Acesso em: 1 nov. 2024.

G1 CEARÁ. Justiça determina que Prefeitura de Fortaleza deve ampliar oferta de creches para crianças. G1, 14 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/educacao/noticia/2023/02/14/justica-determina-que-prefeitura-de-fortaleza-deve-ampliar-oferta-de-creches-para-criancas.ghtml> Acesso em: 1 nov. 2024.

Sítios da Internet

DICIO. Luto. **Dicionário Online de Português**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/luto/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FORTALEZA. **Prefeito Roberto Cláudio entrega Centro de Educação Infantil no Ancuri.** Educação, 31 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-entrega-centro-de-educacao-infantil-no-ancuri> Acesso em: 1 nov. 2024.

FORTALEZA. **Bairros:** Parque Santa Maria. Disponível em: <https://bairros.fortaleza.ce.gov.br/bairro/parque-santa-maria> Acesso em: 1 nov. 2024.

IDESQ. Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional. **Quem Somos.** Disponível em: <https://idesq.org/quem-somos/> Acesso em: 23 set. 2024.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. Oxford Languages – **Dicionário de Português.** Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE). Ação do MPCE e do CEDECA requer ampliação de vagas em creches de Fortaleza. MPCE, 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://mpce.mp.br/2019/02/acao-do-mpce-e-do-cedeca-requer-ampliacao-de-vagas-em-creches-de-fortaleza/> Acesso em: 1 nov. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE). Após ação do MPCE e do CEDECA, Prefeitura de Fortaleza inaugura primeiro centro de educação infantil com berçário. MPCE, 30 de agosto de 2021. Disponível em: <https://mpce.mp.br/2021/08/apos-acao-do-mpce-e-do-cedeca-prefeitura-de-fortaleza-inaugura-primeiro-centro-de-educacao-infantil-com-bercario/> Acesso em: 1 nov. 2024.

Documentos Oficiais/Institucionais

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1996.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os

recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2013.

FORTALEZA (CE). Câmara Municipal. Decreto Legislativo nº 379, de 2 de junho de 2009. Oficializa a denominação do bairro. Fortaleza: **Câmara Municipal**, 2009. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/12691/de03792009.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.